



Quilombo

Boqueirão da Arara, Ceará:



Memórias, Histórias e Práticas Educativas



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

REITOR

José Jackson Coelho Sampaio

VICE-REITOR

Hidelbrando dos Santos Soares

EDITORA DA UECE

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Erasmio Miessa Ruiz

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Luciano Pontes	Lucili Grangeiro Cortez
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes	Luiz Cruz Lima
Emanuel Angelo da Rocha Fragoso	Manfredo Ramos
Francisco Horacio da Silva Frota	Marcelo Gurgel Carlos da Silva
Francisco Josénio Camelo Parente	Marcony Silva Cunha
Gisafran Nazareno Mota Jucá	Maria do Socorro Ferreira Osterne
José Ferreira Nunes	Maria Salete Bessa Jorge
Liduína Farias Almeida da Costa	Silvia Maria Nóbrega-Therrien

CONSELHO CONSULTIVO

Antonio Torres Montenegro UFPE	Maria do Socorro Silva de Aragão UFC
Eliane P. Zamith Brito FGV	Maria Lírida Callou de Araújo e Mendonça UNIFOR
Homero Santiago USP	Pierre Salama Universidade de Paris VIII
Ieda Maria Alves USP	Romeu Gomes FIOCRUZ
Manuel Domingos Neto UFF	Túlio Batista Franco UFF

COLEÇÃO PRÁTICAS EDUCATIVAS

COMITÊ EDITORIAL

Lia Machado Fiuza Fialho | Editora-Chefe
José Albio Moreira Sales
José Gerardo Vasconcelos

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Germano Magalhães Junior UECE	Isabel Maria Sabino de Farias UECE
Antônio José Mendes Rodrigues FMHU/Lisboa	Jean Mac Cole Tavares Santos UERN
Cellina Rodrigues Muniz UFRN	José Rogério Santana UFC
Charlilton José dos Santos Machado UFPB	Maria Lúcia da Silva Nunes UFPB
Elizeu Clementino de Souza UNEB	Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior UECE
Emanoel Luiz Roque Soares UFRB	Robson Carlos da Silva UESPI
Ercília Maria Braga de Olinda UFC	Rui Martinho Rodrigues UFC
Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento UNIT	Samara Mendes Araújo Silva UESPI

TÂNIA GORAYEB SUCUPIRA
JOSÉ GERARDO VASCONCELOS
LIA MACHADO FIUZA FIALHO

Quilombo

Boqueirão da Arara, Ceará:



Memórias, Histórias e Práticas Educativas



1ª EDIÇÃO
FORTALEZA | CE
2019

**QUILOMBO BOQUEIRÃO DA ARARA, CEARÁ: MEMÓRIAS, HISTÓRIAS E
PRÁTICAS EDUCATIVAS**

© 2019 *Copyright by* Tânia Gorayeb Sucupira, José Gerardo Vasconcelos e Lia Machado Fiuza Fialho

IMPRESSO NO BRASIL / *PRINTED IN BRAZIL*
EFETUADO DEPÓSITO LEGAL NA BIBLIOTECA NACIONAL
TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE
Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – *Campus* do Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceará
CEP: 60714-903 – Tel.: (85) 3101-9893 – Fax: (85) 3101-9893
Internet: www.uece.br/eduece – E-mail: eduece@uece.br



COORDENAÇÃO EDITORIAL
Erasmu Miessa Ruiz

PROJETO GRÁFICO E CAPA
Carlos Alberto Alexandre Dantas
carlosalberto.adantas@gmail.com

REVISÃO DE TEXTO E NORMALIZAÇÃO
Felipe Araújo de Freitas Carneiro
felipearagaof@hotmail.com

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Bibliotecária Responsável: *Doris Day Eliano CRB-3/726*

C942q Sucupira, Tânia Gorayeb

Quilombo Boqueirão da Arara, Ceará: memórias, histórias e práticas educativas / Tânia Gorayeb Sucupira, José Gerardo Vasconcelos, Lia Machado Fiuza Fialho. Fortaleza: EdUECE, 2019.

156p.

ISBN: 978-85-7826-687-5

1. Quilombo. 2. Memórias. 3. Educação. 4. História.

I. Título

CDD 981.31

DEDICATÓRIA



À Adryane Gorayeb Caetano
e suas filhas, Iara e Clarissa.



Sumário

APRESENTAÇÃO | 9

Lia Machado Fiuza Fialho

PREFÁCIO | 15

Francisco Ari de Andrade

INICIANDO A CONVERSA | 21

A comunidade negra na construção da sociedade brasileira | 32

As comunidades negras e a negritude no Brasil | 34

O movimento intelectual e social negro e as políticas afirmativas | 48

A africanidade, a educação para a diversidade e a Lei 10.639/03 | 58

CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA E HISTÓRICA DO QUILOMBO BOQUEIRÃO DA ARARA | 63

O município de Caucaia, no Ceará: origem do povoado | 64

O quilombo Boqueirão da Arara: localização e meio ambiente | 67

A história da formação do quilombo | 88

A EDUCAÇÃO NO POVOADO BOQUEIRÃO DA ARARA | 100

Os desafios para a formação na atualidade e a educação no quilombo Boqueirão da Arara | 100

A educação não formal e os saberes tradicionais | 116

O processo de transmissão de saberes | 131

ÚLTIMAS PALAVRAS | 138

REFERÊNCIAS | 142



APRESENTAÇÃO

LIA MACHADO FIUZA FIALHO

Pós-Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestra em Saúde Coletiva pela Universidade de Fortaleza (Unifor), especialista em Inclusão da Criança Especial no Sistema Regular de Ensino pela UFC, em Psicologia da Educação e em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade Latina de Educação (Flated) e graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora adjunta do Centro de Educação da UECE. Editora-Chefe da coleção “Práticas Educativas” da Editora da UECE (EdUECE) e da *Revista Educação & Formação*. Líder do grupo de pesquisa “Práticas Educativas, Memórias e Oralidades” (Pemo). Pesquisadora do Núcleo de História e Memória da Educação (Nhime/UFC).

E-mail: <lia_fialho@yahoo.com.br>.

O livro intitulado **Quilombo Boqueirão da Arara, Ceará: Memórias, Histórias e Práticas Educativas** apresenta a contemporaneidade da comunidade quilombola do povoado Boqueirão da Arara, no Ceará, ressaltando práticas educativas e culturais que são disseminadas entre seu povo, em um esforço de perceber a existência de traços ancestrais africanos que resistem desde a época da escravidão. Foi escrito pelos professores doutores Tânia Gorayeb Sucupira, José Gerardo Vasconcelos e Lia Machado Fiuza Fialho, articulando estudos de dois grupos de pesquisa: *Núcleo de História e Memória da Educação*, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, e *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades*, vinculado ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Ceará, contando com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para o qual os pesquisadores possuem projeto aprovado e financiado.

Dissertar sobre temas que tratam da negritude do povo brasileiro é transitar por universo historicamente rico e polêmico. Por um lado, o Brasil é herdeiro da cultura da civilização africana, cujos traços estão evidentes nas artes, religião, vocabulário e culinária, por exemplo, mas, por outro, a sociedade deste país carrega o estigma do escravismo, condenável por sua violência brutal. A marca racial também é responsável por desigualdades sociais antigas que perduram repercutindo em problemáticas relacionais pro-

tagonizadas entre indivíduos e grupos, de cunho pejorativo e preconceituoso. As reflexões expostas enfatizam a importância de ampliar pesquisas sistematizadas nas comunidades negras formadas por descendentes de antigos cativos.

O que motivou os professores pesquisadores a desenvolver esta obra foi uma inquietação acerca de quais práticas culturais e educativas estavam presentes no quilombo Boqueirão da Arara. À procura de respostas, os pesquisadores fizeram várias visitas ao quilombo, conhecendo as paisagens e interagindo com os remanescentes para captar singularidades da sua cultura. Nas conversas com os moradores mais antigos, registraram memórias, histórias e práticas educativas que resistem e preservam as marcas de ancestralidade.

Ao identificar as práticas educativas e compreender o construto cultural dessa comunidade tradicional, destacando, em especial, as vivências que carregam traços de ancestralidade, é possível preservar e valorizar a negritude e suas contribuições para a História do Brasil.

Para tanto, a análise das memórias dos remanescentes quilombolas, especialmente daqueles mais velhos, permitiu reconstituir histórias de vida, além de conhecer práticas educativas e observar mobilidades sociais nas vivências do cotidiano, para compreender os dados da realidade sob nova perspectiva, de forma a ressignificar e atualizar concepções acerca de quilombo e quilombola cristalizadas no senso coletivo (BOSI, 1994).

Consoante Delory-Momberger (2006b) e Wunenburger (2007), quando defendem a ampliação do universo imagético na descrição do objeto a ser estudado, a obra em tela serve-se de registros fotográficos, em grande parte, para representar o meio ambiente e apresentar o povo da comunidade, possibi-

litando ao leitor imersão nas fontes imagéticas e uma aproximação afetiva com o povo quilombola do Boqueirão. Afinal, o movimento popular negro desvelado promoveu uma série de debates e reivindicações que resultou em conquistas cidadãs específicas, como ações afirmativas e políticas de inclusão de afro-brasileiros nos espaços institucionais (MOURA, 2012), que merecem visibilidade e credibilidade social.

A escrita do livro recorreu a um estudo de campo, em que os pesquisadores vivenciaram o cotidiano da comunidade quilombola de Boqueirão com a imersão no contexto desse povo, e recorreu ao método da História Oral, que viabilizou a coleta de entrevistas semiestruturadas, para buscar em reminiscências colhidas nas memórias individual e coletiva elementos étnico-raciais que expõem o percurso histórico da comunidade: aspectos vivenciais, mobilidades sociais, heranças culturais, práticas educativas e saberes ancestrais. Tal método científico buscou narrar uma versão da história o mais fidedigna possível, sem desconsiderar a impossibilidade de neutralidade ou exclusão de devaneios ficcionais próprios dos esquecimentos e lembranças que permeiam a memória e história de quem conta e de quem interpreta o enredo.

Lançar luz aos saberes tradicionais que foram herdados de antepassados, como o cultivo de pomares e o trabalho artesanal com rendas, por exemplo, cuja prática antiga é disseminada naturalmente entre as gerações quilombolas do Boqueirão da Arara, permite adentrar um universo rico e pouco explorado. E, ao desmistificar práticas educativas, foi possível concluir que, no contexto social atual, o quilombo ainda permanece como exemplo de espaço de rebelião e resistência, porém não mais para fugir de cativoiro, mas para conquistar respeito e possibilidade de vida digna.

Os remanescentes quilombolas do Boqueirão da Arara continuam a lutar, mas, no contexto atual do primeiro quartel do século XXI, para terem assegurados seus direitos como comunidade tradicional de descendentes de antigos escravos, bem como por garantia de sobrevivência e acesso a bens sociais essenciais, como educação, saúde e trabalho. E é em meio a essa história de lutas e enfrentamentos dos problemas sociais, dos preconceitos e da preservação de tradições dos negros de Boqueirão que se tece a envolvente trama desta obra.



PREFÁCIO

FRANCISCO ARI DE ANDRADE

Pós-Doutor em Educação e Contemporaneidade pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), sob a supervisão do professor Bernard Charlot, e doutor em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor associado, com dedicação exclusiva, do Departamento de Fundamentos da Educação da Faculdade de Educação e do quadro permanente de docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Linha de História e Memória da Educação, da UFC. Líder do “Grupo de Pesquisa em História da Educação do Ceará” (GEPHEC).

A partir da década de 1880, escravizados simplesmente deixavam em massa as fazendas, era comum ver negros fugidos circulando pelas cidades, sem que autoridade tivesse coragem de abordá-los. (SCHWARCZ, 2017, p. 30).

A epígrafe traduz a prostração do sistema escravista brasileiro, no final do século XIX, diante das novas forças da economia industrial, que brotavam dos países da Europa e dos Estados Unidos. A instituição escravidão, um marco dramático da nossa história, parecia emitir sinais de desgaste. A economia brasileira, cujo capital primitivo fora acumulado no tripé trabalho escravo, grande propriedade e monocultura para exportação, sob pressão internacional, dava passos em direção à nova ordem, ao inserir no setor produtivo a diversidade da mão de obra livre. Tal epígrafe não exime o sistema escravocrata de uma crítica severa. Abomina-se a forma violenta com que homens e mulheres negras atenderam aos interesses escusos de setores da economia aristocrata por mais de três séculos. No entanto, deve-se destacar que, mesmo diante de um modelo rígido de controle e de patrulhamento ideológico, durante a vigência da instituição escravidão grupos organizados resistiram e deram origem às formas societárias em ambientes de difícil acesso do território brasileiro, assim chamados de quilombos.

Senti-me honrado com o convite para prefaciар este livro, porém tal convite não me isenta de uma grande responsabilidade: traduzir sentimentos em palavras a ponto de convencer os leitores à apreciação da obra. Entendo que

todo prefaciador de livro seja um retórico: convida o leitor à leitura da obra. *A priori*, procura convencê-lo sobre a importância do que está contido nas páginas. Eis a grande responsabilidade: apresentar a obra ao público. O/A autor/a e o/a prefaciador/a esperam que, ao final da leitura, o público saia satisfeito com o que foi apreciado em cada página.

O livro *Quilombo Boqueirão da Arara, Ceará: Memórias, Histórias e Práticas Educativas* nasceu de pesquisa colaborativa desenvolvida pela professora Tânia Gorayeb Sucupira com a participação dos pesquisadores José Gerardo Vasconcelos e Lia Machado Fiuza Fialho, articulando os grupos de pesquisa “Núcleo de História e Memória da Educação”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (PPGE/UFC), e “Práticas Educativas, Memórias e Oralidades”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE/UECE), e instigando a se refletir sobre o percurso e o itinerário da escravidão no Brasil, embora não seja esse o objeto de estudo da pesquisa.

Investigação que muito contribui com os estudos voltados para comunidades tradicionais, ao trazer para a academia resultados de pesquisas que dão voz a grupos sociais historicamente silenciados. Por meio desses estudos, têm sido ampliados os acervos na área da História da Educação, com destaque para aquelas experiências socioeducativas que ocorrem em ambientes não escolares e no seio das culturas de tradição africana.

O presente livro se insere no campo da História da Educação, com destaque para experiências educacionais em ambientes não escolares. A relevância do estudo está em revelar aspectos socioculturais de uma comunidade negra em seus processos educativos. A História da Educação

é um campo disciplinar. A linha de pesquisa História e Memória da Educação (Nhime), do PPGE/UFC, inclusive, vem contribuindo com estudo em campo aberto sobre as experiências educacionais em ambientes formais, não formais e informais. As pesquisas que têm sido desenvolvidas no âmbito do Nhime não seguem uma linha ortodoxa de investigação. Anárquicas em relação aos caprichos metodológicos, não se enquadram em esquemas fechados. Sem negligenciar o senso ético e o compromisso acadêmico na pesquisa em Ciências Humanas, as pesquisas circulam entre a Filosofia da Educação, a História da Educação e a Literatura de Ficção como fonte, entre narrativas docentes e experiências culturais diversas e complexas, em que se torna possível compreender a educação como fenômeno da existência humana.

Embora o recorte temporal do livro seja contemporâneo e vislumbre as práticas pedagógicas de educação formal, não formal e informal da comunidade, a partir da questão fundamental de *como aprendi e como ensinei*, o livro revisita a história daqueles sujeitos silenciados que sobreviveram de maneira organizada às intempéries do tempo. O estudo da memória daquele grupo garante às novas gerações uma leitura crítica sobre uma comunidade negra formada por remanescentes da época da escravidão, a demonstrar como mantiveram acesas as manifestações culturais afro-brasileiras, sem perder os laços com a ancestralidade africana, a partir de um processo de ensino e aprendizagem ao longo da vida.

Cuidar da memória dos vivos, eis a máxima dita por Homero numa das passagens da sua *Odisseia*, no contexto da Grécia Clássica. Não é redundância dizer que o trabalho desenvolvido pela pesquisa de Tânia Gorayeb Sucupira,

um estudo criterioso e oportuno, não seja um ato de cuidar da memória daqueles afro-brasileiros que sobreviveram ao crivo de uma sociedade excludente e intolerante a negros e pobres, cujas experiências sociais e educacionais vêm à tona ao comporem a narrativa deste livro.

Fortaleza, 15 de julho de 2019.

REFERÊNCIA

SCHUWARCZ, L. M. *Lima Barreto*: triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.



INICIANDO A CONVERSA

A História é a ciência dos homens no Tempo.
(BLOCH, 2001, p. 55).

O Brasil do século XXI, com leis que asseguram à população afrodescendente direitos constitucionais, protegendo-a contra a discriminação e o preconceito, e com políticas públicas específicas para comunidades quilombolas¹ (BRASIL, 2013, p. 10): “[...] acesso a terra [...], condições de infraestrutura e qualidade de vida [...], inclusão produtiva e desenvolvimento local [...] e direitos e cidadania [...]”, como educação e trabalho, também convive com problemática racista² histórica.

Daí a importância de conhecer a gênese do quilombo na história e analisar impactos do movimento popular negro, que Moura (2012) identifica como o processo de resistência, mas também de consolidação de território e reprodução de modos de ver o mundo e viver a vida.

Quilombo lembra Zumbi, o herói da serra da Barriga, na Alagoas do século XIX, narrado em Freitas (1978), mas

¹ “Grupos étnico-raciais segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2013, p. 14).

² “Raça: É uma subdivisão de uma espécie [...], um certo número de atributos hereditários [...]. Esse conflito, no entanto, é basicamente um caso de relações raciais e racismo, mais que propriamente um caso de raça como tal. Etnia: [...] grupo social que se diferencia de outros grupos por sua especificidade cultural [...]; uma base biológica, i. é., um grupo com características raciais próprias [...]; pode ser definida tanto por uma cultura como por uma raça” (BRASIL, 1997, p. 44).

a exploração contra os negros remonta à monarquia. Nos idos do século XVIII, o Conselho Ultramarino sancionou leis discriminatórias, associando aos quilombolas a imagem de escravos rebelados, fugitivos e embrenhados, conforme Moura (2012) e o Decreto n. 528, de 28 de julho de 1890, do Governo Provisório da República, impedindo a entrada no país de imigrantes originários da África e Ásia, senão mediante restritas condições (CINTRA, 2012).

Mergulhar no universo quilombola é defrontar-se com uma cultura no mínimo instigante, já que a realidade do quilombo é permeada de elementos que fascinam, por serem envolventes e polêmicos: conceitos, preconceitos, imagéticos e imaginários, apontados por Moura (1987, p. 10) como o racismo, “[...] expresso concretamente, no caso brasileiro, naquilo que se convencionou chamar eufemisticamente de preconceito de cor”.

O Brasil foi um dos últimos países do mundo e o último país independente do continente americano a abolir a escravidão negra. O arcabouço jurídico que concede direitos e protege a certificação de territórios quilombolas é recente e, embora haja um número expressivo de comunidades negras reconhecidas oficialmente, ainda é reduzido o número de terras quilombolas tituladas e certificadas, o que desperta para a necessidade de aproximação com esses grupos sociais historicamente prejudicados.

O fim do comércio de africanos para o trabalho escravo no Brasil não acompanhou a promulgação de outras leis compensatórias ou mesmo garantias mínimas de subsistência a milhões de negros libertos do cativo. No Brasil do início do século XX, em crescente processo de urbanização, os libertos se apinhavam nas ruas e barracos das cidades, abandonados à própria sorte. Analfabetos ou

semianalfabetos, em sua maioria, não estavam preparados para a disputa dos postos de trabalho qualificado e eram constantemente alvos de estigmas e preconceitos, velada e abertamente.

A causa social da população afrodescendente ganha força na década de 1970, alavancada por movimentos sociais e movimentos negros e pelo crescimento quantitativo e qualitativo de pesquisadores e intelectuais (CUNHA JUNIOR, 2012) divulgando trabalhos sistematizados que ampliam as concepções e abordam conteúdos e especificidades da cultura africana sob perspectiva humanista.

Com o início das atividades da Fundação Cultural Palmares, em 1988, Cintra (2012) destaca o esforço para promover e preservar a arte e cultura negras. A instituição fomenta e produz manifestações artístico-culturais brasileiras de matriz africana, protegendo o patrimônio material e imaterial afro-brasileiro e se responsabilizando pela emissão de certidões de autodefinição dos quilombos: processo inicial de titulação das terras quilombolas.

Sancionada em 2003, a Lei n. 10.639 regula o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, tornando-o obrigatório e universal na educação básica e influenciando no seu conteúdo programático, para que apresente a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política da História do Brasil. Por esta lei fica instituído formalmente o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra.

Ações afirmativas tomam impulso, por sua vez, a partir da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Constituída para preservar os direitos das comunidades remanescentes de quilombos, ela abre espaço para debate favorável à criação do Estatuto da

Igualdade Racial (EIR), posteriormente aprovado e sancionado através da Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010.

O EIR estabelece garantias à população negra, como: “[...] a igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos éticos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (BRASIL, 2010, p. 7), representando avanço jurídico importante para reconhecer e assegurar direitos aos brasileiros afrodescendentes, alicerçando política de caráter reparatório.

Sobre os quilombos na atualidade, muitos deles já identificados e divulgados em estudos de pesquisadores sérios, como Chaves (2013), Fonteles (2009), Pimentel (2009) e Santos (2015), é necessário ressaltar que a cultura se adéqua a contextos contemporâneos.

Os desafios de sobrevivência dos quilombolas hoje são semelhantes àqueles das populações carentes das áreas rurais e dos centros urbanos. Como estas, as populações quilombolas modernas também já estão sincronizadas com avanços tecnológicos, principalmente tecnologias de informação e comunicação.

No entanto, em seu esforço de acessar bens sociais, como a educação institucionalizada, o alcance de postos de trabalho qualificado e o usufruto de bens culturais da sociedade, os quilombolas têm o desafio de fortalecer a cultura ancestral, bem como recuperar a herança cultural africana que se perde ao longo do tempo. Este trabalho é essencial para garantir a perpetuação da tradição, inclusive para a transmissão aos descendentes.

No Brasil, observa-se a necessidade de ampliar o conhecimento das culturas tradicionais, especialmente dos grupos remanescentes dos escravos africanos. Por isso, acreditamos que nosso esforço pode contribuir para enri-

quecer o acervo de trabalhos sistematizados sobre povos tradicionais, sendo útil para estimular o diálogo com outras obras, acadêmicas e de temáticas afins.

O Brasil é a “[...] maior nação com população de ascendência africana do planeta”, consoante Anjos (2009, p. 102), mas a sociedade, em pleno século XXI, convive com estatísticas sociais tristes e preocupantes que associam negros a números elevados de mazelas, riscos e vulnerabilidade.

A intenção deste livro é apresentar a comunidade quilombola Boqueirão da Arara e mergulhar nos aspectos das práticas educativas e culturais que são reproduzidas no quilombo, observando a presença e a força de marcas da ancestralidade africana que eventualmente resistiram ao tempo e ainda são disseminadas nos grupos.

Ao longo desta obra, o leitor pode perceber o esforço ao identificar práticas educativas e compreender o construído da comunidade, destacando as vivências que denotam traços de ancestralidade. Neste percurso, visitamos a comunidade seguidas vezes entre os anos de 2013 e 2015, conhecendo as paisagens e os moradores, observando as práticas culturais e conversando com os quilombolas, especialmente os mais idosos.

O contato com as famílias tradicionais rendeu muitas horas de conversas. As narrativas recuperam vestígios da história da formação do quilombo e carregam memórias de lutas e resistências. No tempo do escravismo, sobreviver em locais ermos e carentes de recursos não foi fácil, mas os antigos resistiram e deixaram para os descendentes o exemplo, além de memórias de afetos e de amor pelo território conquistado.

Este trabalho está tecido com os fios das memórias e detalhes das histórias dos moradores do Boqueirão da Ara-

ra e ressalta singularidades da sua cultura que atualizam e ressignificam concepções cristalizadas no senso coletivo acerca do que representam o quilombo e o quilombola para a sociedade atual.

A oportunidade da aproximação e convívio com os moradores do quilombo Boqueirão da Arara nos possibilitou conhecer o seu universo físico e histórico-social, que está aqui retratado. As especificidades de vida observadas são registradas com atenção em características ambientais, saberes tradicionais e particularidades de mobilidades sociais e a análise das fontes ressalta elementos culturais que evidenciam marcas ancestrais de matriz africana ainda presentes nas interações sociais.

A primeira visita aconteceu no primeiro sábado de setembro de 2013, quando a representante da associação de moradores, D. Madalena Prata, realizava reunião ordinária com o grupo para tratar assuntos políticos e sociais, momento em que apresentou aos participantes a proposta de empreender uma narrativa sobre a comunidade, o que foi gentilmente acolhido e aceito pelos moradores do Boqueirão.

Após conhecermos o território e os moradores do povoado, o próximo passo envolveu conhecer a situação formal em que se encontrava o povoado, do ponto de vista legal, uma vez que o reconhecimento oficial da comunidade como sendo de remanescentes de quilombo é fundamental para o início do processo de identificação e delimitação das terras ocupadas tradicionalmente e permite inclusive a inclusão dos moradores da comunidade em políticas públicas específicas.

Para este fim, a visita ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) fez-se necessária em janei-

ro de 2014, oportunidade em que conhecemos o antropólogo doutor José da Guia Marques, pessoa de muitas qualidades (pessoais e profissionais) e responsável pelo levantamento de dados do quilombo. Gentil e atenciosamente, mostrou-se acessível e cooperativo, facilitando consulta prévia ao Processo 54130.000544/2012, cujo teor compreende levantamento preliminar de dados geográficos, sociológicos, estatísticos, antropológicos, econômicos e históricos da comunidade remanescente de quilombo povoado Boqueirão da Arara.

Em dezembro de 2014, com a cortesia e atenção habituais, o doutor José da Guia Marques novamente agilizou acesso a informações preciosas, enviando-nos digitalmente o *Relatório antropológico de reconhecimento e delimitação do território dos remanescentes de quilombo da comunidade povoado Boqueirão da Arara*, documento conclusivo e devidamente homologado do processo supramencionado. Generosamente ainda acrescentou ao correio eletrônico arquivos com trabalhos acadêmicos baseados no mesmo tema, enfocando os quilombos de Alto Alegre, Lagoa do Ramo e Goiabeiras, no Ceará.

Estudo antropológico realizado por Marques (2013) reconstitui a genealogia dos remanescentes do quilombo Boqueirão da Arara, descendentes de duas famílias-tronco: os Rodrigues de Lima, ou Kalenga, e os Paulino de Oliveira, ou Piringa, respectivos nomes civil e social dos escravos da serra da Rajada, em Tucunduba, Ceará, que de lá fugiram do cativeiro para refugiarem-se na serra do Juá, em Caucaia, no mesmo estado.

O quilombo limita-se com terras de particulares e propriedades de empresas de exploração mineral, gerando diversos problemas para os envolvidos: conflitos por dispu-

tas de terra e graves transtornos ambientais e sanitários aos moradores do povoado, devido ao pó liberado na extração do minério, que vem poluindo o ar, destruindo a vegetação e contaminando a água.

A taxa preocupante de analfabetismo, cerca de 30%, é agravada pela precariedade da oferta de educação formal. Não há escola no território do quilombo e os estudantes chegam a caminhar longas distâncias para frequentarem instituições próximas às residências, o que tem provocado desmotivação para o ensino oficial e impedido o avanço da educação institucionalizada.

Devido ao precário atendimento dos programas governamentais de promoção da saúde, os 336 moradores das 89 famílias quilombolas apontadas pelo relatório recorrem a práticas terapêuticas tradicionais: garrafadas, ervas, benzedeiras e curandeiros para socorrer casos mais simples de moléstias, ou valem-se de conhecimentos tradicionais, como a observação de fenômenos naturais, ambientais e astronômicos para práticas de agricultura e criação de pequenos animais.

Foram muitas as idas ao povoado nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro do ano de 2014, aproveitando as tardes dos sábados de reuniões dos moradores, nas quais o contato com as pessoas da comunidade se estreitava e os laços de amizade e confiança se fortaleciam, possibilitando a marcação de encontros reservados.

As visitas às famílias aconteceram nos meses de novembro e dezembro de 2014 e nos meses de fevereiro, março, maio e agosto de 2015. Algumas vezes, os encontros visavam apenas aprofundar relações, com bate-papos informais. Nessas ocasiões, procurávamos olhar detalhes do meio ambiente, observar aspectos vivenciais: moradias,

pertences, hábitos e rotinas, além da dinâmica das interações sociais.

As entrevistas que foram feitas com as senhoras idosas da comunidade eram conversas relativamente abertas, mas o bate-papo se estruturou entre reminiscências das vivências, memórias, práticas educativas e histórias, buscando recuperar os resquícios da tradição africana e as heranças culturais.

Nossas reuniões de estudo na academia foram importantes durante o trabalho no campo, especialmente ao recuperarmos a orientação de Rodrigues (2013, p. 23): “A oralidade promove excepcional relevância à memória na pesquisa histórica”. Realmente a opção por adentrar o universo mnemônico de quilombolas e revisitar as experiências e sentimentos dos idosos, “[...] como um mediador entre a nossa geração e as testemunhas do passado”, como disse Bosi (2003, p. 14), deu acesso a respostas para muitas das inquietações expostas anteriormente.

Mas recorremos a Bergson (1999) para entendermos a intersecção da memória com o espírito, quando nos deparamos com registros impregnados de afetividade e subjetividade. O que despontou nas lembranças trouxe uma carga de paixão, motivação e sentimentos, conforme a atenção e a tendência dos espíritos envelhecidos que voltavam no tempo para articular sensações e recordações.

Realizar esta pesquisa baseada na oralidade intencional “[...] dar voz a múltiplos e diferentes narradores”, servindo-se de postulado de Freitas (2002, p. 81), para fazer uma história alternativa à História Oficial: mais democrática (XAVIER, 2010), valorizando subjetividades subjacentes e resultando em fontes com reconstituições e representações do real.

Além de visitas ao campo, observação das vivências e interações e anotações de aspectos da cultura, buscamos fontes secundárias, apoiados em Gil (1999), que destaca o valor da consulta bibliográfica como etapa de apreensão dos conceitos, concepções e percepções sobre quilombos e quilombolas.

Dados históricos coletados nos variados portadores e suportes, segundo orientação de Vasconcelos (2010), auxiliaram análise e ressignificação de aspectos vivenciais da vida em sociedade: mobilidades, disputas e conflitos. Mostraram elementos que interferem na afirmação de identificação e consolidação de território, bem como no processo de educação entre os quilombolas: produção e reprodução de saberes e aprendizados.

Nesse processo, a técnica de relatos orais pressupõe um mergulho no universo dos quilombolas, em acordo com Franco (2003), para conhecer seu mundo cognitivo. O relato do vivido é como um convite para a autorreflexão, a reconfiguração de sentidos e a aprendizagem, tanto individual quanto coletiva, conforme Thompson (1992).

Avaliamos nas narrativas o quanto fragmentos de memória despertam para o que “[...] sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões acerca das coisas precedentes”, nos termos de Seltiz et al. (1967, p. 273 apud GIL, 1999, p. 117), transformando o pesquisador em reconstrutor da sua história (FRANCO, 2003).

A fotografia participou na composição por sugestão de Wunenburger (2007): como recurso importante para representar de forma imagética o recorte espaço-temporal do cenário visual do território tradicional. A inferência das imagens, consoante Delory-Momberger (2006b),

possibilitou-nos acesso a percepções do conteúdo capturado, induzindo a reflexões e ressignificados de concepções acerca de quilombo e quilombola presentes no senso comum, mas que não mais correspondem, no todo ou em parte, à realidade.

As páginas que seguem apresentam documentos coletados no povoado quilombola Boqueirão da Arara, em Caucaia, Noroeste cearense, cujo povo descende de antigos escravos, legitimado através do *Relatório antropológico de reconhecimento e delimitação do território dos remanescentes de quilombo da comunidade povoado Boqueirão da Arara* (MARQUES, 2013), expedido sob a chancela do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e demais órgãos governamentais especializados, amparado pela Constituição Federal de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Procuramos organizar o conteúdo para facilitar a apresentação de sujeitos, paisagens e culturas basicamente em três partes principais. Optamos por iniciar com a contextualização da participação da comunidade afrodescendente na formação da sociedade brasileira, passando pelo conceito de quilombo, desde as raízes na África, e observando semelhanças e diferenças frente ao modelo brasileiro contemporâneo. Ressaltamos a contribuição do movimento social negro na luta por dispositivos legais de proteção de direitos e políticas afirmativas de inclusão em espaços institucionais, com destaque para as conquistas no campo da Educação.

Em seguida, mostramos a geografia do território quilombola, localizado próximo a Caucaia, revisitando a história desse município. Atentamos para aspectos do meio ambiente, como, por exemplo, a estrada de ferro que opera

ainda hoje, cujo percurso passa pelo território quilombola, ou ainda a série de montanhas que circunda o espaço do quilombo. A partir da oralidade dos mais antigos, reconstituímos memórias, revivemos acontecimentos e recontamos histórias do povoado que resistem ao esquecimento.

Na sequência, demos foco aos aspectos educacionais da comunidade, procurando nas práticas educativas e saberes tradicionais dos remanescentes do quilombo as memórias culturais e educacionais que preservavam traços de antigas tradições africanas, sendo disseminadas para as gerações mais novas. O nosso esforço se concentrou em descrever a maneira como essa comunidade sobreviveu, não obstante as tantas adversidades.

Em meio às conclusões, inferimos que, comprovados e certificados pelo instituto legal como descendentes de antigos cativos e remanescentes de território de quilombo, os moradores do povoado Boqueirão da Arara vêm, ao longo do tempo, integrando-se à cultura hospedeira e perdendo traços das memórias culturais e educacionais vinculadas às matrizes africanas. Elementos da vivência observados e documentos coletados evidenciam a tese de que há poucos resquícios de memória ancestral, bem como da história de antepassados e da cultura original da África. Por fim, reiteramos o convite ao leitor para que visite estas páginas e conheça o Boqueirão da Arara, a história do povoado e as memórias desse povo resistente e aguerrido.

A comunidade negra na construção da sociedade brasileira

O escravismo, ao tempo em que foi praticado, não tinha tipicidade nem era antijurídico. E os riscos que introduzia não eram proibidos. O es-

cravismo foi uma violência brutal, sendo condenável por isso. (RODRIGUES, 2015).

No imaginário popular, “quilombo” remete, quase sempre, à imagem de escravos fugitivos e rebelados (MOURA, 1987), vivendo alheios às conquistas advindas do progresso e distantes das tecnologias atuais que facilitam a vida na sociedade moderna e informacional. A recorrência mnemônica, muitas vezes ligada a Zumbi, o herói da resistência da serra da Barriga, em Alagoas, deve-se, em parte, ao fato histórico da exploração contra os negros, que remonta à monarquia no Brasil (FREITAS, 1978).

Afora o desconhecimento popular acerca da existência de quilombos brasileiros, na atualidade ainda há concepções estigmatizadas sobre essas comunidades tradicionais arraigadas no imaginário coletivo. Passados séculos – dos tempos de cativo ao fim da escravidão no Brasil – frequentemente ainda é senso comum a associação de imagem remota a quilombos: reunião de índios e escravos rebelados, fugitivos e embrenhados.

Nossa inquietação reside no fato de que é importante buscar razões que justifiquem a resistência em atualizar e ressignificar o conceito de quilombo e quilombola na percepção popular, assim como fazem com tantas outras concepções, as quais ganham novas compreensões e são naturalmente ressignificadas no senso coletivo.

Dos elementos discursivos prospectados em momentos de observações *in loco* e durante os relatos orais, buscamos aperfeiçoar a percepção deles, consoante Rodrigues (2013), a partir do exame, apreensão, atualização e ressemantização conceitual. Das entrelinhas subjacentes às narrativas, esperamos extrair elementos para corrigir distorções paradigmáticas e, através da análise de singu-

laridades, pretendemos salientar a riqueza ancestral que resiste nas memórias e perpetua-se nas vivências individuais e grupais.

A fim de tornar melhor a compreensão leitora, optamos por transcrever as falas das narrativas, impregnadas de subjetividade, transcribindo-as e evitando determinadas marcas coloquiais comuns à oralidade de nativos naturais de comunidades tradicionais e/ou rurais, tais como palavras e expressões cujas dicções suprimem, aglutinam e/ou diferenciam letras e/ou sílabas.

A fotografia está inserida como recurso importante para apresentar e descrever um recorte espaço-temporal do cenário visual da comunidade tradicional. Por intermédio da inferência das imagens, acessamos um universo de percepções, análises e entendimentos a respeito do conteúdo imagético capturado.

Partindo sobretudo da leitura do conteúdo visual, esperamos confrontar e/ou desconstruir representações existentes na esfera imaginária, de caráter simbólico, resultantes da “[...] força intrínseca de algumas imagens e de um poder de animação da imaginação”, nas palavras de Wunenburger (2007, p. 14), o que leva à reflexão de que há significações em torno do conceito de quilombo e quilombola presentes no senso comum que não correspondem, no todo ou em parte, à realidade.

As comunidades negras e a negritude no Brasil

As imagens registradas e os momentos descritos compõem uma série de visitas e entrevistas realizadas com moradores do quilombo, em especial os mais velhos, no período compreendido entre 2013 e 2015, as quais resultaram

em fontes documentais que fundamentaram esta obra e contêm, entre outros temas, histórias ancestrais e saberes tradicionais dos descendentes dos outrora cativos na região.

Nosso bate-papo aconteceu em 22 de novembro na residência de D. Raimunda Rodrigues de Lima, D. “Dica”, então com 89 anos, matriarca da família Rodrigues de Lima. A octogenária descansava quando chegamos à sua casa, ocasião em que suas filhas, Magela Geralda Lima, então com 62 anos, e Maria da Conceição Rodrigues do Nascimento, D. “Fia”, então com 65 anos, gentilmente nos acolheram para a realização da entrevista.

D. “Fia”, senhora muito simpática, agradável e disposta ao bate-papo, mostrou-se um tanto contrariada naquele momento, visto que acabara de passar o dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, e a associação havia marcado o calendário com agenda de festividades no quilombo, solicitando aos moradores a limpeza da área externa à sede da associação e prometendo-lhes festas e comemorações, o que não aconteceu. D. “Fia” lamentava porque D. Madalena Prata, representante da associação, prometera e garantira o evento, não aparecendo e não dando nenhuma justificativa para o cancelamento.

Iniciamos nossos questionamentos às irmãs buscando conhecer o que para elas significava nascer e viver em quilombo, as quais permaneceram em silêncio de início. D. Magela buscou compreensão ao conceito: “[...] *É coisa de índio [...] [silêncio]*”. “*A senhora é quilombola?*”. Diante da insistência, ela respondeu laconicamente sorrindo: “[...] *Acho que sim. Aqui é um quilombo [...]*”³.

³ Entrevista concedida por Magela Geralda Lima. *Entrevista I*. [22 nov. 2014]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2014.

Esclarecemos que quilombo é a forma aportuguesada do termo que se refere a grupos sociais. Originalmente “*ki-lombo*” possui raiz etimológica em comunidades africanas de línguas bantu: “[...] os grupos: lunda, ovimbundu, mbundu, kongo, imbangala, etc., cujos territórios se encontram entre Angola e Zaire” (MUNANGA, 1995/1996, p. 56), relacionam-se diretamente com a constituição da vertente quilombola brasileira, formada por membros dessas linhagens cativos aqui.

Recorrendo a Moura (1987, p. 16), acrescentamos o conceito de quilombo, segundo carta do Rei de Portugal, em 1740, ao Conselho Ultramarino: “Toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. Sabendo que o regime escravista alcançou todas as regiões do Brasil, concluímos que esse fenômeno social é comum às terras brasileiras.

O Ceará, cuja colonização inicia-se, de fato, na segunda metade do século XVII, como exposto em Silva (1986), não foi espaço privilegiado de convergência para o contingente escravo, pois não era economicamente atrativo para Portugal por não possuir condições físico-geográficas adequadas ao sistema produtivo agroaçucareiro que interessava à Metrópole.

Outro complicador para o uso de cativos da África no Ceará era o preço por cada negro: “47 bois” (SILVA, 1986, p. 11), considerado alto. Mas foi a absorção dos escravos para o trabalho nas Minas Gerais, durante o ciclo do ouro, que trouxe mais dificuldades para a compra de escravos africanos pelos comerciantes cearenses, principalmente porque as secas constantes desorganizavam a economia e empobreciam proprietários, afora a economia tipicamente pecuária, que prescindia da mão de obra típica de lavoura.

Contudo, ainda que em número reduzido frente a outras províncias, o cativo no Ceará é fato e o seu pioneirismo na extinção da escravidão também. Dados expostos no estudo de Silva (1986) também destacam o preconceito racial de longa data, presente em ordens e ofícios, como o que segue, de maio de 1727: “A ‘ordem régia’ de Rolim Moura solicitava que se enviasse para Angola ‘os vadios, vagabundos e malfeitores do Ceará’” (SILVA, 1986, p. 14). Essa atitude discriminatória era bastante comum à época.

Abrangendo a região dos estados de Alagoas e Pernambuco, a República de Palmares é exemplo histórico de resistência e luta armada, reunindo cerca de 20 mil habitantes. Estudos de Moura (1987) dão conta que sofisticados sistemas de organização militar, econômica, religiosa, política e social punham em funcionamento o cotidiano dos grupos quilombolas confederados.

Além de escravos fugitivos, a República de Palmares acolheu oprimidos da sociedade escravista: desertores, criminosos, índios, mulatos e negros marginalizados, alcançando representatividade e influência suficientes para ostentar na sua historiografia o fato de, em 1678, ser recebida com honras de embaixada pelas autoridades portuguesas (MOURA, 1987).

Características do passado escravista brasileiro, as moradias agrestes, como as casas de pau a pique, são tradicionais nos quilombos originais e visíveis ainda hoje (ANJOS, 2009), como mostra o depoimento de D. Maria Irene, de 65 anos, nos momentos de revisitação das lembranças de sua infância:

[...] sempre morei aqui, desde que nasci. Antes tinha a casa de meus avós, mais para cima, mas se acabou toda, não sobrou nada, de taipa, que

*nem a minha. Perto da minha avó tinha a casa de meus pais, também de taipa. Não sei como a Vicência conseguiu fazer a casa nova dela. Eles não deixam [...]*⁴.

Imagem 1 – S. Antônio Arlindo, D. Maria Irene e Paulo César, filho do casal, em sua residência no povoado Boqueirão da Arara



Fonte: Arquivo pessoal de Tânia Sucupira (2015).

A casa de barro batido, como a da imagem acima, atrelada a condições precárias de vida no seio dessas comunidades carentes, de conforto mínimo e garantias básicas de sobrevivência, ancora a reconstrução de memória a aspectos culturais de um ponto de vista de tempos passados, invadindo o presente e se projetando para o futuro em um ciclo inacabado (BOSI, 1994).

⁴ Entrevista concedida por Maria Irene. *Entrevista III*. [14 mar. 2015]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2015.

A família de S. Antônio Arlindo, 74 anos, e D. Maria Irene, 65 anos, e a família de S. Carlito, 80 anos, e D. Vicência, 67 anos, viviam na área do quilombo cercada por terras de particulares, cujos proprietários, em represália, dificultavam-lhes o acesso à rede elétrica, gerando-lhes desconforto e dificuldades para o cotidiano (MARQUES, 2013).

Registros imagéticos atuais mostram a presença de construção moderna no quilombo Boqueirão da Arara, em que desponta a qualidade da edificação. Em nossa visita, constatamos que os moradores não possuíam acesso à luz elétrica até o momento da pesquisa, mas desfrutavam de relativo conforto em sua moradia, como cisternas, vários cômodos, reboco e pintura nas paredes e banheiro privativo.

Imagem 2 – Residência de S. Carlito e D. Vicência, vizinhos de S. Antônio Arlindo e D. Maria Irene



Fonte: Arquivo pessoal de Tânia Sucupira (2015).

De aparência oposta à de vizinhos tão próximos, a residência da imagem acima é ampla e elevada, cercada de varanda, com sala, dois quartos, banheiro e cozinha. A construção era recente, com aproximadamente seis anos, a qual

tinha acabamento elaborado: reboco e pintura. A família contava com uma cisterna de dez mil litros de água, além de outros dois reservatórios menores, feitos com anéis pré-moldados, o que lhes possibilitava relativa satisfação das necessidades de consumo de água, desde que as precipitações na estação das chuvas fossem generosas.

A respeito da observação feita por D. Maria Irene à casa moderna que D. Vicência e S. Carlito haviam construído, esclarecemos que o artigo 68 da Constituição de 1988 deixa claro o direito de propriedade definitiva da terra aos remanescentes das comunidades quilombolas, mas faz ressalva no artigo 215, em seu parágrafo 5º, relativo ao tombamento de todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, o que implica a preservação do patrimônio material e imaterial.

Entretanto, políticas públicas específicas, como o Programa Brasil Quilombola (BRASIL, 2013), preveem estratégias e recursos destinados ao aprimoramento das condições de vida dos remanescentes de quilombos, incluindo apoio para construção, ampliação, reformas e melhorias nas suas habitações.

Visivelmente emocionados, os proprietários da residência recém-levantada relataram, baseados em memórias de tempos de sacrifício, as dificuldades enfrentadas para realizar o novo lar, erguido ao lado da casa de taipa que havia sido moradia do casal por muitos anos. D. Vicência assim falou a respeito: “[...] *dobrei meu joelho no chão e pedi um voto a Deus, daí eu construí sozinha [...]*”⁵, acrescentando que a antiga casa permanecia de pé, servindo como apoio e depósito de rações para as criações da família.

⁵ Entrevista concedida por Vicência. *Entrevista II*. [14 fev. 2015]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2015.

Os antigos escravos do quilombo do Boqueirão e os seus descendentes na atualidade reforçavam/reforçam postulado de Anjos (2009) referente à tradição agricultora e pecuarista original dos *quilombos* africanos. Moura (1987) confirma a formação e ressalta o uso da técnica de queimada como forma de tratar a terra para plantio, ressaltando a fartura que grassava nos quilombos do Brasil colonial em contraste com a miséria presente nas populações litorâneas à época.

No momento da narrativa, as lembranças de D. Maria Irene reconstituíam memórias e sentimentos, encontrando detalhes da infância e apontando para a reprodução geracional de hábitos ancestrais: “[...] *toda minha família, mãe, pai, avós sempre trabalharam na roça desde muito cedo. Desde os 7 anos, eu ia para a roça com meus pais; quando chovia, ficava debaixo do plástico [...]*”⁶.

Percebemos também essas emoções nas lembranças de D. Conceição, a D. “Fia”:

*[...] trabalhamos na roça com o pai, não dava tempo nem de crescer e já estava trabalhando. Depois que casei, plantava na serra. Ia junto com o marido e os filhos. Apurava seis sacos de feijão, mas não tinha onde guardar. O milho também sobrava [...]*⁷.

Os discursos de D. Maria Irene e D. “Fia” mostram as nuances inerentes ao conjunto de experiências de vida, os quais também fazem parte do processo de aculturação. Nesse complexo vivencial, o estabelecimento de vínculos afetivos concomitante ao compartilhamento de experiências, em

⁶ Entrevista concedida por Maria Irene. *Entrevista III*. [14 mar. 2015]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2015.

⁷ Entrevista concedida por Conceição (“Fia”). *Entrevista I*. [22 nov. 2014]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2014.

um movimento contínuo, mas entrecortado por rupturas e permanências, costura significados da infância, juventude e idade adulta, promovendo o que Ataíde (2006, p. 318) descreve como a “invenção de si mesmo”.

A história vivida a partir da infância fica impressa na memória depois que a criança ultrapassa a etapa da vida puramente sensitiva, explica Halbwachs (1990), o que faz com que imagens, fatos e eventos que possuem significados componham uma espécie de amálgama mental comum com os outros do grupo. O pensamento é um conjunto que se divide entre impressões pessoais e pensamentos coletivos.

Imagem 3 – D. Vicência, à esquerda, mostrando sua produção artesanal feita com palha de carnaúba, ao lado de sua amiga, a D. “Fia”



Fonte: Arquivo pessoal de Tânia Sucupira (2015).

A economia típica de quilombos, citada por Munanga (1995/1996), baseada nos trabalhos manuais e atividades comerciais, ainda hoje é verificada no Boqueirão da Arara, conforme visto na imagem acima e percebido na fala de D. Vicência: “[...] *faço boneca, vassoura, espanador, bolsa. Pego a palha de carnaúba do outro lado da pista, limpo,*

confecciono e vendo. Minha nora me ajuda a vender. Já chegamos a levar de 35 peças para vender na feira da Jurema, em Caucaia [...]”⁸.

Percebemos o mesmo nas lembranças de D. Maria Irene, quem refez minuciosamente a aptidão artística de seus avós, cuja produção artesanal compunha a renda da família. Nas suas palavras:

O meu avô por parte de pai trabalhava fazendo tamanco e colher de pau de madeira de maniçoba. Depois ele ficou cego de um olho, por conta de um acidente com a ponta de um galho, mas continuou trabalhando no artesanato. A minha avó também era artesã, fazia louça de barro: panela, pote, alguidar. O barro ela pegava no riacho que hoje é o açude Guararu. Os compradores dos trabalhos deles vinham aqui para buscar as peças. Minha avó por parte de mãe morreu antes de eu nascer e fazia renda com bilro de coco. Uma filha dela fazia propaganda e o pessoal de Caucaia vinha aqui buscar⁹.

Estudar as manifestações expressas no universo de práticas sociais que dão vitalidade à cultura, observando mobilidades, disputas e conflitos, possibilita compreender a tessitura imagético-discursiva das relações humanas e as articulações dessas com o passado, a memória que Pollak (1992) denomina herdada, isso porque, segundo Hobsbawm e Ranger (1984, p. 22), “[...] toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal”.

⁸ Entrevista concedida por Vicência. *Entrevista II*. [14 fev. 2015]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2015.

⁹ Entrevista concedida por Maria Irene. *Entrevista III*. [14 mar. 2015]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2015.

No século XVII, os quilombos confederados de Palmares aparecem em obra de Moura (1987, p. 36) como espaço de manifestação religiosa cuja representação envolvia “[...] um cristianismo fortemente sincretizado com valores religiosos africanos”. As religiões africanas, conforme Cunha Júnior (2013), servem-se de plantas, esculturas e elementos da natureza para reforçar a memória ancestral e o pensamento simbólico.

Nossas pesquisas no Boqueirão da Arara não encontraram evidência de religiosidade vinculada à tradição africana, vivenciada ou transmitida entre seu povo. Existia uma igreja católica nos limites da comunidade, mas sua programação se restringia a poucos eventos comunitários, em geral uma vez por ano, durante o aniversário da padroeira, a Santa Teresinha. Os quilombolas estavam, em grande parte, convertidos à fé evangélica. D. Vicência confessou:

[...] Desde que minha filha foi acidentada, fiz uma promessa e virei evangélica. Quando eu tinha 12 anos, minha irmã mais velha me levou para um centro espírita. Eu gostava. Frequentei por cinco anos. Quem cuidava do centro era de fora do quilombo. Era no Pirambu. Tinha sessão toda noite, mas não tinha tambor, nem imagem. Tambor tinha em macumba¹⁰. No Boqueirão, só mesmo a D. Andreлина tinha uma casa de macumba, mas ela morreu. Eu tinha preguiça de subir a serra para ir para lá. Eu vou ao culto na igreja evangélica do Boqueirão dia de quinta e domingo. Antes de ser crente, frequentava e gostava muito do centro espírita, levava meu marido. Lá se chama O Vale¹¹, que fica no Ge-

¹⁰ “1. Macumba [Brasil] – Cerimônia feiticista de origem negra com influência cristã, acompanhada de danças e cantos, ao som do tambor. 2. Feitiço. 3. Instrumento de percussão de origem africana” (PRIBERAM).

¹¹ Vale do Amanhecer é o nome do templo espírita em Caucaia, Ceará, cujos rituais reúnem elementos simbólicos de várias religiões.

*nipabu. Eu tinha insônia e melhorou muito indo lá. Eu me sinto muito bem quando vou lá, e meu marido também. Tem muita diferença de espiritismo para candomblé. Na macumba só pedem dinheiro, mas no espiritismo não pedem nada*¹².

A fala de D. Vicência recupera a memória ancestral e mostra apreço para com a macumba e os ritos de tradição africana, revisitando lembranças de experiências que havia tido com manifestações religiosas de origem africana havia muito tempo; quanto às práticas, no seu relato, aconteciam de forma reservada e distanciada, em local ermo e no alto da serra.

A curiosidade científica nos motivou a acompanhar D. Vicência e S. Carlito a uma sessão espírita n'O Vale. No interior do templo, observamos a presença de figuras humanas representativas de várias culturas: santos católicos, pretos, ciganos, índios, orientais, entre outros simbolismos de religiões diversas, bem como de ritos, que em nada sugerem ancestralidade africana, como posta em Cunha Júnior (2013).

A recorrência de religião evangélica, porém, fica perceptível na fala de outros moradores, como na de D. “Fia”: “[...] *no começo, eu era católica, depois me converti para a igreja evangélica [...]*”¹³, bem como na fala de sua irmã, D. Magela: “[...] *Estou vindo de uma vigília da Igreja Universal; vou há 28 anos. Quando a gente é católica, pode fazer qualquer coisa: dançar forró. Quando é evangélica, não; a gente é temente a Deus [...]*”¹⁴.

¹² Entrevista concedida por Vicência. *Entrevista III*. [14 fev. 2015]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2015.

¹³ Entrevista concedida por Conceição. *Entrevista I*. [22 nov. 2014]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2014.

¹⁴ Entrevista concedida por Magela Geralda Lima. *Entrevista I*. [22 nov. 2014]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2014.

Imagem 4 – A comunidade agrupada para a reunião da associação de moradores do quilombo



Fonte: Arquivo pessoal de Tânia Sucupira (2013).

A Imagem 4 retrata uma reunião da associação dos moradores do quilombo acontecendo no interior do templo evangélico. Nessas ocasiões, D. Madalena Prata informava acerca de avanços nos trâmites relativos ao processo de regularização do território quilombola, bem como expunha a respeito dos benefícios conquistados, além de conduzir debates e mediar diálogos e eventuais conflitos. As reuniões aconteciam no primeiro sábado de cada mês.

Resultado de esforços dos movimentos populares, os quilombolas têm a seu favor um conjunto de leis específicas e legitimadas na Carta Magna para amparar sua luta por inserção na sociedade. Dispositivos legais afiançam a esses grupos historicamente marginalizados inclusão cidadã e acesso a políticas de benefícios governamentais, tais como educação, saúde, mobilidade urbana e qualificação profissional.

Imagem 5 – Reunião ordinária dos moradores do Boqueirão da Arara acontecendo na sede própria



Fonte: Arquivo pessoal de Tânia Sucupira (2013).

O registro fotográfico na Imagem 5 foi realizado na reunião dos moradores do quilombo que aconteceu em dezembro de 2014. Nesse encontro, D. Madalena Prata, vista de perfil com os cabelos amarrados, socializava com os quilombolas o *Relatório antropológico de reconhecimento e delimitação de território*, chamando a atenção dos participantes para as informações de cunho etnográfico, como a genealogia e a história cultural do quilombo.

Ainda na Imagem 5, ressaltamos a presença da filha da representante dos quilombolas, sentada ao seu lado, fazendo uso das novas tecnologias digitais e interagindo com aparelho celular moderno, o que demonstra que os quilombolas no contexto atual estão imersos na sociedade informacional e desfrutando dos recursos tecnológicos de ponta disponíveis.

O movimento intelectual e social negro e as políticas afirmativas

Um tema político, consoante Rodrigues (2010), possui matizes que implicam o esforço e desafio de ponderar e interpretar uma gama complexa de condicionantes relacionados com aspectos organizacionais, culturais e sociais, bem como suas influências e repercussões na estrutura e conjuntura da economia e da sociedade.

Analisar a realidade prospectada nos quilombos frente ao conteúdo histórico presente na bibliografia, mostrando a participação dos africanos cativos no construto político e institucional, permite ressemantizar significações, em acordo com Moura (2012), quando apresenta a questão das comunidades negras como fruto de um processo de resistência, mas também de consolidação de território e reprodução de modos de estar no mundo, de ver e viver a vida.

Recuperamos os dados de Cunha Júnior (2013, p. 32) – “[...] Dentre as disputas por formação dos Estados Nacionais Africanos é que os portugueses encontram uma brecha de penetração [...]” – e os de Mattoso (apud LOBO, 2008, p. 133) – “Nos séculos XVII e XVIII, porém, são as guerras, [...] empreendidas para conquistar não terras, mas homens, as fontes essenciais do tráfico negreiro” – para compreendermos que o europeu fez uso de uma prática já comum entre a maioria das comunidades, tribos e impérios daquele continente.

Estudos dão conta de que cerca de cinco milhões de escravos africanos entraram no Brasil na época escravista, sem contar os mortos durante o processo de captura e os que não suportaram o sofrimento durante a viagem (ANJOS, 2009; LOBO, 2008). Cerca de três séculos depois de tráfico humano, “[...] pelo censo de 1872, para uma popula-

ção total em torno de 10 milhões, ainda havia 1,5 milhão de escravos no Brasil” (LOBO, 2008, p. 131).

Anjos (2009) lembra que a grande parte dos cativos da costa de Angola, embarcados nos portos de Loango, Luanda e Benguela, vinha para o porto de Recife, de onde seguia para o trabalho nas lavouras açucareiras. Mas a conveniência econômica de alguns comerciantes de escravos e o conforto das ilustres famílias fortalezenses justificaram o cativeiro no Ceará. Com nome e números, Silva (1986, p. 13; 26) confirma: “[...] Antônio José Moreira Gomes, comerciante em Fortaleza, era possuidor de duas centenas de escravos negros, importando-os para revenda [...]; [...] raras foram as famílias de posses que não utilizaram o trabalho escravo”.

A mácula social expressa em Lobo (2008, p. 127) alicerça o estigma racial que ainda lateja no seio da sociedade contemporânea e reverbera em espaços e relações sociais do cotidiano nacional: “[...] Não houve instituição mais duradoura, mais persistente e mais conservadora do que a escravidão no Brasil, o último país a extingui-la atravessou incólume quatro séculos da história brasileira [...]”.

Os estudos confirmam que os horrores da prática escravista eram agravados na chegada, pondo homens, mulheres, jovens e crianças expostos à venda sob condições degradantes: esqueléticos e amontoados nas ruas, com suas peles cobertas de pústulas e mazelas. Ora conquistariam o interesse comercial dos mercadores de escravos, mas sempre seriam alvos de humilhação, ojeriza e escárnio.

É interessante observarmos a exploração do negro pelo negro, conforme a estudiosa, já que alforriados também possuíam escravos, sem contar o sofrimento das mulheres em particular. As mulheres, vítimas constante e precocemente de abusos, estupros e violências diversas dos seus senhores, ainda corriam o risco de pagar com a própria vida

caso se tornassem alvos do ciúme das sinhás ou mesmo de seus companheiros negros.

Holanda (1995) apresenta nuance diferenciada das relações sociais entre senhor e escravo, citando a amplitude da mistura racial que marca o encontro entre o europeu e o africano como exemplo de frouxidão desses laços, interpretado por Moura (1987, p. 15) como “[...] o mito do ‘bom senhor’ [...] depois a do ‘homem cordial’”, base para a compreensão de ideologias das chamadas elites brasileiras.

A esse respeito, é curioso constatar que, ainda que provocados a lembrar, das memórias dos antigos do Boqueirão da Arara não surgiram lembranças de queixas feitas por seus antepassados que reportassem a maus-tratos, castigos ou sofrimentos quando eram escravos. O depoimento de D. Raimunda Rodrigues de Lima, carinhosamente chamada de D. “Dica”, confirma isso:

[...] Eu tirava borracha mais o papai. O papai plantou o sítio e ainda está plantado. A mãe chamava Francisca Vieira. Ela nasceu na serra do Juá. O pai dele tinha vendido o terreno dele e vieram todos para o Boqueirão. Ele não contava muito, era muito calado. Ele morava na serra do Juá. Era muito trabalhador, tirava borracha na serra, e eu tinha pena e ia com ele. A mãe ficava em casa, lavava roupa para fora. Estudei, mas não aprendi nada, saí para trabalhar e ajudar a mãe. Os meus pais eram católicos, mas depois foram para a igreja dos crentes. Trabalhava no roçado e lavando roupa na serra do Juá. Não pude estudar porque tinha que lavar roupa para ajudar os pais a criar os irmãos, porque o pai ganhava pouco. Quando nova, era muito ativa, andava para todo lado, ia na igreja. No começo eu era católica, depois fui para a igreja evangélica. Uma vez eu estava trabalhando quando fui chamada para tirar a foto. Estava capinando.

*Foi D. Maria Caiara, a minha patroa, quem tirou a foto [...]*¹⁵.

Ao recordar-se que o avô havia vendido sua propriedade antes de mudar-se para o Boqueirão, D. “Dica” faz crer que a condição de escravo não o impediu de possuir e negociar terras, contrariando afirmação de Moura (1987, p. 32): “[...] escravo não tinha direito a negociar coisa alguma por conta própria [...]”.

Para Bergson (1999, p. 5), a memória é dual e “[...] representa precisamente o ponto de intersecção entre o espírito e a matéria”, construindo-se partilhada interativa e coletivamente, ainda que de forma pessoal. Nela estão os significados para os registros impregnados de afetividade e subjetividade, pois a memória perpetuada é sempre a memória sob um determinado ponto de vista ou estado de espírito.

Imagem 6 – D. “Dica” apreciando seu retrato antigo tirado pela patroa, D. Maria Caiara



Fonte: Arquivo pessoal de Tânia Sucupira (2014).

¹⁵Entrevista concedida por Raimunda. *Entrevista I*. [22 nov. 2014]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2014.

A Imagem 6 mostra D. “Dica” enquanto passava o arquivo de fotos da família, silenciosa e lentamente, uma a uma, sob as vistas cansadas. Alguns retratos eram muito antigos. Vez ou outra ela dava um sorriso de contentamento até se deter frente à própria figura, recordando-se da antiga patroa com carinho.

Reportando-se à imagem, D. “Dica” contou que estava trabalhando no roçado quando a patroa, D. Maria Caiaira, chamara-lhe para tirar o retrato, eternizando aquele momento ora revisitado junto com as suaves lembranças, segundo ela. Boas recordações não apenas daquele tempo, mas também da “patroa boa”.

D. “Dica” não mostrou sofrimento em suas recordações, além daquele inerente aos sacrifícios impostos pela condição humilde, embora tenha reconhecido o relativo alívio vivido por sua família atualmente, por conta da pensão social que recebia. As políticas públicas para comunidades quilombolas são exemplos de conquistas de movimentos sociais e compreendem uma série de programas e ações integradas (BRASIL, 2013).

Desde 12 de março de 2004, o Programa Brasil Quilombola assiste a áreas quilombolas com ações de inclusão cidadã: desde o amparo legal para a certificação e regularização fundiária, concedendo título coletivo de posse das terras tradicionalmente ocupadas, passando por acesso a obras de infraestrutura (saneamento, habitação, eletrificação, comunicação e vias de acesso), apoio ao desenvolvimento produtivo e autonomia econômica, com reforço da identidade cultural e uso de recursos naturais presentes no território.

Imagem 7 – Fotografia de D. “Dica” registrada por sua patroa, D. Maria Caiara



Fonte: Arquivo pessoal de Raimunda Rodrigues de Lima.

A fotografia da imagem acima faz parte do acervo da família e apresenta D. “Dica” em uma pausa do trabalho que fazia no roçado, segundo ela, com satisfação. O retrato foi tirado por sua patroa. Não obstante o desgaste natural decorrente do longo tempo passado desde o registro, vislumbra-se suavidade na sua expressão facial, até mesmo o esboço de um sorriso.

D. Magela, filha de D. “Dica”, ao recordar-se dos avós, falou feliz: “[...] *Vovô gostava de prosa, de brincar. Uma vez corri atrás do pai do papai, o João, e ele caiu, escorregou, caiu no liso, e eu ri muito. Era bom, ainda me lembro. Todo mundo morava perto, no pé da serra. A vó Chicuta gostava*

tanto de trabalhar”¹⁶. É sensível o sentimento suave que emana da reminiscência: como “[...] feridas abertas pela memória” (RUSSO, 2002, p. 95).

D. Maria Irene recuperou na memória as boas recordações dos avós e até de bisavós:

*[...] Por parte da minha mãe, era o vovô Marcelino Saraiva de Moura, mas morreu antes de eu nascer. Minha bisavó, escrava, morreu ao dar à luz à minha avó, também escrava, e que era muito alegre. A vovó trabalhava para S. Raimundo Batista e morava na casa dele, recebendo dinheiro como pagamento para fazer o serviço da casa e juntar feijão. Ela gostava muito dos patrões [...], era bem tratada. A esposa do S. Raimundo era minha madrinha. Minha avó lavava roupa, fazia mingau e gostava de fazer renda enquanto as netas catavam piolho na cabeça dela: ela adorava ficar fazendo renda com bilro de coco e nós catando piolho [risos]*¹⁷.

O depoimento de D. Vicência não esconde as marcas deixadas pela vida sofrida, carente de recursos e condições mais confortáveis de sobrevivência. Porém, as lembranças dos tempos difíceis não são suficientes para sufocar as boas recordações, especialmente ao se referir ao passado e à vida de seus pais e avós:

[...] Meu pai e o irmão dele eram índios, mas naquele tempo se falava que todo mundo era índio. É que, na verdade, eram os quilombolas. Na serra do Juá, lá em riba tinha uma família dos

¹⁶ Entrevista concedida por Magela Geralda Lima. *Entrevista I*. [22 nov. 2014]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2014.

¹⁷ Entrevista concedida por Maria Irene. *Entrevista II*. [14 mar. 2015]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2015.

*Quirino, que viviam por conta deles. Não tinham roupa, amarravam um saco na cintura e cozinham no chão, no fogo de lenha. Quem conta tudo é S. Antônio, o 'Mãe Preto', e mais o Kani-nana, meu parente. S. Antônio conta porque viu quando criança. Viviam no chão, se vestiam com saco de estopa e eram muitos ali*¹⁸.

O sofrimento dos africanos escravizados foi real e deixou marcas profundas também na dignidade humana desses povos, refletindo negativamente nas diversas instâncias sociais ao longo do tempo. O domínio, controle e exploração de corpos e mentes, como em Foucault (1987), propaga-se no senso coletivo, através da internalização de sentimento depreciativo fundado em discriminação e preconceito.

Se as teorias do racismo consolidaram-se no Brasil na época da escravidão de africanos e no abandono deles após a abolição, é na vertente de ideias que associou os corpos negros a marcas inatas de erotismo, vagabundagem e crime que o estigma racial perpetua-se e avança no tempo e no espaço. Anjos (2009, p. 87) lembra a necessidade de “[...] ação política e educacional” para corrigir o pensamento coletivo brasileiro que liga a cor escura da pele à condição de escravo.

A desconstrução e ressemantização do discurso tendencioso principiam no início do século XX, demonstrado por Cunha Junior (2012), quando grupos intelectuais negros desmontam textos tradicionalistas, de caráter pejorativo e preconceituoso, mostrando o povo negro resignado e passivo à condição social inferior, procurando, com outras narrativas, evidenciar o contrário: o aspecto revolucionário, heroico e resistente do quilombismo ao longo da sua história.

¹⁸ Entrevista concedida por Vicência. *Entrevista III*. [14 fev. 2015]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2015.

Por outra via, movimentos sociais multiplicam-se, abordando problemáticas relacionadas com estigmas e preconceitos raciais e lutando por ressignificação da participação dos povos e da cultura africana no construto cultural brasileiro. Esse processo político ganha substância e força na década de 1970, especialmente por receber alavanca de movimentos negros de diferentes segmentos representativos da sociedade.

Jesus (1997) aponta o esforço do Movimento Negro Unificado (MNU) de desconstrução de estigmas sociais. O autor sugere sensibilizar profissionais de gestão da educação no intuito de eliminar palavras e expressões que, embora possuam outra denotação, são usadas de maneira preconceituosa e racista, tais como: “[...] denegrir, o dia está negro, a coisa está preta, mercado e câmbio negro, magia negra, humor negro, lista negra, buraco negro e outras [...]” (JESUS, 1997, p. 56), associando negro a conceitos e emoções negativas.

O que notamos na tessitura das relações sociais ainda hoje é a recorrência do estigma do passado em torno das populações africanas. No imaginário coletivo é forte a imagem de quilombo ligada à reunião de negros em lugares ermos e fugindo da opressão. Daí a urgência, na avaliação de Souza (2013), de uma política educacional voltada para a melhoria das relações étnico-raciais.

Gomes (1997) critica o modelo escolar e propõe intervenção no conteúdo de livros didáticos, corrigindo defeitos conceituais e dando atenção às singularidades do discurso e pluralidades entre os sujeitos distintos. Com suas palavras: “Enquanto a escola brasileira omitir a resistência negra, realizar equívocos e distorções históricas, veicular a falsa imagem de negro como amorfo e indolente, estará contribuindo para reprodução do racismo” (GOMES, 1997, p. 21).

Êxito da luta popular, em acordo com Cintra (2012), a Fundação Cultural Palmares, instituída em 1988, volta-se para a promoção e preservação da arte e cultura negras, fomentando e produzindo manifestações artístico-culturais brasileiras de matriz africana, protegendo o patrimônio material e imaterial afro-brasileiro e responsabilizando-se pela emissão de certidões de autodefinição de comunidades negras tradicionais, parte do processo de titulação de terras quilombolas.

As ações afirmativas ganham força com a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), cuja finalidade de preservar os direitos das comunidades remanescentes de quilombos abre também espaço a debate favorável à criação do Estatuto da Igualdade Racial (EIR), posteriormente aprovado e sancionado através da Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010.

É importante destacar que o EIR institui garantias legais à população afrodescendente, entre outras: “[...] igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (BRASIL, 2010, p. 7). Além de avanço jurídico importante para reconhecer e assegurar os direitos desses brasileiros, o estatuto legitima ações legais de caráter reparatório.

Até aqui, procuramos reconstituir trechos da história do escravismo no Brasil e mostrar traços da cultura remanescente na comunidade Boqueirão da Arara. Revisitamos concepções para compreender nuances e significados de quilombo e quilombola especialmente a partir das memórias e histórias de vida dos moradores do povoado.

Percebemos a força do movimento popular negro, que culminou na criação de mecanismos legais de inclusão cidadã e redução de desigualdades sociais históricas e assegu-

rando direitos às populações tradicionais negras, expressos nas leis que reconhecem prerrogativas de ancestralidade e territorialidade, concedendo proteção jurídica contra discriminação e promovendo ações de amparo social, sobretudo na área educacional.

A africanidade, a educação para a diversidade e a Lei 10.639/03

Como visto, o alvo principal dos movimentos sociais é o complexo educacional, por ser aparelho privilegiado de formação cidadã e ambiente de produção cultural com caráter abrangente e universal, uma vez que alcança o universo populacional, dentre as diversas camadas sociais, bem como compõe sistema que se articula em todo território nacional.

Se, por um lado, o estado brasileiro deve à população afrodescendente mecanismos de redução de desigualdade social, como formação educacional em todos os níveis; por outro, as políticas públicas executadas não dão conta de abranger com amplitude o conjunto da população afro-brasileira e pobre, pois a qualidade da educação básica ofertada é insuficiente para conduzir a maioria dos cidadãos para os últimos anos do ensino médio, menos ainda para o ensino superior.

A solução passa por valorizar a educação básica e melhorar a qualificação dos professores do ensino fundamental, deslocando o eixo de perspectiva da formação. Nesse aspecto, a visão eurocêntrica das raízes culturais brasileiras, até então predominante nas matrizes curriculares e em materiais didáticos, deve incluir aspectos e elementos da história do continente africano, valorizando a cultura e apresentando a diversidade étnica desses povos, além da riqueza de sua presença no mosaico cultural nacional.

Nesse sentido, Cunha Junior (2013) defende a necessidade de redefinição dos conteúdos desenvolvidos nos cursos de Pedagogia, mais do que nunca carentes de disciplinas que contemplem o estudo da história e cultura africanas, as especificidades presentes nas relações étnicas no Brasil e a interculturalidade a partir da multiculturalidade.

O estudioso sugere a formação educacional com enfoque no estudo e compreensão dos pontos nevrálgicos das interações sociais, de forma a superar questões que suscitam conflitos e tensões, perpetuando e ampliando desigualdades sociais, políticas e econômicas produzidas e reproduzidas nas relações entre indivíduos e grupos.

Conteúdos educativos com outra perspectiva da contribuição da cultura africana e afrodescendente na formação histórica brasileira podem ressignificar conceitos antigos e desafiar preconceitos recorrentes, arraigados no imaginário nacional. Conhecer melhor a História da África e socializar contribuições dos povos africanos para a cultura nacional retifica conteúdos pedagógicos, etnográficos, sociológicos, antropológicos e de demais áreas do conhecimento, repara danos paradigmáticos e facilita a modificação do currículo educacional brasileiro.

O povoado Boqueirão da Arara, assim como outros territórios quilombolas, encontra-se no imaginário coletivo sob a forte concepção de território marginalizado, carente de recursos tecnológicos e isolado dos centros urbanos. Todavia, embora sofra as consequências de insuficientes investimentos públicos, demonstra ser uma comunidade pujante, rica em potencialidades e com sua população afinada com os progressos tecnológicos.

Pudemos constatar que os quilombos continuam representando espaços comunitários de luta e os moradores seguem organizando-se para superar desafios, mas aqueles

impostos pelas dificuldades de sobrevivência. Longe de precisarem fugir da escravidão, o objetivo atual é serem reconhecidos como descendentes legítimos de escravos, conforme expresso nas leis, terem garantidos direitos humanos básicos e atendidas suas reivindicações por condições dignas de inserção na sociedade, com acesso à educação, saúde, trabalho, mobilidade urbana e demais bens sociais.

Por tudo visto na comunidade e por dialogarmos com o que dizem os autores que estudam a cultura de matriz africana no seio da sociedade brasileira, oferecemos os matizes de cultura tradicional do quilombo Boqueirão da Arara como alternativa para a visão eurocêntrica consolidada no senso coletivo. Acreditamos ser urgente ressignificar conceitos, reconstruir imagens e solidificar nova percepção e compreensão desses grupos sociais, mais adequados ao formato atualizado, como o exemplo do Boqueirão da Arara e de outros povoados tradicionais que resistem ao tempo.

Ademais, não obstante o longo caminho a ser percorrido até a sociedade livrar-se do estigma racial cristalizado em séculos de humilhação e exploração servil de africanos escravizados, a Carta Magna brasileira contém mecanismos institucionais jurídicos, como leis e estatutos, que afiançam aos afrodescendentes garantias para acesso à educação, bem como dispositivos legais contra a discriminação e o preconceito (BRASIL, 2012).

Sancionada em 2003, a Lei n. 10.639 impacta diretamente o sistema de educação formal. Pela lei, o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira torna-se obrigatório e universal na educação básica e o conteúdo programático deve apresentar a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política da História do Brasil. O decreto determina no calendário o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra.

O objetivo institucional da lei é claro: interferir nos processos de escolaridade para ampliar os estudos de temáticas relacionadas com africanidades e relações étnicas a fim de redimensionar a influência africana e reconceituar referências negativas do universo de representações sobre a cultura e a vida da população afrodescendente, modificando e igualando significações frente às representações de base eurocêntrica, até então dominantes na sociedade.

O texto da Lei n. 12.711/2012 garante a reserva de 50% das vagas em universidades públicas e institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, de cursos regulares ou vindos das classes de educação de jovens e adultos. Os critérios para a concessão do benefício preveem, além da condição socioeconômica, a prerrogativa por autodefinição étnica, destinando um percentual mínimo do total reservado para pretos, pardos e indígenas no estado. Mas existem controvérsias quanto à validade dessa política no que tange à cota racial para inclusão efetiva em instituições públicas ou privadas da parcela afro-brasileira da população realmente carente de ação afirmativa. Longe de ser um caminho de solução de desigualdades e reparo de desvantagem antiga, a lei tropeça em argumentos contrários (RODRIGUES et al., 2010).

Para os autores, a ação não amplia a oferta de vagas, apenas redistribui as já existentes, isso sem contar que o sistema não contempla os alunos igualmente excluídos e que se encontram em escolas particulares de baixo padrão, além de não considerar o aspecto da qualidade diferenciada das escolas públicas – umas em relação às outras. A crítica do estudo sugere que a política é discriminatória, uma vez que os concludentes do ensino médio são minoria, portanto não representam o conjunto populacional dos mais carentes.

As singularidades socioculturais dos moradores do Boqueirão da Arara contribuem para ampliar e redimensionar a visão popular e intentam contribuir para ampliar e redimensionar a visão popular mais recorrente de aspectos de vida de antigos cativos, bem como de seus descendentes, procurando novos significados para a concepção de quilombo frente a conceitos rígidos alicerçados no imaginário coletivo.

Os elementos culturais presentes nas narrativas, prospectados a partir de observações durante as visitas ao povoado e em interação com o povo, esperam ressignificar compreensão da contribuição de povos africanos e afrodescendentes na formação da sociedade brasileira, corrigindo equívocos paradigmáticos e enriquecendo conteúdos curriculares para servir a estudos desta e de futuras gerações.

Consideramos de fundamental relevância para o alcance dos objetivos propostos o aprofundamento do conhecimento do território tradicional: aspectos da geografia do espaço e significados da história consolidada na memória dos descendentes de escravos, analisando influências do meio ambiente no decurso histórico, bem como ligações das memórias ancestrais e histórias de vida com o lugar.

CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA E HISTÓRICA DO QUILOMBO BOQUEIRÃO DA ARARA

A História Nova¹⁹, com a pretensão de ser a “ciência dos homens no tempo” (BARROS, 2012, p. 248), aproxima-se dos objetos de forma interdisciplinar e problematizadora, buscando ampliar e aprofundar a compreensão dos fatos relacionando elementos históricos com dados de outras ciências, a fim de perceber as influências e repercussões políticas, culturais e econômicas nos fatos e fenômenos.

O olhar original aproxima-se das comunidades humanas, nos diversos tempos e em seus espaços, percebendo dados e fatos sob a ótica do universo das Ciências Sociais: Sociologia, Geografia, Economia e Antropologia, entre tantas, consideradas a partir do debate entre sociólogos, filósofos, geógrafos e historiadores, em perspectiva holística e pluridisciplinar.

Imagens ilustram a realidade, concreta ou abstrata, e comportam valores. Fatos e ideias são transmitidos atendendo a inúmeros interesses, a partir do olhar de quem as captam, convertendo-se em elementos preciosos para a pesquisa de campo. Imagens estabelecem mediação entre o trabalho de busca de dados e o momento seguinte, de transposição, fixação e análise, em que o pesquisador precisa recompor a memória e recuperar cenas e sentidos coletados.

Neste capítulo, a opção pelo uso excessivo de registros visuais explica-se por meio das palavras de Delory-Momberger (2006b, p. 105): “A fotografia cria o que ela tenta apreender, conforme regras, meios e práticas que lhe são próprias, ela é inteiramente ‘constituída’; ela fabrica e faz surgir mundos”.

¹⁹ A citação desse movimento historiográfico não se refere à materialidade do estudo, e sim à metodologia.

A intenção é ampliar o acesso ao universo imagético, envolvendo território e peculiaridades geográficas: paisagens, recursos naturais e impactos ambientais da presença humana, facilitando ao leitor a visualização espacial do quilombo Boqueirão da Arara, combinando-a ao conteúdo discursivo, de forma a instigar sua imaginação para percepções intrínsecas suscitadas pela biografia singular desse coletivo tradicional.

O município de Caucaia, no Ceará: origem do povoado

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), Caucaia, cidade cearense, está localizada na região Noroeste do estado, distante 27 quilômetros da capital, pela rodovia federal BR-222. O município conta com uma área territorial de 1.228,506 Km², com população estimada, em 2014, de 349.526 habitantes.

O nome “Caucaia”, ou “mato queimado”, resultou de “caa” (mato) e “caia” (queimado), termos de origem indígena que combinados deram nome ao núcleo original de cultura ameríndia²⁰. Menezes (1966, p. 350) recorda os primórdios que antecederam a fixação colonizadora e chama a atenção para o processo etnogênico de capitães-mores, aconselhando “[...] ‘guerra de morte’ ao ‘gentio do corso’”.

O aldeamento dos índios pelos jesuítas teve como propósito educá-los segundo a pedagogia cristã, mas a missão fracassou. Enviados pela coroa portuguesa, Francisco Pinto foi massacrado na serra da Ibiapaba e seu companheiro Luís Figueira fugiu para o mato, segundo a narrativa de Menezes (1966). A realeza depositou confiança nos missio-

²⁰ Designação genérica do índio indígena da América (PRIBERAM).

nários e concedeu regalias aos gentios, inclusive aceitou a mistura de raças e os protegeu contra atos discriminatórios, mas a condescendência não garantiu o sucesso da missão educativa.

Contudo, o aldeamento da Ibiapaba florescia no decorrer do século XVIII, enquanto o Marquês de Pombal expulsava os jesuítas, elevando a aldeia indígena à condição de vila, que passou a chamar-se Vila Nova de Soure em 15 de outubro de 1759. Estudos de Menezes (1966, p. 352) descrevem a reunião dos juizes ordinários André Vidal de Negreiros e Diogo Pereira Lopes: “[...] assinando de cruz a ata. Assim assinaram todos os presentes. Era realmente escassa a técnica da escrita”.

As duas primeiras escolas primárias do aldeamento de Ibiapaba foram: a de Caucaia, em 9 de junho de 1759, “[...] com 142 discípulos de ambos os sexos, alguns já casados” (MENEZES, 1966, p. 352), e a da Aldeia de Paiacus. Além do aparelhamento nulo e da escassez de recursos, inclusive para pagar salários, mestres alfabetizados eram escassos e, quando havia, muitas vezes acumulavam várias funções, deixando a situação do ensino precária, com professores mal pagos e irregularidades que envolviam baixo nível intelectual e moral.

No decorrer do século XIX, a vila foi extinta e restaurada por diversas vezes, tendo anexados alguns distritos ao seu território: Umari, Tucunduba e Soure. Em 20 de agosto de 1903, a vila passou a município de Soure. Em 1904, o município de Soure teve incorporados ao seu mapa os distritos de Sítios Novos, Taquara, Primavera e Cauípe.

A vida colonial prescindia de conhecimentos aprofundados. Capacidade leitora e escritora e habilidade com operações básicas de matemática eram privilégios de poucos. A maior parte da população labutava na lavoura ou

pecuária, cujo saber empírico era suficiente para a vida e transmitido pela oralidade. Às classes dominantes interessavam as carreiras de armas, que também não requeriam muita instrução. Eram poucos os livros e jornais e os conteúdos de Ciências Humanas e epistemologias de educação; consoante Menezes (1966), não eram importantes.

A rotina escolar da educação primária era desagradável e “[...] metia medo à criançada” (MENEZES, 1966, p. 354). Os castigos começavam no lar e continuavam na escola, com direito à palmatória, negociada conforme mérito ou castigo. O mestre era considerado como segundo pai e tinha apoio da família para “corrigir a coleção de monstrosinhos enfileirados nos bancos”.

Com o desenvolvimento urbano, social e econômico da província, surgiram as necessidades do ensino. Menezes (1966, p. 356) cita a carreira das letras e as funções públicas, voltadas para serviços burocráticos: “[...] para conservação do *status quo*. Não lhe era necessário crítica social”.

É importante salientarmos a questão de gênero na educação colonial: o estudo de Menezes (1966) mostra que, em meados do século XIX, do total de 44 cadeiras de ensino primário, apenas cinco se destinavam às mulheres em 1847. Relatório ao presidente da província já apontava, em 1844, 33 escolas do sexo masculino e cinco escolas do sexo feminino.

A renovação educacional iniciou-se em 1922, com o pedagogo paulista Lourenço Filho encabeçando o grande movimento reformador no estado do Ceará (MENEZES, 1966). Em 30 de dezembro de 1943, o município de Soure passou a denominar-se Caucaia; Taquara ganhou o nome de Mirambé; e Primavera passou a chamar-se Guararu.

Em 1951, surgiram os distritos de Catuana e Cauípe, posteriormente extintos e incorporados a Sítios Novos. Em

1991, juntaram-se ao município os distritos de Bom Princípio e Jurema. Na divisão territorial de 2005, que vigora até o momento, o município de Caucaia compreende os distritos de Caucaia, Bom Princípio, Catuana, Guararu, Jurema, Mirambé, Sítios Novos e Tucunduba.

Seguimos na direção Oeste pela BR-222, que liga os municípios cearenses de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, e encontramos o povoado Boqueirão da Arara a dez quilômetros do Centro de Caucaia ou distante 37 quilômetros de Fortaleza, se o ponto de partida for a capital cearense.

O território é ocupado por famílias de descendentes de escravos dos dois lados da pista, mas a maior parte delas, assim como a sede da associação e ponto de encontro dos moradores durante as reuniões, fica ao Sul da rodovia federal, no sentido Oeste.

O quilombo Boqueirão da Arara: localização e meio ambiente

O mapa representado a seguir oferece panorama do território de formação da comunidade tradicional, a partir do qual se veem algumas localizações particularmente pontuadas. Desde 2014, o povoado possui reconhecimento oficial do Inera como sendo território de remanescentes de quilombos e a definição dos limites geográficos da terra que será de uso comunitário pelos quilombolas está em disputa entre proprietários de fazendas e empresários (MARQUES, 2013).

Imagem 8 – Vista aérea do território onde se encontra o quilombo Boqueirão da Arara



Fonte: Arquivo pessoal de Tânia Sucupira e Ana Larissa Ribeiro de Freitas (2015).

A fotografia no quadro 1 da Imagem 8 mostra a fachada da Escola de Educação Infantil e Fundamental (EEIEF) Adélia Crisóstomo e ponta da serra do Boqueirão. A escola está localizada na margem da BR-222, quilômetro 23, a Leste da sede da associação de moradores do quilombo. No ponto 2, avistamos parte da serra Boqueirão e da serra da Conceição. O ponto, distante dez quilômetros do Centro de Caucaia, marca a entrada para a comunidade na direção Sul da BR-222, ao encontro da sede da associação de moradores. No detalhe 3 do mapa, observamos a entrada do quilombo direção Norte, com vista da serra do Camará ao fundo; também é o ponto de entrada para a fazenda Boqueirão, propriedade particular que disputa legalmente território com os quilombolas. Na figura 4, visualizamos a residência de D. Conceição Rodrigues, moradora tradicio-

nal e vizinha à sede da associação, que aparece a seguir, no quadro 5. O detalhe 6 do mapa mostra trecho da linha férrea, nesta altura marcando 33 quilômetros até a estação central de Fortaleza, sentido Leste. E a figura 7 foi registrada na rodovia federal seguindo rumo ao Oeste, apresentando parte da serra da Conceição.

Percebemos que o território do Boqueirão da Arara é rodeado por serras. Afora as apontadas no mapa, existem: serra do Juá, por trás da serra Boqueirão, sentido Sul da BR-222; serra Santa Rosa, ao lado da serra Camará, no sentido Norte; e a serra Guararu, ao lado da serra da Conceição, na direção Oeste.

Anjos (2009) e Moura (1987) justificam como estratégica a escolha de regiões geográficas acidentadas com montanhas, florestas e cavernas para fuga de cativeiro e resistência à captura, porque dificultavam o acesso de estranhos indesejados, facilitavam a vigilância e ofereciam condições e recursos naturais para fixação e sobrevivência, como proximidade de rios, fonte de coleta de madeira e víveres: frutas, raízes, caças, etc.

Imagem 9 – Trecho da linha férrea que passa pelo território do quilombo



Fonte: Ana Larissa Ribeiro de Freitas (2015)²¹.

²¹ Aluna de graduação do curso de Geografia na Universidade Federal do Ceará (UFC).

O registro fotográfico anterior mostra trecho da linha férrea no sentido Leste, em direção à capital. O trânsito ferroviário entre a capital do estado e a região Noroeste iniciou operação em 1917 (GIESBRECHT, 2010), com equipamentos circulando das estações de Fortaleza a Soure, à época, hoje Caucaia, incluindo a parada Guararu-Arara e Boqueirão. Até hoje o trem acompanha a história social e econômica do lugar, com trajeto que passa por dentro do quilombo.

Uma das versões para a origem do nome Boqueirão da Arara encontra alicerce na parada da estação ferroviária do mesmo nome, quando chegou a oferecer operação de transporte com embarque e desembarque de passageiros. Atualmente neste ponto do trecho o trem passa direto, funcionando somente para fins de transporte de cargas.

Imagem 10 – Vista do quilombo, com parte do trecho ferroviário



Fonte: Ana Larissa Ribeiro de Freitas (2015).

A fotografia da Imagem 10 mostra a paisagem do quilombo com a visão no sentido Oeste, eternizando a imagem dos últimos raios solares do dia 7 de agosto de 2015. O trecho da linha ferroviária que passa dentro do quilombo, nessa perspectiva, mostra o percurso do trem no sentido Cau-

caia, acrescentando à vista da paisagem imagens da serra Guararu.

Bate-papos informais nos deram conta de versões para a origem do nome do povoado Boqueirão da Arara. As histórias encontram fundamento na configuração geográfica e na fauna do local. O povo acredita que o nome surgiu por conta de o quilombo ter se formado em território rodeado por serras, cujas linhas lembram os lábios da boca, ou ainda porque havia na região incidência farta de bandos de araras e outras aves em tempos antigos. Atualmente não há ocorrência de araras na região. Enquanto assistíamos à reunião ordinária da associação em 6 de dezembro de 2014, presenciamos uma palestra promovida pelo Instituto de Guardadores e Protetores Ambientais (IGPA), voltada para a educação ambiental no povoado.

O palestrante e também delegado do meio ambiente garantia aos moradores do povoado o interesse do instituto em recuperar a fauna perdida e propôs organizar em conjunto com a associação uma série de encontros com palestras e ações esclarecedoras sobre o perigo de queimadas, sobre as ações de combate à caça indiscriminada e sobre a importância de adoção da coleta seletiva de resíduos. Naquele dia, a palestra ainda informou aos quilombolas a respeito de planos de parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama). A proposta previa que as aves porventura apreendidas naquela região fossem soltas no território a fim de repovoar a área.

Imagem 11 – Vista da paisagem do povoado a partir da varanda da residência de D. Maria da Conceição Rodrigues do Nascimento, a D. “Fia”



Fonte: Arquivo pessoal de Tânia Sucupira (2014).

A Imagem 11 foi feita da varanda da residência de D. “Fia”, moradora antiga de família tradicional do povoado. É possível ver parte da cisterna da casa, fornecendo água a ela e a mãe, D. “Dica”, e também à família de seu filho, Antônio Marcos, a esposa e os dois filhos menores. A serra da Conceição aparece ao fundo, depois do trecho da linha férrea da Companhia Ferroviária do Nordeste (RFN), com o trem cargueiro em curso no sentido Oeste da BR-222.

Voltamos em dezembro de 2014 para entrevistar a família de D. “Dica”. Havia acontecido um chuveiro na madrugada que antecedeu a nossa chegada, fato lembrado com alegria por sua filha, D. “Fia”: “[...] *foi pouco, mas esperamos que venha mais. Quando chove aqui é bom demais!* [...]”²².

²² Entrevista concedida por Conceição. *Entrevista I*. [22 nov. 2014]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2014.

Imagem 12 – Vista do povoado Boqueirão da Arara, com a sede da associação à direita e as serras da Conceição e do Guararu ao fundo



Fonte: Arquivo pessoal de Tânia Sucupira (2014).

A Imagem 12 mostra o panorama da entrada do povoado, com vista das serras Conceição e Guararu. A sede da associação e ponto de encontro dos moradores durante as reuniões está à direita da imagem, em primeiro plano. O registro feito no auge do verão de 2014 dá uma ideia do quanto é quente e seca a região, bem como das dificuldades enfrentadas pelo povo, antigo e recente, na luta pela sobrevivência.

A ocupação do território se divide entre os dois lados da BR-222. Ao Norte da pista, em terras que estão em disputa entre fazendeiros, encontram-se morando algumas famílias quilombolas, entre elas a de S. Carlito e D. Vicência, a de S. Antônio Arlindo e D. Maria Irene, além da residência de D. Augusta, que, segundo as vizinhas, mora em Caucaia, mas está sempre no sítio do Boqueirão, quem guarda reminiscências dos seus antepassados.

Houve interesse por entrevistarmos D. Augusta para compreendermos sua perspectiva de vida, porém todas as tentativas de encontro foram frustradas. Registramos o co-

mentário de D. “Fia”: “[...] *A Augusta, que nem mora aqui, no tempo da reunião veio cheia de cacareco, até lamparina sem fundo [...]*”²³.

D. Maria Irene e S. Raimundo, moradores tradicionais, viviam na mesma casa desde seu casamento, havia 45 anos. Anjos (2009, p. 57) diz que a casa de pau a pique “[...] pode durar até 100 anos”. O sítio foi herdado de bisavós e avós de D. Maria Irene, que, cosoante ela, trabalhavam na lavoura e na criação de animais, além de dedicarem-se ao trabalho artesanal e confecção de utensílios e artefatos para uso doméstico, como louça, panela, pote e alguidar, feitos com barro retirado do riacho Guararu à época; hoje açude Guararu.

Da fala de D. Maria Irene despontam elementos que remetem à ligação com a terra e com o grupo social, não apenas o ancestral, mas também o atual. Ela reforçou seu apreço pela criação de ovinos e caprinos, tradição quilombo-la originalmente africana, conforme Anjos (2009), mas confessou que havia aberto mão da prática antiga na família para evitar tensões e conflitos com D. Augusta, porque a vizinha não cercava as terras, facilitando que animais entrassem para comer suas plantações.

As experiências de vida suscitam reflexão no que diz respeito às mudanças vividas por todo ser no mundo, colocada na afirmação de Josso (2006, p. 34-35):

Todos os relatos de histórias de vida, sem exceção, apresentam-se como uma sucessão ou uma co-habitação de buscas que valorizam aspectos particulares da existência: a felicidade, os conhecimentos sobre o mundo, o conhecimento de

²³ Entrevista concedida por Conceição. *Entrevista I*. [22 nov. 2014]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2014.

si e dos outros, a pesquisa de vínculos férteis, o sentido da vida e, finalmente, o desenvolvimento de uma melhor acuidade de nossa capacidade de observação ou, dito de outro modo, de nossa atenção consciente.

Os aspectos particulares da existência que transbordam na narrativa de D. Maria Irene, aos quais Josso (2006) refere-se, envolvem a formação da memória afetiva na forma em que Halbwachs (2004) aponta quando afirma que os sentimentos e pensamentos mais pessoais buscam sua fonte nos meios e nas circunstâncias sociais definidas.

Imagem 13 – S. Antônio Arlindo e D. Maria Irene em sua residência

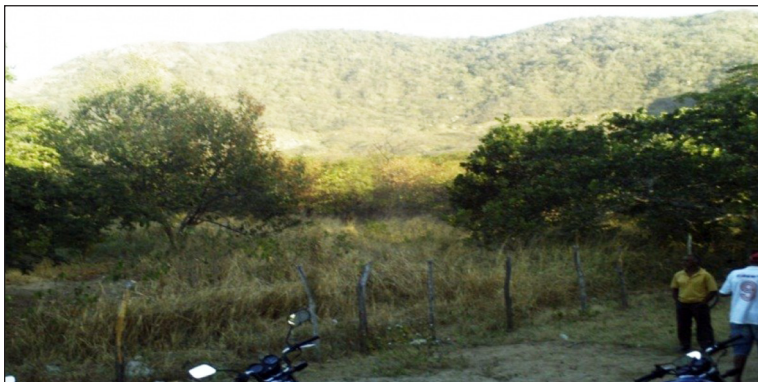


Fonte: Arquivo pessoal de Tânia Sucupira (2015).

A Imagem 13 mostra S. Antônio Arlindo e D. Maria Irene em sua propriedade, que guarda lembranças de várias gerações ligadas ao cultivo de roças, à colheita em pomares e ao cuidado de pequenas criações. Eles moram na área do quilombo que fica ao Norte da pista, sentido Oeste da BR-222, lado em que se encontram o açude Guararu, a serra do Camará e a serra Santa Rosa.

Em análise de Bergson (1999), a memória constrói-se partilhada interativa e coletivamente, ainda que de forma pessoal. Nela estão os significados para os registros que se têm impregnados de afetividade e subjetividade, pois a memória perpetuada é sempre a memória sob um determinado ponto de vista ou estado de espírito.

Imagem 14 – Vista Norte da BR-222; ao fundo, a serra do Camará



Fonte: Arquivo pessoal de Tânia Sucupira (2015).

Ao registrar a Imagem 14, nosso olhar encontrou aspectos da paisagem do quilombo, como a vista da serra do Camará. Olharmos o meio ambiente e percebermos as peculiaridades da natureza conjugados com as imagens do povo que sucedeu os cativos desperta a imaginação para o vivido pelos antepassados desse grupo nos tempos da escravidão, no sentido que Delory-Momberger (2006b) confere para a fotografia.

As imagens despertam a imaginação para sentimentos e experiências vividos sob condições muito difíceis enfrentadas pelos antigos moradores. Concordando com a autora, o registro imagético é um projeto em curso, cujo objeto

contém elementos materiais e imateriais, os quais surgem a partir do olhar que contempla: “Nada se oculta sob a imagem, tudo está lá, é suficiente ler” (DELORY-MOMBERGER, 2006b, p. 108).

Imagem 15 – Entrada do quilombo, ao Norte da BR-222, no sentido Oeste



Fonte: Ana Larissa Ribeiro de Freitas (2015).

A Imagem 15 apresenta a entrada do quilombo, que fica ao Norte da BR-222, com as serras do Camará e Santa Rosa ao fundo. Na frente, vê-se placa de propriedade particular da fazenda Boqueirão, cujos donos disputam com os quilombolas a posse de terras (MARQUES, 2013). Observamos que o fio condutor que distribui a energia elétrica não penetra a área, por impedimento dos donos da fazenda, privando as famílias quilombolas ali residentes de acesso ao serviço.

Seguindo pela BR-222 rumo ao Oeste, o território quilombola limita-se, ao Sul, com terras de empresários do ramo mineral, gerando diversos problemas para os envolvidos: conflitos por disputas de terra, graves transtornos ambientais e diversos riscos à saúde dos moradores, devido ao pó liberado durante o processo de extração do minério,

que polui o ar, destrói a vegetação, contamina o solo e compromete a qualidade das já escassas reservas hídricas.

Imagem 16 – Território do Boqueirão da Arara no lado Sul da BR-222



Fonte: Ana Larissa Ribeiro de Freitas (2015).

A Imagem 16 mostra área do Boqueirão da Arara com as serras Guararu, Camará e Santa Rosa no horizonte. Novamente se encontra placa para delimitar o território, mostrando os limites das terras particulares. A fazenda Boqueirão possui terras dos dois lados da BR-222, com limites extensos que tomam grande parte do território.

Imagem 17 – Explosão de rocha na serra do Boqueirão



Fonte: Arquivo pessoal de Tânia Sucupira (2014).

A Imagem 17 mostra membros do povoado bem próximos à sede da associação. A explosão da rocha pela empresa de mineração que ocupa área vizinha ao território tradicional aconteceu enquanto os moradores da comunidade chegavam para mais uma assembleia comunitária na sede, onde já se encontravam muitas pessoas agrupadas: homens, mulheres, crianças e idosos, debatendo temas. O estouro da dinamite foi percebido como sendo bem próximo e o barulho, que surpreendeu a todos, ensurdeceu e foi assustador, como é de imaginar-se.

É importante ressaltarmos que não houve o toque prévio da sirene avisando sobre a explosão, como prevê a legislação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM, 2015), nas recomendações constantes em Normas Reguladoras de Mineração (NRM), nem qualquer outra providência para o sobreaviso das pessoas. A extensão da nuvem de poeira que seguiu ao estrondo envolveu uma grande área por um longo tempo, alcançando adultos e crianças e provocando mal-estares de visão e respiração, principalmente.

Imagem 18 – Reunião ordinária da associação de moradores do quilombo Boqueirão da Arara



Fonte: Arquivo pessoal de Tânia Sucupira (2014).

A Imagem 18 mostra a comunidade quilombola reunida em assembleia ordinária para discussão de assuntos políticos e sociais. A explosão vista na Imagem 17 aconteceu nessa data, segundos antes desse registro fotográfico. Pela imagem é possível supor a noção do número de pessoas, entre homens e mulheres, idosos e crianças, surpreendidas pelo estouro, sentindo efeitos e consequências.

Para além dos efeitos perturbadores a nível psicológico, a exploração intensa e prolongada do minério na serra tem consequências trágicas para o meio ambiente e prejuízos graves para a saúde dos moradores do povoado. Quando interpelada sobre os eventuais problemas advindos das atividades da pedreira para os moradores do povoado, D. “Dica” os negou: “[...] Não, a pedreira é do Zé do Carro”²⁴. Sua filha, D. “Fia”, trouxe outras lembranças:

*[...] Desde que eu nasci que já tinha essa pedreira. A pedreira é antiga. Eu lembro dela desde criança. Meu filho mais velho, Antônio Carlos, já trabalhou lá. Já morreu muita gente nessa pedreira e ficou aleijada também. Teve um homem que ficou depressivo porque perdeu o cachorro em acidente na pedreira. A poeira atrapalha muito, mas, depois daquele dia da reunião [reporta-se à explosão que ficou registrada na imagem 17], eles estão explodindo mais à noite*²⁵.

Paulo Sérgio, filho de D. Maria Irene e S. Antônio Arlindo, então com 32 anos, estava em plena idade produtiva, com formação educacional, pois havia frequentado a escola, porém se encontrava desempregado, não demonstrando en-

²⁴ Entrevista concedida por Raimunda (Dica). *Entrevista I*. [22 nov. 2014]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2014.

²⁵ Entrevista concedida por Conceição (Fia). *Entrevista I*. [22 nov. 2014]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2014.

tusiasmo a respeito da relevância da indústria nas perspectivas empregatícias. Ele lamentou as repercussões das atividades de extração mineral para o cotidiano dos moradores do quilombo:

*[...] a pedreira era do Arnaud, que morreu, passou para o filho, que também morreu. Ela é a única empregadora por aqui juntamente com o posto de gasolina, que são do mesmo dono, mas têm pouca vaga de colocação. Lá acontecem muitos acidentes, tem muita poeira. O povo tem problema de cansaço; quando pega gripe, sofre muito*²⁶.

A memória é um monumento politicamente construído e está viva nos grupos sociais, flutuando nos movimentos, entre lembranças e esquecimentos. Como um organismo, ela é latente nas comunidades humanas, suscetível, manipulável, em permanente evolução e sujeita a transformações, porquanto suas representações e simbolismos são evidenciados nas dialéticas das interações e estão presentes nas dinâmicas dos contextos sociais, culturais e políticos.

Imagem 19 – Vista da pedreira e da serra do Boqueirão



Fonte: Ana Larissa Ribeiro de Freitas (2015).

²⁶ Entrevista concedida por Paulo. *Entrevista II*. [14 fev. 2015]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2015.

A Imagem 19 foi registrada da BR-222, no sentido Leste, com a pedreira ao Sul. A empresa é antiga na área e suas atividades impactam diretamente a população do entorno, incluindo a comunidade do povoado quilombola. Moradores ouvidos reportaram-se à indústria reclamando dos efeitos nefastos à saúde provocados em decorrência da extração do minério.

As problemáticas registradas pelos quilombolas relacionadas com o impacto socioambiental das atividades da pedreira eram agravadas pela dificuldade em acessar o serviço médico. O Programa Saúde da Família atuava no território, mas o atendimento à população era então precário. Os postos públicos de serviços de saúde, segundo as falas, estavam em localidades distantes e deixavam a desejar na oferta de exames preventivos, consultas clínicas ou procedimentos médicos simples. Queixas relacionadas com a deficiência do serviço público de saúde foram comuns a todas as entrevistas.

D. Maria Irene, na ocasião do primeiro encontro, reclamava de dores nas pernas, segundo ela, ocasionadas por ingestão de carne suína. A debilidade física dificultou-lhe a locomoção, deixando-lhe incapacitada o suficiente até para ir em busca de ajuda médica, conforme ela contou, fazendo-lhe enfrentar uma verdadeira *via crucis*, pois morava longe da pista e as dificuldades de transporte público e mobilidade urbana eram muitas:

[...] Andei muito doente, por conta de uma carne de porco que comi na passagem de ano. Fui para o posto médico em Caucaia e em Fortaleza, mas ninguém dava jeito no inchaço das pernas e nas dores; não tinha remédio que melhorasse, até que eu fui numa clínica particular em Caucaia, paguei consultas e exame. Da dor na barriga eu

*estou melhor, mas o inchaço das pernas não passa. Isso me incomoda*²⁷.

D. Magela lembrou que D. “Dica” teve dois princípios de acidente vascular cerebral (AVC), além de sofrer com problemas de visão. A médica do posto em Caucaia diagnosticou catarata e recomendou cirurgia. A família temia que D. “Dica” enfrentasse riscos operatórios, tivesse problemas pós-cirúrgicos, precisasse de socorro urgente, não sendo possível prestar-lhe socorro a tempo. D. Magela desabafou sobre sua a rotina:

*[...] Aqui só Jesus. Tudo é difícil, até para pegar um transporte: só na pista. Eu venho aqui todo sábado e trago a fruta, o peixe. Eu compro remédio. A mãe toma calmante, remédio para sinusite e também fitoterápico, como suplemento alimentar. Tudo que é de resolver fora é comigo: tirar uma ficha, levar a um médico. Eu levo a mãe no médico no posto de saúde de Araturi, embora o certo fosse levar em Primavera, mais perto do Boqueirão, mas lá não tem recursos. A gente se preocupa porque ela adora mascar fumo de pacote*²⁸.

O relato da família confirmou a carência de atendimento médico adequado e acessível, mas evidenciou a dedicação da família. D. Magela morava em Caucaia e contou que havia deixado seu emprego, optando por vender produtos de beleza na condição de autônoma para ter mais tempo livre e cuidar dos pais. Com o falecimento do genitor, ela

²⁷ Entrevista concedida por Maria Irene. *Entrevista III*. [14 mar. 2015]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2015.

²⁸ Entrevista concedida por Magela Geralda Lima. *Entrevista I*. [22 nov. 2014]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2014.

passou a se dedicar aos cuidados da mãe. D. “Dica” morava com a irmã no Boqueirão, mas ela ia toda semana ao encontro da família para abastecer a mãe de alimentos e remédios. Periodicamente D. “Dica” ia com ela a sua casa, em Araturi, para fazer consultas e exames médicos.

Imagem 20 – D. Magela prepara caldeirada de cabeça de peixe para o almoço da mãe, D. “Dica”



Fonte: Arquivo de Tânia Sucupira (2014).

D. Magela aparece na Imagem 20 usando o fogareiro para cozinhar a cabeça de peixe e preparar a caldeirada para o almoço da mãe. Ela esforçava-se em atenção e cuidado para agradar a mãe com o prato, segundo disse, “muito apreciado” pela genitora.

Imagem 21 – D. “Fia” na varanda da sua casa; ao fundo, a vista da serra da Conceição e da linha de trem, com vagões em curso



Fonte: Arquivo de Tânia Sucupira (2014).

A Imagem 21 apresenta D. “Fia” na varanda de sua casa, com a visão parcial da cisterna da família, único reservatório para o acúmulo da água consumida pela residência de D. “Fia” e pelos membros da família de seu filho, que morava ao lado. Quando as precipitações eram insuficientes, a água precisava ser adquirida de carros-pipa a preços altos.

O registro imagético, feito no meio do dia 22 de novembro de 2014, auge do verão, evidencia os efeitos da estação causticante, remetendo à toponímia de Caucaia – na língua indígena, mato queimado –, mas principalmente deixa clara a proporção da importância que tem cada gota de água reservada, sobretudo potável, para a sobrevivência e qualidade de vida dessa população.

Na casa de D. “Fia”, morava também sua mãe, D. “Dica”, e na residência ao lado estavam seu filho, Francisco Marcos, com a esposa, Germana, e os dois filhos do casal. A cisterna de D. “Fia” servia às duas famílias, o que

não era fácil, segundo disse sua irmã, D. Magela: “[...] *A cisterna dela aí, coitada, é para todo mundo aí*”²⁹.

A respeito da despesa que a família assumia nos tempos de estiagem, D. “Fia” desabafou: “[...] *Antigamente tinha mais água, mas ficava mais longe. Hoje a gente compra, junta da chuva e pega no açude cacimbão, mas a água do açude não presta para quase nada, é suja demais*”³⁰.

A problemática ocasionada pela deficiência de abastecimento hídrico era constante. Na última visita à D. “Fia”, em 7 de agosto de 2015, ela já se preparava para comprar com muito sacrifício, segundo ela, água do carro-pipa, pois as chuvas não haviam sido boas o suficiente. Ela disse que não entendia por que a água não rendia e considerava a possibilidade de que a cisterna estivesse com vazamento ou que a água estivesse evaporando.

D. Vicência, do outro lado da pista, sofria as mesmas dificuldades, conforme relatou. Ela afirmou saber, com certeza, onde havia água boa no subsolo:

*[...] Eu tenho cisterna. Água aqui só se comprar. Cada pipa custa R\$ 130,00. Vem de poço profundo do Coité: água boa, tratada, dá para um bom tempo, uns três meses. Tomar banho, lavar roupa. Compraram acolá por R\$ 150,00, mas a água não é boa, é salgada. Tem que botar a água no tacho para sentar, porque é cheia de barro; escolhamba a cisterna. Eu sei o lugar que dá água bem facinho se cavar o poço*³¹.

²⁹ Entrevista concedida por Magela Geralda Lima. *Entrevista I*. [22 nov. 2014]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2014.

³⁰ Entrevista concedida por Conceição (Fia). *Entrevista I*. [22 nov. 2014]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2014.

³¹ Entrevista concedida por Vicência. *Entrevista II*. [14 fev. 2015]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2015.

As narrativas são percebidas por sua natureza de registros de fatos e acontecimentos sociais ao longo do tempo e como matérias-primas para a elaboração de fontes documentais. A nova historiografia considera fontes históricas todos e quaisquer vestígios e evidências da cultura humana material e não material, nesse aspecto a originalidade da Nova História reside no fato de inovar e ampliar a concepção dos registros históricos, que deixam de ser analisados apenas como objetos prontos, acabados e objetivos, sendo considerados também pelos seus contornos vivos, subjetivos, inconclusos, por dever: acervo histórico em constante processo de construção.

Imagem 22 – Residências quilombolas no sopé da serra do Boqueirão



Fonte: Ana Larissa Ribeiro de Freitas (2015).

As residências na Imagem 22 ficavam no lado Sul do quilombo, alicerçadas muito próximas ao início da serra do Boqueirão (face vista) e serra do Juá (face oposta), origens históricas do povoado. Imaginamos que as famílias que residiam nessas casas sem cisternas para acúmulo de água sofressem grandes dificuldades no cotidiano.

Como posto até aqui, o povoado quilombola surgiu na região que hoje abriga o município de Caucaia. A missão dos jesuítas enviados pela coroa portuguesa reporta-se ao século XVII e o domínio das populações indígenas em aldeamentos teve fins políticos e pedagógicos, como parte da estratégia de colonização (MENEZES, 1966).

A história do cativeiro na província do Ceará não figura no cenário nacional com a mesma representatividade que teve em províncias como Pernambuco, Alagoas e Bahia, porque as condições físicas e geográficas não estimulavam a economia agroaçucareira, interesse principal de Portugal no início da colonização. No entanto, o cativeiro no território cearense é fato, aconteceu envolvendo número menor de escravos, sendo extinto primeiro frente às outras províncias. O comércio de africanos no Ceará foi motivado pelo trabalho no setor pecuário e algodoeiro, para servir às elites da capital cearense (SILVA, 1986).

A história da formação do quilombo

Conforme estudo antropológico realizado por Marques (2013), os remanescentes do povoado Boqueirão da Arara, no Ceará, descendem de duas famílias-tronco: os Rodrigues de Lima, ou Kalenga, e os Paulino de Oliveira, ou Piringa, nomes civil e social, respectivamente, as quais fugiram da serra da Rajada, no município de Tucunduba, distante de Caucaia 20 quilômetros pela BR-020, e local de escravidão para refugiarem-se nas serras do Juá e do Boqueirão. D. “Dica” lembrou bem da história e falou da família Kalenga:

[...] Eu lembro de tudinho. O tio Zé Rodrigues, tio Zé Cândido, era tudo Kalenga. Por parte da minha mãe, a família é Vieira [...]. Meu marido é

*Luís Targino Rodrigues; o meu pai era o Manoel João; o avô era o Conceição; minha avó materna é Francisca Vieira Lima, a Chicuta; o avô paterno é João Targino Rodrigues; a avó materna é Francisca Costa Targino; meus irmãos eram o Francisco Célio Rodrigues, o José Lusardo Rodrigues, o Luciano Rodrigues, o Paulo Sérgio Rodrigues, o Luís Carlos Rodrigues, o Antônio Carlos Rodrigues, o Ricardo Tururu, que mora em Caucaia, o Francisco, já falecido, o Manoel Xiduca Vieira, que morreu trabalhando: levou um choque num dia de chuva quando trabalhava na fábrica de sabão, o Geraldo, a Maria Antônia Rodrigues de Lima, a Vicentina Rodrigues de Lima e a Maria Rodrigues. Eu era a segunda mais velha, primeiro veio a Maria Antônia. Minha mãe teve 15 filhos; nasceram todos em casa, mas ela só criou oito. A Calu é prima, ela está viva e mora em Fortaleza*³².

Imagem 23 – Antiga residência de D. “Dica”, 89 anos de idade, na qual morou com o marido



Fonte: Arquivo pessoal de Tânia Sucupira (2015).

A casa que aparece na Imagem 23, com a serra do Camará ao fundo, foi residência de D. “Dica” por muitos anos,

³² Entrevista concedida por Raimunda (Dica). *Entrevista I*. [22 nov. 2014]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2014.

segundo relatos de sua filha, a D. “Fia”, quem nos levou até lá. Foi nessa residência, bem próxima ao sopé da serra do Boqueirão, que D. “Dica” e seu marido, S. Manoel João, haviam criado a família. Enquanto mostrava detalhes da casa que ainda hoje é usada por parentes, D. “Fia” lembrou-se da história de vida:

*[...] A mãe conta que trabalhou muito na serra tirando borracha. O pai dela, o vô Manuel João, trabalhava também na serra. Eles tiravam material dos pés de pau para vender. Ele fazia roçado, fazia carvão. Naquele tempo não tinha muito carvão. Ele plantou um sítio, plantou café, banana. O avô dela era escravo da serra do Juá. Ele tirava maniçoba no pé da serra, que dá tipo uma cera, parece a carnaúba. A mãe conta que um dia pegou bexiga e até as unhas caíram*³³.

D. “Dica” revisitou as recordações da infância durante a nossa conversa e recordou-se dos momentos em família: *[...] Eu tirava borracha mais o papai. O papai plantou o sítio e ainda está plantado. O pai dele tinha vendido o terreno dele e vieram todos para o Boqueirão. A minha mãe chamava Francisca Vieira, ela nasceu na serra do Juá*³⁴.

As memórias são marcos ou pontos invariáveis, imutáveis e irredutíveis que passam a fazer parte da própria essência pessoal, cujos elementos são percebidos nos acontecimentos vividos pessoalmente – pessoas e personagens – e também naqueles vividos socialmente. Pollak (1992) fundamenta esse processo de organização da memória como

³³ Entrevista concedida por Conceição (Fia). *Entrevista I*. [22 nov. 2014]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2014.

³⁴ Entrevista concedida por Raimunda (Dica). *Entrevista I*. [22 nov. 2014]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2014.

modo encontrado pelo indivíduo para definir o lugar social e suas relações com os outros.

Imagem 24 – Vista da casa antiga de D. “Dica” a partir do interior da entrada



Fonte: Arquivo pessoal de Tânia Sucupira (2015).

A paisagem que desponta da Imagem 24, tomada do portão de entrada da casa antiga de D. “Dica”, ressalta a altitude, localizada na parte alta do território quilombola, bem próximo ao sopé da serra do Boqueirão. Do outro lado dessa serra, encontramos a serra do Juá, espaço físico do início da ocupação do território pelos antigos escravos.

Vemos a geografia belíssima da região. Podemos fazer ideia das agruras e dificuldades enfrentadas pelos seus antepassados mais distantes para sobreviverem nessas paragens, migrando da serra da Rajada para a serra do Juá, escapando do cativeiro, driblando inúmeras adversidades e sustentando-se apenas com recursos naturais (ANJOS, 2009; MOURA, 1987). Parte dessa história foi revisitada pela família:

*[...] No tempo deles [dos pais] não existia transporte. Eles diziam que, para irem a Caucaia antigamente, iam a pé: iam e voltavam. Quem tinha um cavalo, um jumento ia neles; quem não tinha ia a pé. Hoje todo mundo é rico*³⁵.

*[...] Os defuntos tinham que ir na rede*³⁶.

*[...] Isso quando eu era menina, que eu sou de 1950. Em 58, eu fui trabalhar em casa de família. Naquele tempo, como a gente não sabia ir nem tinha transporte, era o pessoal que vinha aqui pegar a gente para ir trabalhar nas casas de família. Trabalhei quatro anos em casa de família para poder estudar. Papai não tinha nenhuma casa para morar; a casa era de palha*³⁷.

*[...] As portas eram de talo de carnaúba. A gente plantava feijão e arroz e colhia. Eu ia pilar*³⁸.

Densos e específicos, como mostra Ataíde (2006), os arquivos orais desencadeiam processos subjetivos e constroem histórias de vida. As narrativas de D. Conceição, a D. “Fia”, de sua irmã, D. Magela, e de sua mãe, D. “Dica”, permitem-nos reconstituir memórias que reforçam laços ancestrais africanos, como o plantio e descascamento do arroz e o cultivo de roças de feijão e mandioca. Juntas elas des-cortinavam o esforço e sacrifício dos antepassados distan-

³⁵ Entrevista concedida por Conceição (Fia). *Entrevista I*. [22 nov. 2014]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2014.

³⁶ Entrevista concedida por Magela Geralda Lima. *Entrevista I*. [22 nov. 2014]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2014.

³⁷ Entrevista concedida por Conceição (Fia). *Entrevista I*. [22 nov. 2014]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2014.

³⁸ Entrevista concedida por Raimunda (Dica). *Entrevista I*. [22 nov. 2014]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2014.

tes, que se que prolongaram até as gerações seguintes, que desceram a serra em busca de condições melhores de vida.

Do outro lado da pista, na direção Norte da sede principal do quilombo, D. Maria Irene reconstituía na memória a árvore genealógica da família, com lembranças doces do passado:

*[...] Por parte da mãe, meu avô era S. Marcelino Saraiva de Moura, que morreu antes de eu nascer. Minha bisavó era escrava e morreu ao dar à luz minha avó, que também era escrava. A vó era muito alegre. Ela trabalhava para S. Raimundo Batista e morava na casa dele, recebendo dinheiro como pagamento para fazer o serviço da casa, juntar feijão. Ela gostava muito dos patrões. Era bem tratada, inclusive a esposa do S. Raimundo era madrinha dela*³⁹.

Ainda que não tenha tido acesso ao ensino formal e aos benefícios da escolaridade, como tantos outros de sua geração, sua narrativa é objetiva e bem articulada (MENEZES, 1966). D. Maria Irene contou a história do quilombo e falou da posse das terras ao longo do tempo, nomeando cada um dos proprietários: *“[...] o dono era o Júlio Gomes. Quando ele morreu, ficou para o Aristides. Antes de morrer, o Aristides vendeu para o Domingão*⁴⁰*, mas agora, depois da morte dele, as filhas é que tomam conta”*⁴¹.

Conforme Barros (2012, p. 251), March Bloch é pioneiro ao se preocupar com a temática da reconstituição da

³⁹ Entrevista concedida por Maria Irene. *Entrevista III*. [14 mar. 2015]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2015.

⁴⁰ Domingos José Brasileiro Pontes governou o município de Caucaia de 1983 a 1988 e de 2001 a 2004, renunciando seis meses antes do fim do seu mandato.

⁴¹ Entrevista concedida por Maria Irene. *Entrevista III*. [14 mar. 2015]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2015.

memória, tanto aquela colhida em entrevistas, os “testemunhos voluntários”, prenunciando o que mais tarde se consolidaria como uma modalidade historiográfica: História Oral, como a oriunda da análise de registros do interior de documentos, os “testemunhos não voluntários”.

Se a memória é socialmente construída, toda documentação também o é, e a coleta de representações de si e da realidade, segundo Ataíde (2006), por meio da História Oral e História de Vida, abre novos campos de pesquisa, constituindo-se em uma nova perspectiva metodológica, pois a reconstrução cronológica desse ou daquele período é um instrumento privilegiado para a formação de acervo histórico.

D. Francisca Ferreira dos Reis, a D. “Tantica”, havia completado 80 anos quando de nossa pesquisa, conforme declarou. Ela era moradora tradicional na comunidade, morando sozinha na propriedade antiga da família. D. “Tantica” era uma quilombola muito simpática, acolhedora, de fácil trato, que adorava conversar, rendendo-se às falhas de sua memória:

[...] Nasci em 5 de março de 1935, talvez seja. Tenho documento, mas não sei onde está. Meu pai era muito namorado. Ele era seleiro e fazia tudo para os cavalos. Ele tinha bodega e tinha loja de roupa, daí dava roupa para as mulheres e depois as pegava. Casou com minha mãe, a finada Benigna Ferreira, que me botou no mundo. Minha mãe tinha dez filhos dele. A coisa que eu lembro que aconteceu comigo é que minha mãe não gostava de mim. Um dia eles pegaram uma briga por causa das outras mulheres dele, daí ela me jogou, e ele me pegou e deu para outra criar, a Maria Caiara, que também me deu. Era muito menino. A Dagmar, minha irmã, tinha que ir buscar nas casas. Não lembro nada do

meu avô. Meu pai era de fora, do Apunharés, daí vieram para a cidade. Meu pai veio com mais três primos, daí ele comprou terra para o lado de cá. O Marinho não sabia ler, aí meu pai fez o documento e não escreveu o nome dele; ele comprou toda do Chico Marinho de Oliveira. Meu pai questionou aqui por 15 anos. Ele morreu por causa desta terra, daí ficou para nós. Criei dez filhos, todos dos outros, não tive filhos. Já criei filho de filho. Eu era criadeira e não tinha quem contasse meu gado, ovelha e cabra. Eu tinha até vaqueiro. Eu cuidei ainda hoje de cabra. Eu já andei de avião. Minha mãe era valente que só o diabo. Eu namorei que só o diabo. Me pediam em casamento sem nem me conhecer, mas minha mãe não me dava. Meu pai era exigente, minha mãe também, ela era braba, ela quebrava o cabo da vassoura na cabeça deles. Meus irmãos morreram tudo: Alonso, Abdieiro, Mansueto, Zé Marinho, Nilo. Minha mãe mora no Conjunto Palmeira, ela está 'desse jeito' [faz trejeito decadente]. O André, meu neto, não pode ficar aqui comigo porque a mulher briga. De antes para agora só mudaram os olhos d'água. Eu tenho dois cacimbões, cheios na tampa. Falta água, às vezes, para eu beber [...]”⁴².

D. “Tantica” tinha história de vida intensa, com detalhes marcantes desde a primeira infância, quando o pai a havia tomado da mãe. A idade avançada não havia dissolvido a admiração que nutria pelo pai, que lutou como pôde para garantir terras aos descendentes. O gosto pela criação de gado, ovelha e cabra aparece na literatura como traço de ligação cultural ancestral. Na definição de Anjos (2009, p. 50):

⁴² Entrevista concedida por Francisca (Tantica). *Entrevista IV*. [16 maio 2015]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2015.

“Os quilombos, como unidades básicas de resistência, vão se configurar como o maior exemplo de re-elaboração territorial do registro das matrizes africanas no Novo Mundo”.

A narrativa de D. “Tantica” recompõe a memória das muitas mulheres que o pai dela teve. A multiplicidade de relações afetivas citada é apontada em Moura (1987), quando refere-se à organização familiar poligâmica na república de Palmares, assim como o gosto pela criação de reses e a economia de policultura: milho, feijão, batata-doce, muito semelhante a hábitos de sobrevivência encontrados no Boqueirão da Arara.

Delory-Momberger (2006a, p. 361) traça o caminho de formação social através da narrativa biográfica, percurso que envolve a coleta, reunião, ordenação e vinculação dos acontecimentos da existência em um esforço de organização com sentido e coerência, observando que “[...] a narrativa não entrega os ‘fatos’, mas as ‘palavras’: a vida recontada não é a vida”. À vontade no encontro e sentada ao lado da amiga de longa data, a D. “Fia”, D. “Tantica” esforçou-se para reencontrar o passado:

[...] Do tempo da escravidão? Aqui tinha escravo. Os escravos eram negros. Minha mãe dizia que eles cantavam na serra. Viviam na serra do Juá, entocados nas cavernas. Viviam de tudo, só não viviam de roubar. Eles viviam de agricultura de bananeira, macaxeira, laranja, manga. Tinha mais os Kalenga. Eles vinham para cá para minha casa. Eram muito trabalhadores. Lá é coisa boa, lá é chique. Ainda hoje tem gente nova por lá, não tem mais gente antiga. Às vezes, eles vêm aqui para vender castanha. De carro chega lá, tem cidade. Se havia castigo, sofrimento? Tinha. Uma vez, da banda do Camará, teve um que deu uma carreira num e ele veio bater aí. Não voltou mais. O ‘Glisoste’ [Crisóstomo?] botava fogo no

*rabo do jumento. Era valente o finado Zé Glistoste. Nos cristãos ele batia de chicote. Minha mãe puxou o canivete para ele. Minha mãe foi buscar o leite na fazenda lá em baixo, ele puxou o chicote. Meu pai trabalhava com cera lá. Filha, o cabra era tão ruim que nem comida dava, não dava nem manga. Ele foi matar meus tios, que eram negros, daí botaram ele para correr só com o dedo. Dizem que o túmulo dele pega fogo. Eu sei muita coisa, mas não lembro de nada*⁴³.

Ao reviver lembranças de histórias da escravidão e de hábitos dos escravos refugiados no Brasil, a recordação de D. “Tantica” descreveu o modo de viver do africano em sua pátria natal, como visto nos referenciais teóricos (ANJOS, 2009; MOURA, 1987): o gosto pelo canto, a atitude alegre, a vida embrenhada nas cavernas, a economia baseada na agricultura e a coleta de frutas.

Juntas, D. “Tantica” e D. “Fia” lembraram tempos mais difíceis, reconstituíram detalhes de conflitos e tensões com antigos padrões: exploração servil, castigos, maus-tratos e perseguição, atos perversos praticados pelo antigo patrão. O nome Zé Crisóstomo está citado em Marques (2013) referindo-se a terras de terceiros e à resistência dos quilombolas contra processos de expropriação.

Halbwachs (2004) considera toda memória coletiva comum a uma comunidade afetiva. Mesmo aquelas memórias individuais possuem partes e intersecções de lembranças com a memória compartilhada e o conjunto de referências e inferências; mesmo quando particulares, referem-se a uma construção inserida a partir de um contexto espaço-temporal social e comunitário.

⁴³ Entrevista concedida por Francisca (Tantica). *Entrevista IV*. [16 maio 2015]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2015.

Inferimos que a história de vida traz em si um potencial de formação, evidenciado no desenrolar da existência humana em suas diversas instâncias de constituição, no âmbito individual e social. Cada pessoa, desde que nasce, inicia um movimento biográfico com datas, personagens e acontecimentos, cujas relações estão na base da sua formação pessoal, à qual se juntarão as experiências de aprendizagem: as formais ou institucionais e também as informais, evidenciadas nas interações sociais, o que Pineau (2006, p. 42) diz ser “[...] um caldo de cultura multiforme, complexo, disperso”.

Imagem 25 – D. “Tantica” na varanda da sua casa



Fonte: Arquivo pessoal de Tânia Sucupira (2015).

A Imagem 25 expõe D. “Tantica” na varanda da casa, onde, ao lado de D. “Fia”, sua amiga, acolheu a entrevista. O sorriso largo deve-se à satisfação pelo mimo singelo recebido em retribuição à gentileza da atenção dispensada. Sua

residência ficava no lado Sul da BR-222, no sentido Oeste, próxima à serra da Conceição. Ela fez questão de nos mostrar toda a residência, em que vivia sozinha. Da janela da cozinha surgia a cabeça da cabra que ela criava, “brava”, segundo advertia e completava lamentando não mais ter forças para manter as criações que tanto apreciava.

A narrativa, consoante uma lógica e uma linguagem, é o meio e o lugar como gênero discursivo para dar forma às vivências e experiências, não apenas em suas representações simbólicas, mas também no espaço físico em que o indivíduo vive, experimenta e interage. A História Oral de Vida, para Ataíde (2006), reconstrói a história pessoal e promove processo de revisão e ressignificação do passado e do presente, porquanto facilita compreensão e ressignificação das fases da vida.

Entende-se a biografia como uma construção de memórias com origem na história, na cultura e na vida social, podendo variar conforme as épocas, os contextos e os ambientes, fazendo refletir sobre modelos e programas de percursos de vida que são inscritos no indivíduo ao longo da existência pelas instituições que condicionam as representações: família, igreja, espaços sociais, associação e escola.

A História de Vida carrega potencial de formação que se desenrola na existência em diversas instâncias: individual e social. Cada pessoa, desde que nasce, inicia percurso biográfico com datas, personagens e acontecimentos, cujas relações estão na base da sua formação pessoal e à qual se juntarão experiências de aprendizagem: as formais ou institucionais e também as informais, evidenciadas nas interações sociais.

A EDUCAÇÃO NO POVOADO BOQUEIRÃO DA ARARA

Brandão (2007, p. 10) afirma: “A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura”, ou seja, o universo da (re)produção de conhecimentos no seio da comunidade e os quilombolas, ainda que historicamente prejudicados no acesso à educação institucionalizada, estão plenos de saberes geracionais.

Esses grupos sociais possuem importância na formação histórica do país e a educação deve considerar os diversos aspectos da sua cultura e história original, relacionando-os com os conhecimentos herdados pelos seus descendentes e aqueles do cotidiano, superando a postura politicamente correta, rompendo o silêncio que reforça estigmas e descrevendo outras contribuições da sua presença na historiografia nacional.

Pretendemos mostrar um panorama imagético e discursivo com práticas educativas e saberes tradicionais dos moradores do Boqueirão da Arara, preparado com elementos coletados nos momentos de observação durante as visitas à comunidade e das narrativas. Os processos de transmissão de saberes estão ressaltados em aspectos que evidenciam singularidades da cultura, destacam mobilidades sociais e abordam tradições compartilhadas que caracterizam reprodução de ancestralidade.

Os desafios para a formação na atualidade e a educação no quilombo Boqueirão da Arara

Segundo diretrizes educacionais propagadas em políticas públicas, além de formar o indivíduo para sua inser-

ção na camada produtiva da economia segundo as leis e necessidades de mercado, a função da educação deve incluir o seu desenvolvimento pleno: pessoal, social e afetivo, além de capacitar para o acesso às inovações tecnológicas favoráveis à melhoria da sua qualidade de vida.

Castells (1999) explica que a humanidade evolui amparada por avanços científicos e tecnológicos e que a difusão de conhecimentos, em ritmo cada vez mais crescente, abrangente e veloz, acompanha a civilização, a tal ponto que a inovação utilizada a serviço da sofisticação dos sistemas de informação vem produzindo nas culturas uma transformação radical no que se refere à constituição de sua memória social.

O avanço das tecnologias de informação e comunicação amplia conteúdos e aproxima pessoas, redefinindo os conceitos de linguagem, espaço e tempo, introduzindo novas formas de socialização e interatividade em ambientes reais ou virtuais e reconfigurando os processos de (re)criação e promoção do conhecimento, impactando diretamente abordagens e métodos de promoção da educação.

Análise em Toffler (1997) avalia como sem precedentes o momento atual da humanidade, em que as tecnologias informacionais dominam a realidade das pessoas, atingindo todas as dimensões de suas vidas, mergulhando-as numa onda de grandes transformações, entre as sucessivas inovações, evoluções e aperfeiçoamentos tecnológicos, e exigindo delas enorme capacidade de adaptação, flexibilização e proatividade.

Conclui-se que os desafios da convivência na sociedade contemporânea, mais tecnológica e interacional, implicam a necessidade de aumentar o nível de formação básica da população, redimensionando o acesso à escolaridade obrigatória, segundo assegura Charlot (2013), até o fim do

ensino médio, a fim de preparar o indivíduo para a vida social e produtiva mais desenvolvida e especializada, do ponto de vista das exigências de progressos tecnológicos e conectividade.

A universalização e obrigatoriedade de oferta do ensino fundamental, garantidos aos cidadãos pela Constituição Federal, mostram-se insuficientes para qualificá-los e inseri-los no mercado de trabalho, cada vez mais exigente e seletivo, bem como para prepará-los para a vida em sociedade, cujas demandas exigem novas habilidades e competências, resultado dos avanços tecnológicos e informacionais.

O Boqueirão da Arara convive com a lentidão de investimentos governamentais, insuficientes para cumprir as leis e suprir minimamente as necessidades de oferta de educação formal. O acesso à educação regular, fora dos limites do território, restringe-se às primeiras séries do ensino fundamental, sendo essa educação ofertada em localidade distante, o que deixa os estudantes dependentes de disponibilidade de transporte escolar para chegarem à escola. Como apontado pelo levantamento sociológico em Marques (2013), a taxa de analfabetismo entre os moradores preocupa, cerca de 30%, agravada pela precária oferta de formação institucional, o que não surpreende, pois problemas relacionados com déficit educacional são históricos e a institucionalização da educação acontece de forma lenta e problemática desde a formação do município, impactando negativamente as gerações mais distantes das famílias (MENEZES, 1966).

D. “Fia”, que pouco havia visto do ensino regular, contou que também seus filhos não quiseram estudar, preferindo trabalhar na roça, segundo ela, porque “era difícil”. Com suas próprias palavras: *“Eu não sei ler [silêncio]. Na minha época, uma arengazinha e já era palmatória na mão e de*

*joelho no carço de milho. No caminho de volta, os meninos vinham arengando, jogando pedra. Andava muito debaixo de sol quente*⁴⁴.

A lembrança suave de D. “Fia”, ao se referir à antiga escola como “limpinha” e com material didático disponível, contrasta com a recordação de castigos que fontes consultadas ligam a práticas do século XIX e ao acesso sacrificado: causticante e constrangedor (MENEZES, 1966). D. “Fia” avançava nas lembranças silenciosamente, parecendo expressar um lamento para concluir que, como muitas crianças de sua época, havia abandonado a escola precocemente para ajudar a família no roçado.

Historiografar a memória é arte que requer esforço para apreender o documento não voluntário emitido durante o testemunho dado voluntariamente. O trabalho necessita de sensibilidade para perceber relatos orais, releituras e interpretações, as permanências e rupturas, a fala sem voz: “[...] levar em consideração o significado dos silêncios [...]” (FREITAS, 2002, p. 71).

D. Magela, irmã de D. “Fia”, não se contentou com o destino de vida predestinado ao trabalho na agricultura, comum à maioria dos moradores, os mais velhos principalmente, e optou por sair de casa aos 8 anos em busca de melhores condições na capital. No seu relato, disse: *“Fui para Fortaleza estudar; estudei até o normal, antigo pedagógico, no Colégio Justiniano de Serpa. Tive que terminar os estudos no Colégio São José, porque um antigo professor me prejudicou depois que eu não aceitei carona dele*⁴⁵.

⁴⁴ Entrevista concedida por Conceição (Fia). *Entrevista I*. [22 nov. 2014]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2014.

⁴⁵ Entrevista concedida por Magela Geralda Lima. *Entrevista I*. [22 nov. 2014]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2014.

Ainda que D. “Fia” conteste D. Magela denunciando seu desconhecimento sobre as lembranças do passado sofrido da família ao afirmar: “*Ela não sabe nada, saiu daqui com 8 anos, nunca foi para o roçado, nunca pegou uma enxada, eu é que sei*”⁴⁶, as irmãs concordavam com o fato de que atualmente há mais facilidade para estudar, pois hoje tem escola próximo da comunidade para atender aos estudantes até o 9º ano e o ônibus vai pegar na porta.

Imagem 26 – D. “Fia”, à esquerda na imagem, e D. Magela preparando o almoço



Fonte: Arquivo pessoal de Tânia Sucupira (2014).

A Imagem 26 envolve momento nostálgico de família. D. Magela cozinhou o almoço de sua mãe, D. “Dica”, e D. “Fia” rememorava tempos antigos, ressaltando as dificuldades impostas pela distância da escola e a necessidade de

⁴⁶ Entrevista concedida por Conceição (Fia). *Entrevista I*. [22 nov. 2014]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2014.

trabalhar na lavoura para ajudar no sustento da família. D. Magela, que havia saído cedo de casa para buscar melhores condições de vida na capital, conseguiu estudar e formar-se.

Estudar as manifestações no universo de práticas sociais que dão vitalidade à cultura, observando mobilidades, tensões e conflitos, possibilita ao pesquisador compreender a tessitura imagético-discursiva das relações humanas e as articulações desta com o passado. Pollak (1992) denomina a memória como herdada e Halbwachs (1990) a considera como dependente de referência coletiva.

Junto à serra do Camará, encontramos a família de D. Vicência, esposa do S. Carlito, a qual leu, escreveu e nos contou sobre o que havia estudado na escola quando criança:

Fui na escola, mas fiquei pouco tempo. Estudei a Carta ABC, a Cartilha do Povo, a Cartilha do Cavalinho, o livro do 1º ano e o livro do esqueleto, mas eu esqueci tudo. Mas eu estou estudando de novo, eu fiz três provas e agora estudo na EJA [Educação de Jovens e Adultos] de segunda-feira a quinta-feira, de 6 a 9 da noite. Vou andando e volto andando sozinha. É bom voltar a estudar. A professora é a Miúda, ela faz parte da associação. Ela é muito boa, muito legal. Começou no ano passado e tem livro. Espera, vou pegar o caderno e o livro para mostrar. Agora é férias, mas, mesmo de férias, continuo fazendo as lições. A professora não passou, mas eu gosto de estudar. Eu gosto muito de ver as imagens do livro, as imagens de famílias. Mas eu só estudo de dia, porque aqui não tem luz elétrica. Agora é tudo melhor, agora é mais fácil. Antes nós íamos a pé para Santa Rosa, para a escola⁴⁷.

⁴⁷ Entrevista concedida por Vicência. *Entrevista II*. [14 fev. 2015]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2015.

D. Vicência disse gostar muito de estudar. Morando no lado oposto ao da sala de alfabetização de adultos que ficava na sede da associação, percorria o caminho satisfeita e disposta a não perder os encontros de estudo no Programa Brasil Alfabetizado (PBA)⁴⁸. Ela recordou detalhes do passado escolar e contou animada como eram as aulas que estava então frequentando na sede da associação do quilombo.

Além da educação oferecida informalmente na sede da associação quilombola aos jovens e adultos daquele povoado, os moradores da região contavam com uma unidade escolar do município de Caucaia, que atendia aos estudantes da educação infantil ao 9º ano, além de alunos de EJA, situada junto ao quilombo, nas margens da rodovia de acesso à comunidade.

Imagem 27 – Fachada da Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Adélia Crisóstomo, que atende a estudantes do infantil ao 9º ano



Fonte: Ana Larissa Ribeiro de Freitas (2015).

A Imagem 27 mostra a frente da Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental (EEIEF) Adélia Crisóstomo, situada na margem da BR-222, no lado Sul, em direção

⁴⁸ Ação do governo federal e estadual que, desde 2013, atende a jovens e adultos com mais de 15 anos com ensino não formal em salas de alfabetização.

Oeste. Do fundo da imagem desponta parte da serra do Boqueirão. A escola havia então sido fundada havia 37 anos e sua infraestrutura estava dividida entre o prédio principal e dois anexos: uma creche, atendendo a 40 crianças, e uma sala de EJA, atendendo a 13 estudantes. O nome faz homenagem à médica e membro conceituado de família tradicional da localidade, conforme narrativa de D. Jamila Andrade, a diretora.

Segundo a gestora, a escola atendia a 514 alunos, sendo cerca de 100 quilombolas. Ela lamentava não possuir até então documentos que comprovassem a ancestralidade negra dos estudantes. Ela relembrou ocasião em que foi ofertada gratuitamente uma qualificação direcionada apenas a adultos quilombolas, a qual não aconteceu por não haver número suficiente de voluntários.

O Conselho Nacional de Educação (CNE), por intermédio da Câmara de Educação Básica (CEB), define diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola na educação básica através da Resolução n. 8, de 20 de novembro de 2012. A política institucional atende à educação básica, da educação infantil ao ensino médio, à educação do campo, à educação especial, à educação profissional técnica de nível médio e à EJA, inclusive na modalidade de educação a distância.

As diretrizes educacionais estão amparadas em diversas leis, convenções, resoluções e decretos: a Lei n. 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Lei n. 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial), a Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei n. 10.639/2003, evidenciando o alcance reparatório e garantindo direitos às populações afro-brasileiras.

O artigo 3º da resolução estabelece critérios de entendimento para a condição de quilombola: a obrigatoriedade

de autoatribuição do povo, relações territoriais específicas, laços de pertencimento e tradição cultural calcada numa história identitária comum. A resolução inclui, entre outros objetivos: orientar os sistemas de ensino na elaboração, desenvolvimento e avaliação dos seus projetos educativos, inclusive assegurando aos quilombolas que as escolas considerem sua ancestralidade negra e respeitem suas especificidades étnico-raciais.

A fonte das matrizes curriculares embasam-se em conteúdos que demonstram as relações territoriais específicas, expõem a memória coletiva, mostram práticas culturais, tecnologias e formas de produção do trabalho, além dos acervos orais, festejos, tradições e elementos que compõem o patrimônio das comunidades quilombolas, em um esforço de recuperar, ressignificar e reforçar a cultura ancestral africana.

Imagem 28 – Interior da EEIEF Adélia Crisóstomo na hora do intervalo



Fonte: Ana Larissa Freitas de Ribeiro (2015).

A Imagem 28 registra o recreio dos alunos da EEIEF Adélia Crisóstomo, mostrando algumas crianças jogando

bola na única quadra esportiva disponível para os estudantes. A quadra de jogos era pequena e descoberta e o horário do intervalo na parte da tarde era às 15 horas, extremamente quente e desconfortável para a prática esportiva ao ar livre.

De acordo com informação da diretora, desde 2012 a escola comemorava o 2º lugar no Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaeece)⁴⁹. Contudo, ela se queixava de falta de apoio dos gestores públicos, que desconsideravam o desempenho expressivo da escola e negligenciavam atenção para o atendimento de necessidades básicas ao bom funcionamento da instituição, tais como: melhoria na infraestrutura, carência de água e reduzido espaço físico.

Para suprir a demanda hídrica, a escola comprava água dos carros-pipa, o que gerava grande despesa e consumia boa parte dos já escassos recursos financeiros da instituição. Ademais, o número de salas de aula era insuficiente para distribuir os estudantes de todas as turmas, obrigando a gestão a dividir salas ao meio para acomodar em uma única sala de aula duas turmas.

Outro problema sério relatado foi constatado no momento em que ocorria a visita, referente ao transporte escolar. A escola dispunha apenas de um micro-ônibus, com 26 assentos, para transportar os cerca de 100 estudantes que moravam em localidades distantes: serra da Conceição, Porteiras e Boqueirãozinho.

⁴⁹ Ferramenta de aferição do desempenho das escolas públicas municipais no que tange ao desempenho escolar no processo de alfabetização.

Imagem 29 – Micro-ônibus escolar trazendo os estudantes para o povoado quilombola



Fonte: Ana Larissa Freitas de Ribeiro (2015).

A Imagem 29 mostra o ônibus escolar levando as crianças de volta para suas residências no povoado quilombola. O percurso do transporte passa pela serra da Conceição, Porteiras e Boqueirãozinho. A imagem foi tomada no instante de nossa visita feita em agosto de 2015 durante ida à residência de D. “Fia”. Quando perguntamos sobre o motivo pelo qual seu neto, Cauã, estudante do 4^o ano, não estudava na EEIEF Adélia Crisóstomo, mais próxima e muito conceituada no Spaace, ela respondeu que a razão era o medo, devido aos inúmeros acidentes envolvendo os estudantes dessa escola.

A situação de carência de transporte escolar era real e envolvia riscos à integridade física de alunos, pois chegava ao extremo de a escola ser obrigada, segundo a diretora, a selecionar o grupo que enfrentaria o caminho de volta para casa caminhando pela margem da BR-222. As que seguiam na condução escolar enfrentavam a viagem desconfortavelmente. D. Jamila reclamava, pois não havia assento em número suficiente para todos: “*As crianças vão amontoadas*

*na condução escolar, umas por cima das outras, se espremendo, três ou quatro em uma mesma cadeira*⁵⁰.

Morando ao lado de D. Vicência, D. Maria Irene reconheceu a completa falta de estudos e a ausência nos bancos escolares, dizendo ser fato recorrente em sua família, remontando aos antepassados. Ela falou que nunca havia estudado, nem os seus pais, nem os seus avós: todos haviam ficado fora da escola, mas seus filhos, sim, completou com orgulho: todos haviam estudado na escola do Boqueirão. Quando perguntamos sobre aproveitar a oportunidade disponibilizada nas vagas ofertadas pelo PBA, inclusive ali próximo, nos limites do quilombo, ela descartou logo, alegando desinteresse total e problemas na visão.

Imagem 30 – Sala de educação básica na EEIEF Adélia Crisóstomo



Fonte: Ana Larissa Ribeiro de Freitas (2015).

A Imagem 30 mostra uma sala de aula na escola que atendia então a grande número de quilombolas residentes

⁵⁰ Entrevista concedida por Jamila. *Entrevista V* [7 ago. 2015]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2015.

nas proximidades. Os estudantes em idade escolar sofriam as deficiências do sistema educacional regular e aqueles que se encontravam nas séries do 6º ao 9º ano chegavam a caminhar longas distâncias para estudar em outras localidades.

A localização perigosa da EEIEF Adélia Crisóstomo – quilômetro 23 da BR-222, à beira de rodovia de trânsito intenso, e as dificuldades do transporte escolar levavam muitos pais e responsáveis a optarem por matricular as crianças nas escolas que ficavam em localidades ainda mais distantes, como o Francisco Marcos e sua esposa, a Germana, que mantinham Cauã, seu filho, na Escola Rosa Brás Coelho, no alto da serra da Conceição.

Mesmo sem ter frequentado a escola, D. Maria Irene era inteligente e bem articulada, o que ficou patente ao explicar com clareza e objetividade os limites do território quilombola: “[...] do posto *Bandeira Branca até a estrada de Santa Rosa tem um pedaço de cada lado do terreno que é do açude Guararu*”⁵¹.

D. Dica, do alto dos seus 89 anos, ainda lembrava os motivos que a haviam impedido de frequentar a escola, tendo-os na “ponta da língua”: “*Trabalhava no roçado e lavando roupa na serra do Juá. Não podia estudar porque tinha que lavar roupa para ajudar meus pais a criar meus irmãos, porque o pai ganhava pouco. Deixei de estudar para ajudar minha mãe a criar os filhos*”⁵².

A sapiência independe de educação formal, daí porque D. “Dica” recuperou na memória a destreza do raciocínio da mãe, prevendo em tempos distantes, quando todos

⁵¹ Entrevista concedida por Maria Irene. *Entrevista III*. [14 mar. 2015]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2015.

⁵² Entrevista concedida por Raimunda (Dica). *Entrevista I*. [22 nov. 2014]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2014.

ainda sofriam as consequências da falta de mobilidade urbana e fazendo uso de metáfora para se expressar, um futuro mais acessível em termos de transporte. D. “Dica”, a visionária, com as palavras de D. “Fia”, assim se pronunciou: *“A mamãe disse que no tempo dela não tinha esse negócio de transporte. Ela dizia que ainda ia chegar um tempo de ‘lagartão’ andando no trilho, que é o trem, e ‘gafanhoto’ no ar, que é o avião [risos]”*⁵³.

Contemporânea de D. “Dica”, D. “Tantica”, embora com a memória fraca, ainda se recordava dos aprendizados de infância. Sua mãe, D. Benigna Ferreira, não lhe tinha afeição, quem a havia jogado ainda bebê nos braços do seu pai, Francisco Marinho de Oliveira, em uma crise de ciúmes, sendo, a partir de então, criada por D. Maria Caiara, uma das esposas do pai:

Meus meninos todos estudaram. Eles todos sabem ler. Eu criei os filhos dos filhos. Eles estudaram na Caucaia, primeiramente no Boqueirão, no colégio de frente ao posto, mas depois foram para Caucaia. Eu sei ler e escrever. Eu aprendi tudo de bom na casa das minhas madrinhãs: aprendi a ler, a rezar, eu rezava na igreja da Arara, a igreja católica de Santa Teresa de Jesus. A gente não faltava, mas eu não vou mais, não vou mais para canto nenhum. Eu não sei o que é macumba, nunca deixei de ser católica. Quando criança, eu não brincava, não. Eu fui bordadeira. Bordava na máquina, aprendi sozinha. Quem é que sabe quem eu vi bordar? Aprendi por conta própria. Eu tinha que trabalhar; trabalhei 20 anos para Aldeota. O nome da mulher era... não sei qual. Trabalhei em roçado,

⁵³ Entrevista concedida por Conceição (Fia). *Entrevista I*. [22 nov. 2014]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2014.

*na linha da Serra, mais a mãe. Plantava milho, feijão. Um dia uma cobra quase nos matou. O homem chegou e matou. Eu estudei ali não sei por quantos anos. Eu ia para a escola com bem 10 anos. Ia para a escola no Rio Grande do Norte. Morei lá 11 anos ou foram 11 meses. Eu fazia unha, mas aprendi sozinha. Eu sei muita coisa, mas não lembro de nada*⁵⁴.

Imagem 31 – D. “Tantica”, devota, guardava com cuidado, no quarto de dormir, as imagens de santos católicos



Fonte: Arquivo pessoal de Tânia Sucupira (2015).

Na Imagem 31, D. “Tantica” posou ao lado da amiga, D. “Fia”, e fez questão de mostrar o quarto onde dormia, destacando carinhosamente sua coleção de ícones cristãos. Ela se importou em deixar manifesta a opção religiosa pelo catolicismo, com devoção à Santa Teresa de Jesus, padroeira da localidade, e ressaltou a falta de interesse por manifestações religiosas ligadas à ancestralidade.

⁵⁴ Entrevista concedida por Francisca (Tantica). *Entrevista IV*. [16 maio 2015]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2015.

O depoimento de D. “Tantica” realçou sua dificuldade de lembrar-se de detalhes do passado, tal como Halbwachs (1990, p. 48-49) ao postular acerca dos dois elementos que o compõem: “[...] aqueles que nos é possível evocar quando queremos e aqueles que, ao contrário, não atendem ao nosso apelo, se bem que, logo que os procuramos no passado, parece que nossa vontade tropeça num obstáculo”.

A História Oral serve-se da memória para refazer percursos vividos e (re)construir histórias de vida cujas narrativas consolidadas em experiências individuais e coletivas transformam-se em acervos históricos repletos de fatos e acontecimentos, mas também emoções e sentimentos, pois, como dito em Thompson (1992, p. 17), “A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos”.

Os fatos expostos nas narrativas das senhoras da comunidade fundamentam dívida social histórica do poder público para com essa população carente. A condição socioeconômica desigual, frente ao grupo privilegiado pela cobertura do sistema educacional, expõe a desvantagem dos quilombolas na corrida por ascensão social, por não se beneficiarem, ao longo de gerações, de vantagens proporcionadas por sistemas oficiais de educação.

Entretanto, ainda que tenham sofrido continuamente na vida e ainda enfrentassem dificuldades múltiplas para terem garantido o direito básico constitucional à educação institucionalizada, os quilombolas são plenos de saberes tradicionais, por eles utilizados para atender às necessidades do cotidiano, bem como para gerar renda e melhorar a qualidade de vida de suas famílias.

A educação não formal e os saberes tradicionais

Abordagens metodológicas na nova historiografia aproximam os estudos, sob a óptica do universo das Ciências Sociais: Sociologia, Geografia, Economia, Antropologia, Arqueologia, entre outras, consideradas, a partir do debate entre sociólogos, filósofos, geógrafos e historiadores, sob uma perspectiva holística e pluridisciplinar.

Acreditamos que as condições geográficas do continente africano, similares às das terras brasileiras, em especial o clima e o solo, favoreceram em muito a adaptação do contingente aqui cativo para o trabalho na lavoura, bem como a transferência, da África para o Brasil, de modos de trabalho e técnicas agrícolas para o cultivo de grãos, aumentando o interesse dos comerciantes europeus por escravos africanos, já equipados de habilidades agrárias.

Imagem 32 – Vista da plantação de mandioca de S. Carlito e D. Vicência



Fonte: Arquivo pessoal de Tânia Sucupira (2015).

A Imagem 32 apresenta a roça de mandioca de S. Carlito e D. Vicência. O casal trabalhava em conjunto na lavoura.

ra, mas cada um referia-se à parte da “sua roça”. Em certa visita, quando chamamos sua atenção para suas práticas na lavoura, S. Carlito olhou para a plantação, lamentando a falta de chuva e esperando a melhora do tempo, e contou que a esposa, D. Vicência, usava recursos próprios para pagar o trabalhador que roçava “a parte dela”.

Imagem 33 – Calha instalada ao lado do telhado da casa de S. Carlito e D. Vicência



Fonte: Arquivo pessoal de Tânia Sucupira (2015).

A Imagem 33 mostra estratagema usado pelos quilombolas para enfrentar a escassez de água potável, triste realidade comum aos moradores do povoado Boqueirão da Arara. Para aproveitar cada gota do líquido precioso, eles aparavam a água da chuva a fim de garantir tal recurso nos tempos mais secos.

A água é fator vital para a sobrevivência, principalmente porque a prática agrícola é bastante comum e os moradores cultivam para fins de subsistência, para a comercialização e para a solução, com plantas medicinais, de pequenos problemas de saúde. O Programa Brasil Quilom-

bola prevê fornecimento de cisternas, luz elétrica e implantação de equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal como parte das políticas de apoio às comunidades quilombolas.

Ao lado de D. Vicência e S. Carlito havia outras famílias de remanescentes de antigos escravos, entre elas a de D. Irene e S. Antônio Arlindo, que cuidavam de lavouras, pomares e reses para sobreviverem.

Imagem 34 – S. Antônio Arlindo e D. Maria Irene no pomar da residência



Fonte: Arquivo pessoal de Tânia Sucupira (2015).

Na Imagem 34, vemos S. Antônio Arlindo e D. Maria Irene ao lado da cisterna da casa, no pomar da família. Eles haviam herdado de antepassados centenas de ateiros e cajueiros e deixarão aos descendentes árvores de acerola e seriguela que plantaram. Os pés de manga e graviola que cultivavam não haviam resistido à escassez de água.

O Boqueirão da Arara, a exemplo de outras comunidades tradicionais (CHAVES, 2013; FONTELES, 2009; PIMENTEL, 2009; SANTOS, 2015), possui pomares e criação de animais de pequeno porte, como cabras e galinhas. Segundo S. Antônio Arlindo, o cultivo de árvores de frutas e

as criações eram hábitos arraigados (ANJOS, 2009; MOURA, 1987). Ele havia começado cedo a trabalhar no roçado:

*Com 10 anos, eu já trabalhava no roçado: brocava, plantava, limpava, queimava o terreno, fazia as covas e guardava um pouco de semente sempre para plantar de novo. Fui para uma escola particular da D. Maria: tinha Cartilha de ABC, por um ano, mas só aprendi a assinar o nome. Antigamente os pais não conversavam muito, por isso eu não lembro muita coisa*⁵⁵.

S. Antônio Arlindo era um homem de poucas palavras, mas nos contou o que havia aprendido com antepassados para manter a subsistência da família. O casal sobrevivia principalmente do plantio de feijão, milho e mandioca, além da criação de galinhas. Eles moravam no lado Norte da BR-222, na direção Oeste, próximo da serra do Camará e Santa Rosa. Ao contrário do marido, D. Maria Irene gostava de conversar, por isso nos contou mais um pouco da história de vida e do cotidiano na atualidade:

*Tive umas cabras, 13 cabras e cabritos, mas elas estavam trazendo problemas para D. Augusta, porque iam para lá comer a roça dela, mas também ela não cerca, deixa tudo muito aberto. Antigamente era muito farto, meus pais plantavam arroz, feijão, milho, mandioca, faziam farinha*⁵⁶.

O hábito que Anjos (2009) aponta como herança africana ancestral de criação de pequenas reses havia sido abandonado para evitar conflitos com a vizinha, distanciando os quilombolas das raízes hereditárias e provocando pre-

⁵⁵ Entrevista concedida por Antônio. *Entrevista III*. [14 mar. 2015]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2015.

⁵⁶ Entrevista concedida por Maria Irene. *Entrevista III*. [14 mar. 2015]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2015.

juízos à família. Ela admitiu que, naquele momento, com a ajuda da aposentadoria e de programas governamentais de transferência de renda, a vida lhe era mais fácil.

O casal era evangélico, mas seus antepassados eram católicos:

Meus pais e avós eram todos católicos. Em Guararu tem uma igreja católica, de Santa Teresa. Antes tinha missa, mas agora só abre no dia 15 de outubro, dia de festa da padroeira, quando vão todos do quilombo, até os evangélicos. Sou evangélica da igreja Deus é Amor. Vou aos cultos segunda-feira, quinta-feira e sábado, sempre que eu posso, porque tudo aqui é difícil, mas agora está bem melhor, porque agora nós temos ajuda do governo, antes não tinha nada, era só por conta de Deus. Hoje eu tenho aposentadoria de agricultora; meu marido também⁵⁷.

A memória é uma construção do presente a partir de aquisições do passado e a preponderância da lembrança pode influenciar na seleção do que sobreviverá ao esquecimento, orienta Vasconcelos (2010). As representações, significações e simbolizações dão contorno às nuances e às formas de como as lembranças ficarão gravadas, complementa Bosi (1994).

A História Oral serve-se da memória para refazer percursos vividos (DELORY-MOMBERGER, 2006b) e (re)construir histórias de vida cujas narrativas consolidadas em experiências individuais e coletivas transformam-se em acervos históricos repletos de fatos e acontecimentos, mas também de emoções e sentimentos, pois, como dito em Thompson (1992, p. 17): “A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos”.

⁵⁷ Entrevista concedida por Maria Irene. *Entrevista III*. [14 mar. 2015]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2015.

Imagem 35 – Gaiolas feitas com cipó



Fonte: Arquivo pessoal de Tânia Sucupira (2015).

A Imagem 35 ressalta a técnica sempre utilizada por S. Carlito e D. Vicência para protegerem os pintinhos logo que nasciam. O quintal da residência abrigava também a cisterna da família, que comportava 10.000 litros de água.

No Boqueirão da Arara, os 336 moradores das 89 famílias citadas no relatório antropológico de Marques (2013) recorriam a práticas terapêuticas naturais: garrafadas, ervas, benzedeiros e curandeiros para socorrer casos mais simples de moléstias. A nova historiografia considera fontes históricas todos e quaisquer vestígios e evidências da cultura humana material e não material e os documentos produzidos, além de registros dos fatos e acontecimentos sociais ao longo do tempo, os quais são também matérias-primas para a elaboração de narrativas.

Imagem 36 – D. “Fia” cuidando da horta medicinal

Fonte: Arquivo pessoal de Tânia Sucupira (2014).

A Imagem 36 retrata o momento em que D. “Fia” nos mostrou a horta medicinal que mantinha viva com muito sacrifício ante a escassez de água. Ela tinha na “ponta da língua” a indicação terapêutica de cada erva que cultivava e apresou-se em nos demonstrar os conhecimentos tradicionais:

Hortelã feito chá para dor de barriga também pode fazer cru no liquidificador, junto com malva, corama e mastruz. Chá de alfavaca para diabetes. Para o estômago, casca de laranja, hortelã e alho. Para queda de cabelo, aplicar a babosa diretamente, prender o cabelo e esperar: santo remédio. Água de coco direto no cabelo também é bom. Eu cresci sabendo disso. O uso da babosa para tratar o câncer e inflamações eu vi na TV⁵⁸.

⁵⁸ Entrevista concedida por Conceição. *Entrevista I*. [22 nov. 2014]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2014.

D. “Dica”, a matriarca da família Rodrigues, também era responsável pela transmissão dos saberes tradicionais de medicina natural aos descendentes. Nas suas palavras: *“Antigamente, quando a gente tinha uma dor no ‘pé da bar-riga’, corria para o mato e pegava a xanana para fazer chá, mas, hoje em dia, se eu tomo remédio do mato, assim, into-xica meu corpo todinho”*⁵⁹. No passado, D. “Dica” havia sido muito requisitada para benzer e tirar mau-olhado. Quem contou foi D. “Fia”: *“Quando a mãe rezava, vinha muita gente chamá-la. Teve a história de um menino que estava para morrer de quebranto. Meia-noite a mulher foi na casa da mãe e ela rezou no menino”*⁶⁰. Ouvindo a própria história, D. “Dica” recuperou a memória:

*Era o menino da Sílvia, da Júlia Tomás. O me-nino estava com quebranto, que a Tantica botou. Chegaram lá em casa 12 horas da noite, daí eu levantei, me arrumei e fui atrás de pião-roxo no mato para rezar no menino. Hoje ele é um ho-mem. As rezas eu não lembro mais*⁶¹.

Por certo que a memória pode falhar, mas, como visto em Halbwachs (1990), as lembranças dos próximos apoiam-se mutuamente, uma vez que os acontecimentos pessoais ficam gravados na memória coletiva do grupo mais chegado, o que faz com que fatos aflorem e reconstituam-se quando evocados, no todo ou em parte.

⁵⁹ Entrevista concedida por Raimunda. *Entrevista I*. [22 nov. 2014]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2014.

⁶⁰ Entrevista concedida por Conceição (Fia). *Entrevista I*. [22 nov. 2014]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2014.

⁶¹ Entrevista concedida por Raimunda (Dica). *Entrevista I*. [22 nov. 2014]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2014.

Habilidosos, os moradores do povoado, mesmo não tendo muitas oportunidades de qualificação profissional, eram versáteis e curiosos. Eles lançavam mão dos recursos naturais disponíveis e usavam sua criatividade e inteligência para transformar matérias-primas abundantes na região em produtos comercializáveis, gerando renda e vitalizando a cultura.

Imagem 37 – D. Vicência e seu artesanato com palha de carnaúba



Fonte: Arquivo pessoal de Tânia Sucupira (2015).

A Imagem 37 expõe o artesanato de palha de carnaúba feito por D. Vicência. Orgulhosa, ela nos contou que seus trabalhos já haviam sido vistos em exposição em Brasília. Como outras senhoras da comunidade, ela já havia trabalhado com bordados no passado, mas estava se dedicando a produzir bonecas, bolsas, acessórios, utilidades:

Já trabalhei lavando roupa e bordando em ponto cheio, fornecia para uma pessoa em Guararu.

*Ninguém me ensinou. A D. Alzira estava fazendo pala de camisola e levou três para eu fazer. No outro dia, D. Alzira disse que estava com vergonha porque eu bordava melhor que ela. Eu olhei um instantinho de longe e aprendi sozinha. Fiquei trabalhando para um rapaz. Não sobrou mais nenhum bordado. Agora faço boneca, vassoura, espanador, bolsa. Pego a palha de carnaúba do outro lado da pista, limpo e confecciono. Uso o ticum e a cabeça do corpo da carnaúba. O olho da carnaubeira eu corto. A tira eu divido em quatro partes. Em dois dias faço duas bonequinhas. Vendo na feira da Jurema, em Caucaia. Ninguém me ensinou; aprendi sozinha*⁶².

D. Vicência disse que havia aprendido sozinha a fazer os trabalhos manuais. Ela mesma colhia a palha da palmeira e beneficiava a matéria-prima. Vivaz e de prosa fácil, falou sobre muitos assuntos:

*Eu sei o lugar que dá água bem facinho se cavar o poço. Carnaubeira e catolezeiro também são remédios em forma de chá; junto com xanana e outras raízes, são bons para tudo. Croatá da Serra e não achei nada lá; o povo doente e eu não podia ajudar*⁶³.

A senhora contou que sabia onde era necessário cavar para obter água abundante e de boa qualidade; enquanto nos mostrava a matéria-prima do artesanato, aproveitava para ensinar a indicação terapêutica de cada planta que usava nas curas mais simples:

⁶² Entrevista concedida por Vicência. *Entrevista II*. [14 fev. 2015]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2015.

⁶³ Entrevista concedida por Vicência. *Entrevista II*. [14 fev. 2015]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2015.

Para mancha de pulmão e para tirar fastio? Garrafada com raiz de catolezeiro, raiz da xanana, raiz da pepecônia, cebola branca, uma pequenininha, uma própria para remédio, que se compra em mercado, hortelã. Para cansaço, é lambedor de jenipapo verde; pega verde, descasca, rala, bota na bacia um copo de água junto e uma xícara de açúcar, bota dentro do jenipapo, no dia seguinte junta a água que ficou separada no sereno, no dia seguinte rega com a água e peneira, bota na geladeira e vai tomando aos poucos; é bom para asma, cansaço. Se não cuidar, o cansaço, com o tempo, vira asma. De jenipapo maduro, tira pele, tira semente, bota para cozinhar na água pouca; quando estiver bem cozidinho, bota o açúcar: toma de colher ou de copinho⁶⁴.

D. Vicência nos explicou que sabia bastante sobre vários assuntos porque gostava muito de aprender. Ela lamentava não possuírem luz elétrica naquela parte do quilombo, mas, sempre que visitava os amigos e parentes do outro lado da pista, aproveitava para carregar o telefone móvel e assistir a programas de televisão, ocasião em que se informava e aprendia coisas novas.

Faço uma tapioca de uma receita que peguei em um programa de televisão. Quer saber, filha? Rala o coco, tira o leite dele, bota o leite para ferver com um pouquinho de sal, bota o leite no tabuleiro despejando com a peneirinha, vai botando massa, e acoxa bem acoxadinho com a colher, cobre com o pano de prato e, no fim de cinco minutos, corta as tapiocas⁶⁵.

⁶⁴ Entrevista concedida por Vicência. *Entrevista II*. [14 fev. 2015]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2015.

⁶⁵ Entrevista concedida por Vicência. *Entrevista II*. [14 fev. 2015]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2015.

Quilombola versátil, fazia salgadinhos e cocada para comercializar. Ela comprava o material, aprontava a produção e vendia. Segundo ela, D. Madalena Prata, representante da associação, havia lhe sugerido que fizesse quitutes para fornecer para a merenda escolar do município, mas seu filho não consentia, já que eles não eram atendidos pela rede de energia elétrica, e isso dificultava a produção.

De acordo com Le Goff (1990), a revolução historiográfica fez emergir estruturas e temporalidades das mentalidades, fugindo dos determinismos comuns à factualidade da história tradicional e procurando, nas nuances presentes nas diversas instâncias da vida social, o encontro do saber com o não saber, pois a pesquisa científica contém implícitos alguns questionamentos, ainda que não intencionalmente, percebidos entre as relações dialéticas e os domínios do vivido fragmentados no simbólico e imaginário.

A riqueza dos saberes não formais desse grupo tradicional, representada pelo conjunto amplo de imagens e elementos aqui postos, reforça a importância de dar visibilidade aos sujeitos historicamente silenciados (XAVIER, 2010), documentando sua história de forma sistematizada, como em Barros (2013), compreendendo percursos de vida e registrando especificidades culturais e interculturais presentes no cotidiano.

Imagem 38 – D. “Fia”, bordadeira de mão cheia, ao lado de Leilane Oliveira Chaves



Fonte: Arquivo pessoal de Tânia Sucupira (2014).

Na Imagem 38 estão D. “Fia”, feliz por mostrar os bordados delicados por ela produzidos para colaborar na renda da família, e a pesquisadora Leilane Oliveira Chaves, que trabalha com comunidades tradicionais, tendo já publicado dissertação de mestrado sobre o quilombo de Nazaré, em Itapipoca, no Ceará. “Leila” é nossa amiga especial, generosamente presente como companheira em diversas idas ao Boqueirão da Arara.

Afora a lida na roça, o trabalho com bordados manuais era prática comum às mulheres ouvidas no povoado, garantindo renda extra e orgulho para todas, principalmente porque declaravam aprender sozinhas, iniciando, muitas vezes, ainda na infância. D. “Fia” recordou que havia

começado aos 9 anos e criado quatro filhos com a renda proveniente de trabalhos com bordados, fazendo-os até hoje.

Os bordados de D. “Tantica” não foram inspiração de aprendizado apenas para D. “Fia”, conforme foi possível perceber nos testemunhos de sua irmã, D. Magela:

Eu ficava curiosa vendo a Tantica bordar. Um dia, disse: ‘Me dá uma tira para eu fazer?’. Ela disse que se eu estragasse a tira... Daí me deu a tira, a linha. Me sentei no chão e fiz sozinha. Fiz um metro de bordado. Lavei, engomei. No outro dia fui levar o bordado, ela não acreditou. Ganhei 200 cruzeiros e comprei um brinco de ouro [risos]⁶⁶.

D. Maria Irene, assim como suas companheiras na comunidade, também tinha uma história para contar sobre suas habilidades manuais com os bordados. As recordações incluíam carinho e gratidão pela antiga patroa:

Com 12 anos, vendo D. Francisca Targino bordar, aprendi o ponto cheio. Bordava as peças em metros, que depois viravam colcha de berço, cueiros de nenê, camisinha e manta que iam para São Paulo. Eu passava dois dias para bordar o pano de um metro de largura e ia levar na casa de D. Armeli, na Bezerra de Menezes, que pagava bem. Uma vez cheguei lá um pouco abatida e a D. Armeli pagou o trabalho e ainda deu dinheiro a mais para ajudar. Quando eu quis devolver, ela não aceitou. Lembro até hoje, ela era muito boa para mim⁶⁷.

⁶⁶ Entrevista concedida por Magela Geralda Lima. *Entrevista I*. [22 nov. 2014]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2014.

⁶⁷ Entrevista concedida por Maria Irene. *Entrevista III*. [14 mar. 2015]. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2015.

A interação social em Vygotsky (1991) tem papel fundamental na construção do saber e da memória individual e coletiva e o processo de ensino e aprendizagem inclui sempre aquele que aprende, aquele que ensina e a relação entre as pessoas. O ambiente social assume função preponderante na formação pessoal, e essa mediação interpessoal influenciará a construção do real nas internalizações e aprendizagens.

Imagem 39 – Crianças reunidas durante a reunião da associação



Fonte: Arquivo pessoal de Tânia Sucupira (2013).

A Imagem 39 mostra crianças quilombolas brincando reunidas no fundo do templo evangélico. Na ocasião retratada acontecia reunião da associação dos moradores. Os adultos discutiam temas e resolviam assuntos relacionados com os interesses da comunidade e as crianças socializavam, internalizando memórias e aprendizagens.

Sabe-se que a educação, como produção cultural, pode acontecer formalmente, em ambientes institucionais; in-

formalmente, ou seja, fora desses espaços; e não intencionalmente, explicitado em Libâneo (1994) como a educação produzida pelas influências do contexto social e do meio ambiente sobre os indivíduos.

Interessa suscitar-mos como acontece o processo de transmissão de saberes entre os quilombolas do povoado Boqueirão da Arara. Analisamos os conteúdos das narrativas coletadas e de observações registradas relativas às interações sociais e às vivências de moradores da comunidade, ressaltando características próprias de processos de difusão de saberes nas interações entre indivíduos e nas mobilidades sociais.

O processo de transmissão de saberes

Educação é ação precípua e permeia a própria existência humana. Sua ação acontece nas vivências individuais e nas interações com o meio. O contexto pode ser a família, a escola, a igreja, as associações, os sindicatos e os diversos segmentos sociais nos quais valores, princípios, costumes, ideias, normas, condutas e hábitos são assimilados, trocados, transmitidos e impostos para moldar, inserir e adaptar o indivíduo à sociedade.

A concepção espiritualista de formação humana, em Libâneo (2004), entende a educação como um processo interior, influenciado por determinações dogmáticas, externas ao indivíduo, às quais ele submete-se para aperfeiçoar-se. Já a definição pragmática de educação considera o impulso à ação e à experimentação para atender a necessidades do ambiente físico e social, estimulando o movimento interativo: indivíduos e meio.

As senhoras da comunidade quilombola relataram que haviam aprendido a bordar em situação de interação

social, em que umas viam as outras realizando a atividade e absorviam a técnica. Libâneo (2004) explica que a educação está inserida no conjunto das influências do meio natural e social, ocorrendo de modo não intencional, impulsionada pela necessidade de adaptação com o meio.

A educação pode ser compreendida como uma atividade cultural em que a escolha de bens e valores externos ao indivíduo são por ele selecionados, operando transformações internas que lhe estimularão a capacidade de criar mais cultura. Concepções interacionistas reforçam a importância da interação com o ambiente na construção de conhecimentos e há também a corrente behaviorista, que defende que o indivíduo não escolhe o que absorver e reproduzir, sendo completamente passível de controle, como explica Libâneo (2004).

Imagem 40 – Reunião da associação de moradores do quilombo



Fonte: Arquivo pessoal de Tânia Sucupira (2013).

A cena na Imagem 40 apresenta grupo de moradores do povoado Boqueirão da Arara reunido em assembleia que deliberou assuntos de natureza social e política. A líder comunitária, D. Madalena Prata, informava acerca dos trâmites do processo de certificação em curso no Incra, como parte do caminho de legalização do território como sendo de terras tradicionais. Momentos de integração social, conforme Libâneo (2004), são também oportunidades de educação não intencional.

A reunião estimulava no grupo a interação para a discussão de assuntos de interesse coletivo, tais como: necessidade de presença e participação nas reuniões, preenchimento correto de cadastros, atenção aos informes da tramitação dos documentos que certificavam o território e esclarecimentos relativos a procedimentos e detalhes de processos legais em curso, que tratavam de litígios com proprietários de terras circunvizinhas.

Na reunião vista nessa imagem, D. Madalena Prata expunha ao grupo atos divergentes de alguns moradores do quilombo que haviam se autodeclarado quilombolas durante o cadastramento feito pelo oficial da Fundação Palmares, mas posteriormente mudaram a opinião, testemunhando em juízo a inexistência de quilombolas no território. A representante explicava a todos as consequências civis do falso testemunho e solicitava àqueles indecisos que escolhessem de que lado ficariam para não atrapalharem os interesses dos que estavam seguros da hereditariedade.

A educação insere-se, dito em Libâneo (2004, p. 79): “[...] no conjunto das relações sociais, econômicas, políticas e culturais que caracterizam uma sociedade”, e as divergências, características das relações humanas, são forças que operam e condicionam a prática educativa, além de oportu-

nidades de construção de conhecimentos para convivência em grupo e fortalecimento de aquisição de valores morais.

Imagem 41 – Reunião dos moradores do quilombo



Fonte: Arquivo pessoal de Tânia Sucupira (2014).

A Imagem 41 foi registrada na reunião de moradores do primeiro sábado de dezembro de 2014. Na ocasião, o relatório antropológico que certifica a comunidade tradicional (MARQUES, 2013) foi socializado. À frente do grupo, D. Madalena Prata expôs o teor do estudo sociológico, destacando a história de formação do povoado e as ligações parentais dos quilombolas com os ancestrais escravos, transmitindo informações que reforçavam no coletivo o sentimento de pertença.

A concepção “histórico-social” de educação, opondo-se à concepção de educação individualista, vista em Libâneo (2004), tem função de transmissão de ideologia que atende a interesses engendrados na dinâmica de relações entre grupos e classes sociais.

Vista no detalhe da imagem, a filha de D. Madalena Prata interage com o celular, fundamentando a predisposição moderna à conectividade (SANTANA; VASCONCELOS, 2011), que penetra na vivência e estabelece hábitos de relacionamento social mediado por novas tecnologias, ultrapassando fronteiras e construindo formas de pensar e socializar de acordo com o meio social, como posto por Charlot (2013).

Imagem 42 – D. “Fia”, à esquerda, ao lado de Cauã, o neto, de 8 anos, e D. Magela



Fonte: Arquivo de Tânia Sucupira (2014).

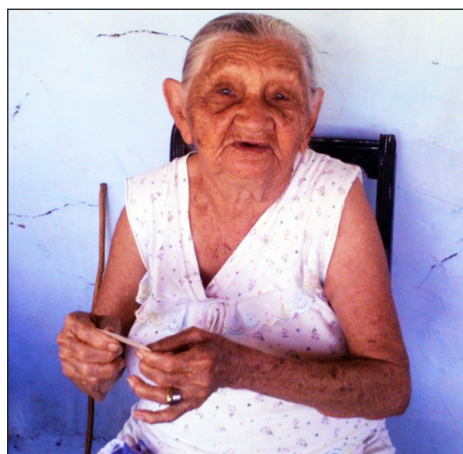
A Imagem 42, em que D. “Fia”, avó, e D. Magela, tia-avó, envolvem Cauã em abraço, evidencia a importância da afetividade no processo de transmissão de saberes para a formação humana. Valores afetivos transmitidos desde cedo aos indivíduos nas relações familiares, como autoestima e

segurança emocional, colaboram para formar adultos com atitude pessoal positiva, útil ao enfrentamento de adversidades intrínsecas ao percurso existencial.

Por concordarmos com o estudioso que o processo educativo acontece com três elementos: um agente na origem, um modo de atuação e um destinatário (indivíduo, grupo ou geração), citamos Libâneo (2004, p. 83):

Cumpre esclarecer que a multiplicidade de modalidades educativas presentes na sociedade contemporânea não permite restringir o sistema educacional ao sistema de ensino, nem reduzi-lo às suas formas estritamente institucionais ou oficiais. [...] há instâncias de educação não formal que, a despeito de sua intencionalidade, não são necessariamente institucionalizadas, tais como os movimentos sociais e comunitários, as atividades de animação cultural, equipamentos urbanos etc.

Imagem 43 – D. “Dica” segurando o arquivo pessoal de fotografias



Fonte: Arquivo pessoal de Tânia Sucupira (2014).

A Imagem 43 apresenta D. “Dica” no momento em que revisitava o arquivo de fotografias da família, reconstituindo oralmente memórias antigas e histórias de vida. Por muito tempo, a oralidade foi o meio de transmissão da cultura africana entre as gerações. Compartilhar saberes geracionais de antepassados e conhecimentos acumulados ao longo da vida é garantir a memória ancestral herdada e a sobrevivência da herança cultural, possibilitando à geração presente beneficiar-se da riqueza ancestral.

A transmissão de saberes nas diversas viagens feitas ao Boqueirão da Arara enriqueceu nosso cabedal de conhecimentos acerca de comunidades tradicionais, bem como estreitou e aprofundou nossos laços afetivos com o povo simples, forte e acolhedor dessa comunidade tradicional. Os quilombolas ensinam pelo exemplo de determinação e perseverança para luta, herança especial que foi recebida de seus antepassados escravos, a qual se mantém e é transmitida para seus descendentes.

Conhecimentos adquiridos em observações e saberes compartilhados nos depoimentos e histórias de vida vêm aumentando o interesse pelo estudo de quilombos e reforçando a motivação para seguir em frente nas pesquisas, ao encontro das raízes africanas da cultura brasileira para fazê-las florescer e dar seus frutos.

ÚLTIMAS PALAVRAS

De setembro de 2013, ocasião de nossa primeira visita ao povoado quilombola Boqueirão da Arara, ao fim da escrita deste livro, setembro de 2015, muito foi visto e aprendido. A pesquisa em documentos oficiais e a revisão bibliográfica nos proporcionaram contato com um universo de informações sistematizadas sobre comunidades negras e quilombos, oferecendo base importante para a análise de dados coletados em campo.

As inúmeras visitas que promovemos para reconhecimento do território tradicional e aproximação com as famílias, observando e registrando imagens do ambiente, fortalecendo amizade e cultivando parceria, possibilitaram-nos conhecer parte da riqueza natural e humana peculiar à geografia e à comunidade. Nos momentos de observação e durante as longas conversas com os moradores do quilombo, pudemos identificar traços de matrizes africanas no Boqueirão da Arara, proporcionando o alcance de algumas conclusões.

A comunidade do povoado Boqueirão da Arara compreende território e contingente populacional legitimamente de remanescentes de quilombo: fato devidamente comprovado através de documento oficial expedido por autoridade institucional competente.

A bibliografia referente à história de ocupação da área em que se encontra o território do quilombo que foi consultada (MENEZES, 1966) mostra a predominância da etnia indígena nas origens do município de Caucaia, à época da colonização brasileira também denominado como Vila Nova de Soure e Soure. Esse fato pode explicar a associação de quilombo como sendo lugar de índios, como nos foi colocado por algumas senhoras antigas na comunidade.

As narrativas das pessoas idosas das famílias quilombolas referem-se a antepassados escravos que ocuparam o território na região hoje conhecida como município de Caucaia, abrigoando-se em serras comuns à geografia do local e sobrevivendo nos costumes similares aos de quilombos africanos, conforme apontamentos de autores especializados na temática (ANJOS, 2009; CUNHA JUNIOR, 2012; MOURA, 1987).

No Boqueirão da Arara, semelhante a quilombos originalmente africanos, apesar dos contextos diferenciados, encontramos relação nos elementos das expressões da cultura: “[...] cultivo de grãos (milho, arroz, feijão e outras) e raízes (mandioca, inhame, batata-doce, entre outras); criação de cabras, galinhas e carneiros; [...] caça e pesca [...]” (ANJOS, 2009, p. 54), horta, construção de casa de taipa, coleta de frutos, desenvolvimento de habilidades artesanais para suprimento de necessidades domésticas, como o artesanato com barro e palha.

O contexto atual do povoado quilombola Boqueirão da Arara possui características próximas de comunidades e assentamentos rurais brasileiros, sobrevivendo basicamente da agricultura familiar, cultivo de pomares, pequeno comércio e programas assistenciais e de transferência de renda. Existem dispositivos legais que protegem os direitos de quilombolas e os moradores da comunidade organizam-se politicamente para terem assegurados seus direitos.

De acordo com Tuchman (1991, p. 195), “[...] o historiador não pode escolher seus fatos, tem de tratar de todos os indícios”; por cremos que sua inteligência “[...] deve ser exata, investigadora e sintetizadora” (TUCHMAN, 1991, p. 213), acrescentamos a necessidade de refletirmos criticamente frente ao processo de historiografar, ampliando a compreensão acerca do objeto estudado.

Nas narrativas dos quilombolas, encontramos poucos dados relativos a histórias dos tempos da escravidão. Igualmente nos foi possível extrair das memórias dos remanescentes resquícios da língua falada e de religiões herdadas da cultura de matriz africana por antepassados da época do escravismo. Contudo, afirmamos que se mantêm conservadas na cultura dos descendentes do quilombo práticas culturais ancestrais relativas a atividades destinadas à sobrevivência: como a policultura de subsistência (mandioca, milho, feijão), trabalhos artesanais, pomares de frutas e criação de reses.

Ao ancião que se prepara para a partida cabe o dom da sabedoria, bem como a função de guardar a tradição (BOSI, 1994). Como guardião de tesouro especial da humanidade, sua história deve transmitir para a geração que chega a riqueza da ancestralidade preservada. D. “Dica”, D. Maria Irene, D. “Tantica”, D. Vicência, D. “Fia” e D. Magela, senhoras quilombolas que gentilmente abriram os corações e descortinaram memórias, são exemplos de generosidade e sabedoria de vida. Nosso esforço de perceber e retratar a comunidade tradicional motivou nessas senhoras o exercício de recuperar, nos labirintos de suas memórias, fatos, acontecimentos, sujeitos e riquezas da cultura ancestral, cujas reminiscências narram aspectos vividos. Os saberes aqui compartilhados se eternizarão para servirem às futuras gerações.

Dada a importância do resgate da memória ancestral e educacional da herança cultural africana, evidenciada nas manifestações socioculturais, vivência de tradições religiosas e expressões idiomáticas, por exemplo, desejamos que a comunidade do povoado Boqueirão da Arara empreenda esforço conjunto para resgatar, reforçar e reproduzir elementos da ancestralidade negra perdidos, registrando e socializando os elementos culturais para servirem à geração atual e a futuras gerações.

Movidos por gratidão e entusiasmo, esperamos que este trabalho desperte sentimentos e inquietações em mais historiadores, de modo a possibilitar o avanço dos estudos de grupos tradicionais africanos, bem como aprofundar e ampliar os saberes acerca da cultura ancestral desses povos.

Torcemos para que a história do povoado Boqueirão da Arara seja conhecida, sua cultura seja apreciada e as informações que divulgamos possam se somar à reflexão de outros historiadores, pois entendemos que a valorização da diversidade racial no alicerce da sociedade brasileira é o caminho para o reconhecimento da importância de cada cidadão e o respeito mútuo entre todos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. A. Rastros e imagens do Liceu do Ceará, pela memória de quem o viveu no limiar do século XX. In: VASCONCELOS, J. G. et al. (Org.). *Fontes, métodos e registros para história da educação*. Fortaleza: UFC, 2010.

ANJOS, R. S. A. *Quilombos*: geografia africana, cartografia étnica, territórios tradicionais. Brasília, DF: Mapas, 2009.

ATAÍDE, Y. D. B. História Oral e construção da História de Vida. In: SOUZA, E. C.; ABRAHÃO, M. H. M. B. (Org.). *Tempos, narrativas e ficções*: a invenção de si. Porto Alegre: PUCRS, 2006. p. 313-323.

BARROS, J. D. *Teoria da História*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. v. I.

BARROS, J. D. *Teoria da História*. Petrópolis: Vozes, 2012. v. V.

BERGSON, H. *Matéria e memória*: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOSI, E. *Memória e sociedade*: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, E. *O tempo vivo da memória*: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê, 2003.

BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Decreto n. 7.824, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe

sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 out. 2012.

BRASIL. *Departamento Nacional de Produção Mineral*. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. *Comunidades remanescentes de quilombos*. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acesso em: 11 ago. 2015.

BRASIL. *Guia de políticas públicas para comunidades quilombolas*. Brasília, DF: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2013.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1996.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. *Diário*

Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 jul. 2010.

BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n. 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 nov. 2012.

BRASIL. *Pluralidade cultural*. Parâmetros Curriculares Nacionais. Temas Transversais. Brasília, DF: MEC, 1997.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede, a era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARLOT, B. *Da relação com o saber às práticas educativas*. São Paulo: Cortez, 2013.

CHAVES, L. O. *Terra quilombola de Nazaré: organização social espacial, município de Itapipoca – Ceará*. 2013. 197 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

CINTRA, B. *Estatuto da igualdade racial: Ciclos de Palesstras Conheça Mais*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2012.

CUNHA JUNIOR, H. Diversidade etnocultural e africanidades. In: JESUS, R. F. et al. (Org.). *Dez anos da Lei 10.639/03: memórias e perspectivas*. Fortaleza: UFC, 2013. p. 23-46.

CUNHA JUNIOR, H. Quilombo: patrimônio histórico e cultural. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 11, n. 129, p. 158-167, 2012.

DELORY-MOMBERGER, C. Formação e socialização: os ateliês biográficos de projeto. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 359-371, 2006a.

DELORY-MOMBERGER, C. Fotobiografia e formação de si. In: SOUZA, E. C.; ABRAHÃO, M. H. M. B. (Org.). *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si*. Porto Alegre: PUCRS, 2006b.

FRANCO, M. A. S. História de vida: uma abordagem emancipatória aliando pesquisa e formação de professor reflexivo. *Educação Online*, São Paulo, v. 1, p. 1-30, 2003.

FREITAS, D. *Palmares: a guerra dos escravos*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

FREITAS, S. M. *História Oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FONTELES, L. V. *Da invisibilidade ao reconhecimento: regularização fundiária e a questão quilombola no Ceará*. 2009. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GIESBRECHT, R. M. *Estações ferroviárias do Brasil*. 16 out. 2010. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/ce_sobral/guararu.htm>. Acesso em: 12 ago. 2015.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, N. L. A contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro. In: SILVA, P. B. G.; BARBOSA, M. A.

(Org.). *O pensamento negro em educação no Brasil*: expressões do movimento negro. São Carlos: UFSCar, 1997. p. 17-30.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Relatório sobre o histórico do município de Caucaia*. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=23&search=ceara>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

JESUS, I. F. O pensamento do MNU – Movimento Negro Unificado. In: SILVA, P. B. G.; BARBOSA, M. A. (Org.). *O pensamento negro em educação no Brasil*: expressões do movimento negro. São Carlos: UFSCar, 1997. p. 41-59.

JOSSO, M. Os relatos de histórias de vida como desvelamento dos desafios existenciais da formação e do conhecimento: destinos socioculturais e projetos de vida programados na invenção de si. In: SOUZA, E. C.; ABRAHÃO, M. H. M. B. (Org.). *Tempos, narrativas e ficções*: a invenção de si. Porto Alegre: PUCRS, 2006. p. 21-40.

LIBÂNEO, J. C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, J. C. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez, 2004.

LOBO, L. F. *Os infames da história*: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MARQUES, J. G. *Relatório antropológico de reconhecimento e delimitação do território dos remanescentes de quilombo da comunidade povoado Boqueirão da Arara*. Fortaleza: Incra, 2013.

MENEZES, D. A educação no Ceará: repasse histórico-social (das origens coloniais a 1930). In: MARTINS FILHO, A.; GIRÃO, R. (Org.). *O Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.

MOURA, C. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MOURA, G. *Quilombos contemporâneos: resistir e vencer*. Ciclos de Palestras Conheça Mais. Brasília, DF: FCP, 2012.

MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. *Revista USP*, São Paulo, v. 28, p. 56-63, 1995/1996.

PIMENTEL, H. *Construção da identidade étnica entre os quilombolas de Alto Alegre*. 2009. 130 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

PINEAU, G. As histórias de vida como artes formadoras da existência. In: SOUZA, E. C.; ABRAHÃO, M. H. M. B. (Org.). *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si*. Porto Alegre: PUCRS, 2006. p. 41-59.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PRIBERAM. *Dicionário Priberam*. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/>>. Acesso em: 10 maio 2015.

RODRIGUES, R. M. *A história, autores e atores: compreensão do mundo, educação e cidadania*. Fortaleza: UFC, 2013.

RODRIGUES, R. M. A (i)legitimidade das políticas públicas (a república entre a igualdade e a especificidade). *Revista Latino-Americana de Estudos Constitucionais*, Fortaleza, v. 9, n. 11, p. 318-355, 2010a.

RODRIGUES, R. M. O desafio da esfinge: um estudo das várias faces do Estado brasileiro. In: VASCONCELOS, J. G. et al. (Org.). *Fontes, métodos e registros para história da educação*. Fortaleza: UFC, 2010b. p. 57-70.

ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 93-102.

SANTOS, P. F. *Memórias que educam*: narrativas de velhos do quilombo de Santana-PE para a formação da juventude e preservação dos saberes da tradição. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2015.

SILVA, P. A. O. *A escravidão no Ceará*: o trabalho escravo e a abolição. Fortaleza: IOCE, 1986.

THOMPSON, P. *A voz do passado*: História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOFFLER, A. *A terceira onda*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

TUCHMAN, B. W. *A prática da história*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

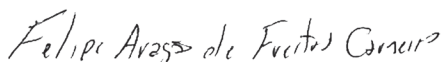
WUNENBURGER, J. J. *O imaginário*. São Paulo: Loyola, 2007.

XAVIER, A. R. Fonte escrita, fonte oral e memória: a importância destes recursos na construção histórica. In: VASCONCELOS, J. G. et al. (Org.). *História da educação*: nas trilhas da pesquisa. Fortaleza: UFC, 2010. p. 119-133.

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO VERNÁCULO

Declara-se, para constituir prova junto à Coleção Práticas Educativas, vinculada à Editora da Universidade Estadual do Ceará (EdUECE), que, por intermédio do profissional infra-assinado¹, foi procedida a correção gramatical e estilística do livro intitulado **Quilombo Boqueirão da Arara, Ceará: Memórias, Histórias e Práticas Educativas**, razão por que se firma a presente declaração, a fim de que surta os efeitos legais, nos termos do novo Acordo Ortográfico Lusófono, vigente desde 1º de janeiro de 2009.

Fortaleza-CE, 1º de agosto de 2019.



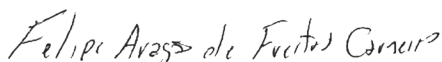
Felipe Aragão de Freitas Carneiro



DECLARAÇÃO DE NORMALIZAÇÃO TÉCNICA

Declara-se, para constituir prova junto à Coleção Práticas Educativas, vinculada à Editora da Universidade Estadual do Ceará (EdUECE), que, por intermédio do profissional infra-assinado, foi procedida a normalização técnica do livro intitulado **Quilombo Boqueirão da Arara, Ceará: Memórias, Histórias e Práticas Educativas**, razão por que se firma a presente declaração, a fim de que surta os efeitos legais, nos termos das normas vigentes decretadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Fortaleza-CE, 1º de agosto de 2019.



Felipe Aragão de Freitas Carneiro

¹ Número do registro: 89.931.

COLEÇÃO PRÁTICAS EDUCATIVAS

01. FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Assistência à criança e ao adolescente infrator no Brasil*: breve contextualização histórica. Fortaleza: EdUECE, 2014. 105 p. ISBN: 978-85-7826-199-3.
02. VASCONCELOS, José Gerardo. *O contexto autoritário no pós-1964*: novos e velhos atores na luta pela anistia. Fortaleza: EdUECE, 2014. 63 p. ISBN: 978-85-7826-211-2.
03. SANTANA, José Rogério; FIALHO, Lia Machado Fiuza; BRANDENBURG, Cristine; SANTOS JÚNIOR, Francisco Fleury Uchôa (Org.). *Educação e saúde*: um olhar interdisciplinar. Fortaleza: EdUECE, 2014. 212 p. ISBN: 978-85-7826-225-9.
04. SANTANA, José Rogério; VASCONCELOS, José Gerardo; FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula (Org.). *Golpe de 1964*: história, geopolítica e educação. Fortaleza: EdUECE, 2014. 342 p. ISBN: 978-85-7826-224-2.
05. SILVA, Sammia Castro; VASCONCELOS, José Gerardo; FIALHO, Lia Machado Fiuza (Org.). *Capoeira no Ceará*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 156 p. ISBN: 978-85-7826-218-1.
06. ADAD, Shara Jane Holanda Costa; PETIT, Sandra Haydée; SANTOS, Iraci dos; GAUTHIER, Jacques (Org.). *Tudo que não inventamos é falso*: dispositivos artísticos para pesquisar, ensinar e aprender com a sociopoética. Fortaleza: EdUECE, 2014. 488 p. ISBN: 978-85-7826-219-8.
07. PAULO, Adriano Ferreira de; MIRANDA, Augusto Ridson de Araújo; MARQUES, Janote Pires; LIMA, Jeimes Mazza Correia; VIEIRA, Luiz Maciel Mourão (Org.). *Ensino de História na educação básica*: reflexões, fontes e linguagens. Fortaleza: EdUECE, 2014. 381 p.
08. SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; PAZ, Sandra Regina (Org.). *Políticas, currículos, aprendizagem e saberes*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 381 p. ISBN: 978-85-7826-245-7.
09. VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério; FIALHO, Lia Machado Fiuza (Org.). *História e práticas culturais na educação*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 229 p. ISBN: 978-85-7826-246-4.
10. FIALHO, Lia Machado Fiuza; CASTRO, Edilson Silva; SILVA JÚNIOR, Roberto da (Org.). *Teologia, História e Educação na contemporaneidade*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 160 p. ISBN: 978-85-7826-237-2.
11. FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério (Org.). *Biografia de mulheres*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 163 p. ISBN: 978-85-7826-248-8.
12. MIRANDA, José da Cruz Bispo de; SILVA, Robson Carlos da (Org.). *Entre o derreter e o enferrujar*: os desafios da educação e da formação profissional. Fortaleza: EdUECE, 2014. 401 p. ISBN: 978-85-7826-259-4.
13. SILVA, Robson Carlos da; MIRANDA, José da Cruz Bispo de (Org.). *Cultura, sociedade e educação brasileira*: teceduras e interfaces possíveis. Fortaleza: EdUECE, 2014. 324 p. ISBN: 978-85-7826-260-0.
14. PETIT, Sandra Haydée. *Pretagogia*: pertencimento, corpo-dança afrodescendente e tradição oral africana na formação de professoras e professores –

- contribuições do legado africano para a implementação da Lei nº 10.639/03. Fortaleza: EdUECE, 2015. 253 p. ISBN: 978-85-7826-258-7.
15. SALES, José Albio Moreira de; SILVA, Bruno Miguel dos Santos Mendes da (Org.). *Arte, tecnologia e poéticas contemporâneas*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 421 p. ISBN: 978-85-7826-262-4.
 16. LEITE, Raimundo Hélio (Org.). *Avaliação: um caminho para o descortinar de novos conhecimentos*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 345 p. ISBN: 978-85-7826-261-7.
 17. CASTRO FILHO, José Aires de; SILVA, Maria Auricélia da; MAIA, Dennys Leite (Org.). *Lições do projeto um computador por aluno: estudos e pesquisas no contexto da escola pública*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 330 p. ISBN: 978-85-7826-266-2.
 18. CARVALHO, Maria Vilani Cosme de; MATOS, Kelma Socorro Lopes de (Org.). *Psicologia da educação: teorias do desenvolvimento e da aprendizagem em discussão*. 3. ed. Fortaleza: EdUECE, 2015. 269 p.
 19. FIALHO, Lia Machado Fiuza; CACAU, Josabete Bezerra (Org.). *Juventudes e políticas públicas*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 247 p. ISBN: 978-85-7826-298-3.
 20. LIMA, Maria Socorro Lucena; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; SALES, José Albio Moreira de; FARIAS, Isabel Maria Sabino de (Org.). *Didática e prática de ensino na relação com a escola*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 245 p. ISBN: 978-85-7826-296-9.
 21. FARIAS, Isabel Maria Sabino de; LIMA, Maria Socorro Lucena; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; SALES, José Albio Moreira de (Org.). *Didática e prática de ensino na relação com a formação de professores*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 145 p. ISBN: 978-85-7826-293-8.
 22. SALES, José Albio Moreira de; FARIAS, Isabel Maria Sabino de; LIMA, Maria Socorro Lucena; CAVALCANTE, Maria Marina Dias (Org.). *Didática e prática de ensino na relação com a sociedade*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 213 p. ISBN: 978-85-7826-294-5.
 23. CAVALCANTE, Maria Marina Dias; SALES, José Albio Moreira de; FARIAS, Isabel Maria Sabino de; LIMA, Maria Socorro Lucena (Org.). *Didática e prática de ensino: diálogos sobre a escola, a formação de professores e a sociedade*. EdUECE, 2015. 257 p. ISBN: 978-85-7826-295-2.
 24. VASCONCELOS, José Gerardo; RODRIGUES, Rui Martinho; ALBUQUERQUE, José Cândido Lustosa Bittencourt de (Org.). *Contratualismo, política e educação*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 73 p. ISBN: 978-85-7826-297-6.
 25. XAVIER, Antônio Roberto; TAVARES, Rosalina Semedo de Andrade; FIALHO, Lia Machado Fiuza (Org.). *Administração pública: desafios contemporâneos*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 181 p.
 26. FIALHO, Lia Machado Fiuza; CASTRO, Edilson Silva; CASTRO, Jéssyca Lages de Carvalho (Org.). *(Auto)Biografias e formação docente*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 229 p. ISBN: 978-85-7826-271-6.
 27. FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério; VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula; MARTINHO RODRIGUES, Rui (Org.). *História, literatura e educação*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 299 p. ISBN: 978-85-7826-273-0.
 28. MAGALHÃES JUNIOR, Antonio Germano; ARAÚJO, Fátima Maria Leitão (Org.). *Ensino & linguagens da História*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 371 p. ISBN: 978-85-7826-274-7.

29. NUNES, Maria Lúcia da Silva; MACHADO, Charliton José dos Santos; VASCONCELOS, Larissa Meira de (Org.). *Diálogos sobre Gênero, Cultura e História*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 175 p. ISBN: 978-85-7826-213-6.
30. MATOS, Kelma Socorro Lopes de (Org.). *Cultura de paz, educação e espiritualidade II*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 471 p. ISBN: 978-85-8126-094-5.
31. MARINHO, Maria Assunção de Lima; ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (Org.). *Economia, políticas sociais e educação: tecendo diálogos*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 194 p. ISBN: 978-85-7826-317-1.
32. FIALHO, Lia Machado Fiuza; MACIEL, Francisco Cristiano Góes (Org.). *Polifonia em juventudes*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 234 p. ISBN: 978-85-7826-299-0.
33. SANTANA, José Rogério; BRANDENBURG, Cristine; MOTA, Bruna Germana Nunes; FREITAS, Munique de Souza; RIBEIRO, Júlio Wilson (Org.). *Educação e métodos digitais: uma abordagem em ensino contemporâneo em pesquisa*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 214 p. ISBN: 978-85-7826-318-8.
34. OLINDA, Ercília Maria Braga de; SILVA, Adriana Maria Simião da (Org.). *Vidas em romaria*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 438 p. ISBN: 978-85-7826-380-5.
35. SILVA JÚNIOR, Roberto da (Org.). *Educação brasileira e suas interfaces*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 158 p. ISBN: 978-85-7826-379-9.
36. MALOMALO, Bas'Illele; RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain (Org.). *Cá e acolá: pesquisa e prática no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 238 p.
37. FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Assistência à criança e ao adolescente "infra-tor" no Brasil: breve contextualização histórica*. 2. ed. Fortaleza: EdUECE, 2016. 112 p. ISBN: 978-85-7826-337-9.
38. MARQUES, Janote Pires; FONSECA, Emanuelle Oliveira da; VASCONCELOS, Karla Colares (Org.). *Formação de professores: pesquisas, experiências e reflexões*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 194 p. ISBN: 978-85-7826-407-9.
39. SILVA, Henrique Barbosa; RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros; CARVALHO, Alanna Oliveira Pereira (Org.). *A democratização da gestão educacional: criação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação no Ceará*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 144 p. ISBN: 978-85-7826-367-6.
40. SILVA, Lucas Melgaço da; CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima; OLIVEIRA, Roberta Lúcia Santos de (Org.). *Estudos em educação: formação, gestão e prática docente*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 425 p. ISBN: 978-85-7826-433-8.
41. SILVA JÚNIOR, Roberto da; SILVA, Dogival Alencar da (Org.). *História, políticas públicas e educação*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 183 p. ISBN: 978-85-7826-435-2.
42. VASCONCELOS, José Gerardo; ARAÚJO, Marta Maria de (Org.). *Narrativas de mulheres educadoras militantes no contexto autoritário brasileiro (1964-1979)*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 104 p. ISBN: 978-85-7826-436-9.
43. MATOS, Kelma Socorro Lopes de (Org.). *Cultura de paz, educação e espiritualidade III*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 456 p. ISBN: 978-85-7826-437-6.
44. PORTO, José Hécio Alves. *Escritos: do hoje & sempre poesias para todos momentos*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 124 p. ISBN: 978-85-7826-438-3.
45. FIALHO, Lia Machado Fiuza; LOPES, Tania Maria Rodrigues; BRANDENBURG, Cristine (Org.). *Educação, memórias e narrativas*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 179 p. ISBN: 978-85-7826-452-9.

46. FIALHO, Lia Machado Fiuza; TELES, Mary Anne (Org.). *Juventudes em debate*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 355 p. ISBN: 978-85-7826-453-6.
47. ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos; CAVAINAC, Mônica Duarte (Org.). *Educação em debate: reflexões sobre ensino superior, educação profissional e assistência estudantil*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 243 p. ISBN: 978-85-7826-463-5.
48. SILVA, Lucas Melgaço da; CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima (Org.). *As voltas da avaliação educacional em múltiplos caminhos*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 425 p. ISBN: 978-85-7826-464-2.
49. SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; MARTINS, Elcimar Simão (Org.). *Ensino médio: políticas educacionais, diversidades, contextos locais*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 235 p. ISBN: 978-85-7826-462-8.
50. NUNES, Maria Lúcia da Silva; TEIXEIRA, Mariana Marques; MACHADO, Charliton José dos Santos; ROCHA, Samuel Rodrigues da (Org.). *Eu conto, você conta: leituras e pesquisas (auto)biográficas*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 235 p. ISBN: 978-85-7826-506-9.
51. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *Diálogos transdisciplinares*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 142 p. ISBN: 978-85-7826-505-2.
52. VASCONCELOS, José Gerardo; XAVIER, Antônio Roberto; FERREIRA, Tereza Maria da Silva (Org.). *História, memória e narrativas biográficas*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 191 p. ISBN: 978-85-7826-538-0.
53. SANTOS, Patricia Fernanda da Costa; SENA, Flávia Sousa de; GONÇALVES, Luiz Gonzaga; FURTADO, Quezia Vila Flor (Org.). *Memórias escolares: quebrando o silêncio...* Fortaleza: EdUECE, 2017. 178 p. ISBN: 978-85-7826-537-3.
54. CARVALHO, Scarlett O'hara Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo. *O pedagogo na Assistência Social*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 122 p. ISBN: 978-85-7826-536-6.
55. FIALHO, Lia Machado Fiuza; LOPES, Tania Maria Rodrigues (Org.). *Docência e formação: percursos e narrativas*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 198 p. ISBN: 978-85-7826-551-9.
56. LEITE, Raimundo Hélio; ARAÚJO, Karlane Holanda; SILVA, Lucas Melgaço da (Org.). *Avaliação educacional: estudos e práticas institucionais de políticas de eficácia*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 242 p. ISBN: 978-85-7826-554-0.
57. CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima; SILVA, Lucas Melgaço da; ARAÚJO, Karlane Holanda (Org.). *Avaliação da aprendizagem: a pluralidade de práticas e suas implicações na educação*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 380 p. ISBN: 978-85-7826-553-3.
58. SANTOS, Jean Mac Cole Tavares (Org.). *Pesquisa em ensino e interdisciplinaridades: aproximações com o contexto escolar*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 178 p. ISBN: 978-85-7826-560-01.
59. MATOS, Kelma Socorro Lopes de (Org.). *Cultura de paz, educação e espiritualidade IV*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 346 p. ISBN: 978-85-7826-563-2.
60. MUNIZ, Cellina Rodrigues (Org.). *Linguagens do riso, práticas discursivas do humor*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 186 p. ISBN: 978-85-7826-555-7.
61. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *Talvez em nome do povo... Uma legitimidade peculiar*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 340 p. ISBN: 978-85-7826-562-5.
62. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *Política, Identidade, Educação e História*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 172 p. ISBN: 978-85-7826-564-9.

63. OLINDA, Ercília Maria Braga de; GOLDBERG, Luciane Germano (Org.). *Pesquisa (auto)biográfica em Educação*: afetos e (trans)formações. Fortaleza: EdUECE, 2017. 445 p. ISBN: 978-85-7826-574-8.
64. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *O desafio do conhecimento histórico*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 130 p. ISBN: 978-85-7826-575-5.
65. RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros; FAÇANHA, Cristina Soares; COELHO, Tâmara Maria Bezerra Costa (Org.). *Costurando histórias*: conceitos, cartas e contos. Fortaleza: EdUECE, 2017. 182 p. ISBN: 978-85-7826-561-8.
66. BRANDENBURG, Cristine; SILVA, Jocyana Cavalcante da; SILVA, Jáderson Cavalcante da (Org.). *Interface entre Educação, Educação Física e Saúde*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 211 p. ISBN: 978-85-7826-576-2.
67. FARIAS, Isabel Maria Sabino de; JARDILINO, José Rubens Lima; SILVESTRE, Magali Aparecida; ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio de (Org.). *Pesquisa em Rede*: diálogos de formação em contextos coletivos de conhecimento. Fortaleza: EdUECE, 2018. 171 p. ISBN: 978-85-7826-577-9.
68. MOREIRA, Eugênio Eduardo Pimentel; RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros; MARQUES, Cláudio de Albuquerque (Autores). *Implantação e atuação do Sistema de Monitoramento e avaliação do Programa Seguro-Desemprego*: estudo de caso. Fortaleza: EdUECE, 2017. 340 p. ISBN: 978-85-7826-591-5.
69. XAVIER, Antônio Roberto; FERREIRA, Tereza Maria da Silva; MATOS, Camila Saraiva de (Orgs.). *Pesquisas educacionais*: abordagens teórico-metodológicas. Fortaleza: EdUECE, 2017. 271 p. ISBN: 978-85-7826-602-8.
70. ADAD, Shara Jane Holanda Costa; COSTA, Hercilene Maria e Silva (Orgs.). *Entrelugares*: tecidos sociopoéticos em revista. Fortaleza: EdUECE, 2017. 273 p. ISBN: 978-85-7826-628-8.
71. MACHADO, Maria do Livramento da Silva (Org.). *Jovens bailarinas de Vazantinha*: conceitos de corpo nos entrelaces afroancestrais da dança na educação. Fortaleza: EdUECE, 2018. 337 p. ISBN: 978-85-7826-637-0.
72. MACHADO, Maria do Livramento da Silva (Org.). *Jovens bailarinas de Vazantinha*: conceitos de corpo nos entrelaces afroancestrais da dança na educação. Fortaleza: EdUECE, 2018. 337 p. ISBN: 978-85-7826-638-7 (E-book).
73. SANTOS, Maria Dilma Andrade Vieira dos. *Jovens circenses na corda bamba*: confetes sobre o riso e o corpo na educação em movimento. Fortaleza: EdUECE, 2018. 227 p. ISBN: 978-85-7826-639-4.
74. SANTOS, Maria Dilma Andrade Vieira dos. *Jovens circenses na corda bamba*: confetes sobre o riso e o corpo na educação em movimento. Fortaleza: EdUECE, 2018. 227 p. ISBN: 978-85-7826-640-0 (E-book).
75. SILVA, Kricia de Sousa. *"Manobras" sociopoéticas*: aprendendo em movimento com skatistas do litoral do Piauí. Fortaleza: EdUECE, 2018. 224 p. ISBN: 978-85-7826-641-7.
76. SILVA, Kricia de Sousa. *"Manobras" sociopoéticas*: aprendendo em movimento com skatistas do litoral do Piauí. Fortaleza: EdUECE, 2018. 224 p. ISBN: 978-85-7826-636-3 (E-book).
77. VIEIRA, Maria Dolores dos Santos. *Entre acordes das relações de gênero*: a Orquestra Jovem da Escola "Padre Luis de Castro Brasileiro" em União-Piauí. Fortaleza: EdUECE, 2018. 247 p. ISBN: 978-85-7826-647-9.
78. XAVIER, Antônio Roberto; FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo (Autores). *História, memória e educação*: aspectos conceituais e

- teórico-epistemológicos. Fortaleza: EdUECE, 2018. 193 p. ISBN: 978-85-7826-648-6.
79. MACHADO, Charliton José dos Santos (Org.). *Desafios da escrita biográfica: experiências de pesquisas*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 237 p. ISBN: 978-85-7826-654-7.
80. MACHADO, Charliton José dos Santos (Org.). *Desafios da escrita biográfica: experiências de pesquisas*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 237 p. ISBN: 978-85-7826-653-0 (*E-book*).
81. OLIVEIRA, Mayara Danyelle Rodrigues de. *Rabiscos rizomáticos sobre alegria na escola*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 210 p. ISBN: 978-85-7826-651-6.
82. OLIVEIRA, Mayara Danyelle Rodrigues de. *Rabiscos rizomáticos sobre alegria na escola*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 210 p. ISBN: 978-85-7826-652-3 (*E-book*).
83. SOUZA, Sandro Soares de. *Corpos movediços, vivências libertárias: a criação de confetos sociopoéticos acerca da autogestão*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 275 p. ISBN: 978-85-7826-650-9.
84. SOUZA, Sandro Soares de. *Corpos movediços, vivências libertárias: a criação de confetos sociopoéticos acerca da autogestão*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 275 p. ISBN: 978-85-7826-649-3 (*E-book*).
85. SANTOS, Vanessa Nunes dos. *Sociopoetizando a filosofia de jovens sobre as violências e a relação com a convivência na escola, em Teresina-PI*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 257 p. ISBN: 978-85-7826-664-6.
86. SANTOS, Vanessa Nunes dos. *Sociopoetizando a filosofia de jovens sobre as violências e a relação com a convivência na escola, em Teresina-PI*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 257 p. ISBN: 978-85-7826-662-2 (*E-book*).
87. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral (Org.). *Gênero e cultura: questões políticas, históricas e educacionais*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 281 p. ISBN: 978-85-7826-673-8.
88. XAVIER, Antônio Roberto; MALUF, Sâmia Nagib; CYSNE, Maria do Rosário de Fátima Portela (Org.). *Gestão e políticas públicas: estratégias, práticas e desafios*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 197 p. ISBN: 978-85-7826-670-7.
89. DAMASCENO, Maria Nobre. *Lições da Pedagogia de Jesus: amor, ensino e justiça*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 119 p. ISBN: 978-85-7826-689-9.
90. ADAD, Clara Jane Costa. *Candomblé e Direito: tradições em diálogo*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 155 p. ISBN: 978-85-7826-690-5.
91. ADAD, Clara Jane Costa. *Candomblé e Direito: tradições em diálogo*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 155 p. ISBN: 978-85-7826-691-2 (*E-book*).
92. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva (Autores). *Tudo azul com dona Neuza: poder e disputa local em 1968*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 141 p. ISBN: 978-85-7826-670-7.
93. XAVIER, Antônio Roberto; MALUF, Sâmia Nagib; CYSNE, Maria do Rosário de Fátima Portela (Org.). *Gestão e políticas públicas: estratégias, práticas e desafios*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 197 p. ISBN: 978-85-7826-671-4 (*E-book*).
94. GAMA, Marta. *Entrelugares de direito e arte: experiência artística e criação na formação do jurista*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 445 p. ISBN: 978-85-7826-702-5.
95. GAMA, Marta. *Entrelugares de direito e arte: experiência artística e criação na formação do jurista*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 445 p. ISBN: 978-85-7826-703-2 (*E-book*).

96. LEITINHO, Meirecele Caliope; DIAS, Ana Maria Iorio (Org.). *Discutindo o pensamento curricular*: processos formativos. Fortaleza: EdUECE, 2019. 203 p. ISBN: 978-85-7826-701-8.
97. BEZERRA, Milena de Holanda Oliveira; GADELHA, Raimunda Rosilene Magalhães; CARNEIRO, Stânia Nágila Vasconcelos; FERREIRA, Paulo Jorge de Oliveira (Org.). *Educação e saúde*: vivendo e trocando experiências no Programa de Educação pelo Trabalho (PET). Fortaleza: EdUECE, 2019. 233 p. ISBN: 978-85-7826-713-1 (*E-book*).
98. SUCUPIRA, Tânia Gorayeb; VASCONCELOS, José Gerardo; FIALHO; Lia Machado Fiuza. *Quilombo Boqueirão da Arara, Ceará*: memórias, histórias e práticas educativas. Fortaleza: EdUECE, 2019. 156 p. ISBN: 978-85-7826-687-5 (*E-book*).